UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

ANDRÉIA REZENDE PERES JANES

O PTB: ENTRE O ESTADO E AS MASSAS (1960-1964)

2007
VITÓRIA

ANDRÉIA REZENDE PERES JANES

O PTB: ENTRE O ESTADO E AS MASSAS (1960-1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós - Graduação do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.
Professora orientadora: Adriana Pereira Campos.

VITÓRIA
2007

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Janes, Andréia Rezende Peres, 1975-

J334p O PTB : entre o Estado e as massas (1960-1964) / Andréia Rezende Peres Janes. – 2007.

190 f. : il.

Orientadora: Adriana Pereira Campos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Partido Trabalhista Brasileiro. 2. Brasil – Partido Trabalhista Brasileiro – Política e governo. 3. Estado. 4. Sociedade de massa. I. Campos, Adriana Pereira. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

ANDRÉIA REZENDE PERES JANES

O PTB: ENTRE O ESTADO E AS MASSAS (1960-1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós - Graduação do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em _____ de _____de 2007.

COMISSÃO EXAMINADORA

_____
Profª. Dra. Adriana Pereira Campos
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

_____
Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo

_____
Prof. Dr. Valter Pires Pereira
Universidade Federal do Espírito Santo

_____
Profª. Dra. Surama Conde Sá Pinto
Faculdade Severino Sombra

À minha eterna mãe e amiga Maria da Penha, que me deu a vida, deixou-me o exemplo, o amor e uma imensa saudade. (*in memorian*)

Ao meu filho Helamã, minha fonte inesgotável de alegria e esperança.

A Carlos Maurício, esposo, incentivador e amor da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Entre as muitas contribuições que tornaram esse trabalho possível, está a de minha mãe, minha grande admiradora e amiga, muito mais do que mereço. A ela, Maria da Penha Marcelino, agradeço a confiança que depositou em mim, o carinho, o mimo, e a imensa bondade e compreensão diante das visitas não feitas e da ausência causada pelo tempo em que me dediquei a este trabalho: sem seu apoio não teria equilíbrio suficiente para continuar. À minha mãe também agradeço a amizade e o laço eterno que sempre nos unirá.

A Carlos Maurício que, embora seja protagonista da minha história, por muito tempo encenou como figurante, enquanto me dividia entre as funções de estudante, mãe e filha, e mesmo assim sempre esteve disposto a consolar-me quando, em algumas delas, não fui bem sucedida.

À Ana Paula Libardi, amiga-irmã, pela ajuda preciosa e fundamental. Nos momentos mais difíceis dessa estrada, sempre esteve ao meu lado para ajudar de todas as formas possíveis e em todos os âmbitos da minha vida. Algumas vezes, somente escutou minhas queixas, quando ela própria corria contra o tempo para cumprir os prazos com nossa orientadora. À minha irmã pessoal e intelectual devo também a permanência no caminho.

À professora doutora Adriana Pereira Campos, pela benevolência em aceitar-me na metade, ou melhor, no final do caminho. Pelo carinho com que sempre me tratou e pela paciência com meus erros e minhas tantas outras dificuldades. Pelo respeito, incentivo, por ter partilhado comigo sua amizade, seu suco de uva, e seu gostoso bom-humor sempre. Por sua generosidade em partilhar seu imenso conhecimento e sabedoria. Pelas aulas maravilhosas ministradas com tanta competência. À minha orientadora todo o meu apreço. Aos professores Valter Pires e Wania Malheiros, pelo trabalho apurado de leitura do Relatório de Qualificação, pelas críticas valiosas e por gentilmente me sugerirem novos caminhos. Sem dúvida, uma grande ajuda e aprendizado fundamental.

À professora Doutora Lídia Possas, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, pelas sugestões e conhecimento que tão carinhosamente compartilhou no seminário de qualificação.

Aos funcionários da Biblioteca Central da UFES que, com carinho e eficiência, sempre facilitaram o acesso ao acervo.

A todos os meus professores da graduação e do mestrado, que tanto contribuíram para a minha formação.

Aos funcionários da secretaria do mestrado, que ajudaram fornecendo informações e de todas as formas se esforçaram por facilitar esse período de estudos.

À Sandra, pela disponibilidade em cuidar do meu maior tesouro e fazê-lo sorrir enquanto concentrava-me no trabalho intelectual.

A todos, os meus mais sinceros agradecimentos.

“Não é uma denominação que imprime o caráter de um partido; não é nela que reside a sua essência e a sua índole, mas sim nos seus objetivos, na sua concepção e no espírito que o anima”.
(Alberto Pasqualini)

RESUMO

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado a partir de um processo de redemocratização realizado em 1946, tinha como objetivo maior viabilizar a permanência de Getúlio Vargas no poder. Apesar de seu crescimento, o PTB não conseguiu formar uma coalizão no Congresso Nacional capaz de efetivar as reformas e sustentar no poder o Presidente da República. O problema levantado nesta investigação consiste em discutir a falta de coesão do PTB frente à ameaça de golpe. Para tanto, realizou-se uma discussão teórica e historiográfica com o objetivo de explicar a posição do PTB diante do Golpe de 1964 e seu desafio em apoiar o Governo Jango na conjuntura conspiratória que se desenvolvia naquela época. Complementando as informações da historiografia sobre o tema, utilizaram-se, ainda, como fontes, os jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* e a obra de Alberto Pasqualini *Bases e sugestões para uma política social*. Inicialmente, o PTB possuía dupla característica: um projeto trabalhista e o vínculo com o getulismo. Podemos concluir, então, que, em seus primórdios, essa sigla compunha-se de políticos e sindicalistas que apresentavam, como atributo político central, a ligação com o aparelho administrativo do Estado, especialmente com o Ministério do Trabalho. Em um segundo momento, o partido apresentou uma gradativa desvinculação do getulismo e adotou uma via reformista. Pasqualini foi o idealizador mais significativo dessa tendência e suas idéias permaneceram vivas ao longo da história do partido. No contexto dos anos de 1960, o PTB assumiu uma posição radical em relação às reformas, colaborando para intensificar a crise política. Nem o PTB nem as esquerdas conseguiram formar uma defesa forte contra o golpe militar porque estavam bastante divididos. Naquele momento, as forças se polarizavam, o próprio PTB estava bastante fragmentado; além disso, a crença na vitória entorpecia os grupos progressistas, que imaginavam possuir o respaldo necessário para um embate com a direita. Todo esse conjunto de fatores, aliado ao desprezo pela constituição por parte dos grupos envolvidos, contribuiu para o desfecho de 1964.

Palavras-Chave: Partido Trabalhista Brasileiro. Política. Estado. Massas.

ABSTRACT

The Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), was created from a process of reestablishing democracy carried out in 1946, which had as it's primary objective to maintain Getúlio Vargas in power. Despite its growth, the PTB could not form a coalition in the National Congress capable of accomplishing the reforms and keep the President of the Republic in power. The problem raised here in this inquiry resides in the lack of union within the PTB, in light of the threat of a coup. Therefore a theoretic historigraphical analysis was made, with the objective to explain the position of the PTB on the coup of 1964 and its challenges in supporting the Jango Government in the conjuncture of conspiracy that was developing at that time. Complementing on the information from the historiography on this subject, I used as sources the Leaf periodicals of São Paulo, Globo and the works of Alberto Pasqualini *Bases e sugestões para uma política social*. In its beginning the PTB had two characteristic ideas: a working project and a bond with getulismo. We come to conclude that, in its beginning, this acronym composed of politicians and syndicalists who presented a central politician attribute, of combining with the administrative device of the State, specifically linked to the Ministry of the Work. For a second time, the party presented a gradual disconnection of getulismo and adopted a reformist way. Pasqualini was the most significant idealist of this trend, and its ideas have remained alive throughout the history of the party. In the context of the years of 1960, the PTB assumed a radical position in relation to the reforms, collaborating to intensify the political crisis. Nor the PTB, or the left had been able to form a strong defense against the military coup because they were so extreenly divided. At that moment the forces polarized, the PTB itself was broken up, moreover, the belief that the victory would daze the progressive groups, while imagining to possess the necessary endosements for a conflict with the right. All this set of factors alied to the dissapointment for the constitution on the part of the involved groups which contributed to the 1964 outcome.

Key Words: Brazilian Working party. Politics. State. Masses.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

1 O SISTEMA PARTIDÁRIO DE 1946 E A CRIAÇÃO DO PTB 30

1.1 EMERGÊNCIA DAS MASSAS NO BRASIL 30

1.2 REDEMOCRATIZAÇÃO: MUDANÇA E PERMANÊNCIA 34

1.2.1 A criação dos partidos 41

1.3 PTB: GÊNESE E REPRESENTAÇÃO 44

1.3.1 PTB, Vargas e os sindicatos 48

1.3.2 O queremismo 51

1.3.3 O PTB e as cisões internas 53

1.3.4 Os getulistas pragmáticos 65

1.3.5 Os doutrinários trabalhistas 65

1.3.6 Os pragmáticos reformistas 67

1.4 TRABALHISMO 69

1.5 PASQUALINI E O TRABALHISMO REFORMISTA 73

1.6 O POPULISMO 78

2 O PTB NA POLÍTICA 90

2.1 NEM SEMPRE AMIGOS: PTB E PSD 90

2.2 SEMPRE INIMIGOS: PTB E UDN 96

2.3 QUASE ALIADOS: PTB E PCB 99

2.4 A DEMOCRACIA DESRESPEITADA: O PAPEL DO PTB 103

2.4.1 Polarizando a crise: as reformas de base e o PTB 111

2.4.2 Da polarização à radicalização política 115

2.4.3 O PTB diante do golpe 132

2.4.4 A ilusão esquerdista 136

2.4.5 A “ameaça” de uma república sindicalista 139

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS 146

4 REFERÊNCIAS 151

ANEXO 161

PROGRAMA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) 170

INTRODUÇÃO

É objetivo desta dissertação analisar a ação política do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como base de apoio ao governo Goulart na crise política ocorrida entre os anos de 1961 e 1964. O recorte temporal é pertinente com o objetivo da pesquisa, uma vez que foi justamente nesses anos, e com a posse do então vice-presidente João Goulart, que se deu o agravamento de uma crise política, cuja gênese pode ser localizada na redemocratização de 1946. Deve-se ressaltar que verificamos a necessidade de uma profunda pesquisa historiográfica a respeito do tema, para alcançar os objetivos fixados inicialmente, e que o investimento nessa pesquisa inviabilizou uma investigação de caráter mais empírico. Destaca-se que a opção pela revisão historiográfica deveu-se, sobretudo, à importância e à necessidade de discutir o termo populismo e valorizar o conceito de trabalhismo como projeto social e trabalhista para o Brasil.

Especificamente, buscar-se-á, em primeiro lugar, localizar, dentro do PTB, a prevalência ou não de uma frente de oposição ao golpe militar de 1964. Em segundo lugar, identificar na prática política de seus líderes os prováveis interesses colocados em jogo, averiguando a natureza dessas dissidências, se advindas de interesses sindicalistas, partidários, pessoais, nacionais, regionais, ou de todos em conjunto. A partir dessas averiguações e identificações, procurar-se-á entender o comportamento do partido diante das massas e do governo.

A bibliografia a respeito do tema não é unânime quanto às razões da inexistência, por parte do Partido Trabalhista Brasileiro, dos outros grupos populares e da esquerda, de uma oposição partidária eficaz capaz de neutralizasse a conspiração e o golpe militar. Nesse sentido, em minha dissertação, procurei oferecer mais uma tentativa de compreender os limites do sistema partidário que emergia em 1946 e a postura política do PTB dentro desse quadro.

Minha hipótese é que não só o PTB falhou no apoio ao presidente Goulart, como também se tornou mais um fator de pressão, principalmente da ala reformista ligada aos sindicatos. Sem o devido apoio de seu partido, como explicarei ao longo desta dissertação, aumentou o grau de isolamento político de Goulart no período

presidencialista. Havia muito, ele não conseguia com a direita uma via de conciliação e suas tentativas nesse sentido geravam, nos grupos que antes o apoiavam, a desconfiança sobre suas reais intenções. Dessa forma, o PTB, dividido, não conseguiu formar uma forte oposição partidária à tentativa de golpe. Leonel Brizola, líder da ala radical e mais à esquerda do partido, ofereceu, no último instante, uma alternativa de resistência, a partir do Rio Grande do Sul, todavia essa atitude não se constituiu de uma decisão do Diretório Nacional, portanto não se pode afirmar que o partido ofereceu o suporte de resistência, vez que não foi uma disposição hegemônica do partido, mas de uma facção.

Esse arrazoado de motivos, ações e inações políticas fez João Belchior Marques Goulart, vice-presidente eleito pelo PTB em 1960, e empossado Presidente em 1961, ser registrado na História como o presidente da República deposto pelos militares.Estritamente por sua relevância para esta dissertação, far-se-á um apanhado da história política de Goulart, usando dados de época bem anterior ao dia em que foi deposto. Antes de entrar para a política, Jango, apelido carinhoso que recebera na infância, administrava os negócios do pai, uma estância em São Borja, Rio Grande do Sul, cidade onde nasceu em 1º de março de 1919. No ano de 1945, entrou para a política por incentivo de Getúlio Vargas, que o recomendou ao Diretório Regional do PTB no Rio Grande do Sul. Antes disso, consta que ele não se interessava pelo assunto. Também por intermédio de Getúlio, foi eleito Deputado Estadual, em 1947, ao mesmo tempo em que passava a frente no comando do PTB municipal, ajudando assim na construção desse partido.

Sua imagem, entretanto, só foi definitivamente atrelada a Vargas por ocasião da candidatura deste à presidência da República, em abril de 1950, anunciada, inclusive, em São Borja, na fazenda de Jango. A partir daí, ele passou a ter como inimigos os antigetulistas. Foi nessa data também que Leonel Brizola tornou-se seu cunhado, casando-se com uma de suas irmãs, Neuza Goulart. Os três, João Goulart, Getúlio Vargas e Leonel Brizola, participaram ativamente da criação e do fortalecimento do PTB no Rio Grande do Sul, de maneira que não há como não associar suas imagens com a daquele partido.

A carreira política de Goulart ascendeu rapidamente. Em 1951, já era a maior força política do Rio Grande do Sul, assumindo em 1954 o comando do Diretório Nacional

do partido. Ficou conhecido no PTB por seu talento em solucionar conflitos e se destacou no controle dos principais cargos [1] de chefia dos institutos de previdência social, responsáveis pela distribuição de empregos entre as bases. Parte de sua tática política nessa função foi conceder aos sindicatos maior reconhecimento nacional, de forma a constituir uma força que pudesse dar respaldo ao presidente Vargas, atingido por uma crise política.[2] Daí em diante, Jango foi ampliando cada vez mais suas bases sindicais.[3]

Devido à amizade com Getúlio e à brilhante carreira dentro do PTB, Jango foi nomeado Ministro do Trabalho em 17 de junho de 1953, aos trinta e cinco anos de idade. Nesse cargo, consagrou-se como grande líder de massas. No posto, deparou-se com uma greve dos marítimos, da qual se saiu muito bem, negociando diretamente com as lideranças sindicais, marca de seu estilo político. Nos embates com os trabalhadores, gostava de participar diretamente das conversações, adquirindo uma popularidade que assustava os udenistas e militares, temerosos de um continuísmo varguista ou então de uma ascensão da massa trabalhadora. [4]

Continuando numa carreira política de sucesso, Jango decidiu concorrer pela primeira vez à vice-presidência da República em 1955, na chapa de Juscelino Kubitschek. A união do Partido Social Democrático (PSD) com o PTB foi articulada por Juscelino, pois este sabia que, para a vitória, seria necessária a aliança com João Goulart, herdeiro político de Vargas. Os udenistas tentaram a todo custo

---

[1] João Goulart passou a ser o responsável pelas nomeações dos cargos da administração dos inúmeros Institutos de Pensões e Aposentadorias, os (IAPs). GOMES, Ângela de Castro. **Trabalhadores, movimento sindical e greve**. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/> Acesso em: 08 abr. 2007.

[2] Getúlio procurou governar com todos os partidos, concedendo inclusive cargos para membros da UDN, partido de oposição ao governo, buscando uma política de conciliação que não chegou a acontecer, uma vez que esse partido buscava o apoio militar para a deposição do presidente. Para maiores esclarecimentos sobre a crise do segundo governo Vargas, consultar SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964***).* São Paulo: Alfa-Ômega, 3º ed., 1990. HIPPOLITO, Lúcia. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil***.* Belo Horizonte: UFMG, 1986.

[3] D'ARAUJO Maria Celina. **A trajetória política de João Goulart :** do Rio Grande do Sul para a política nacional, iniciação política, aproximação com Vargas e o PTB. CPDOC, 2004. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav-jgoulart/htm/1Do-RS-para-política-nacional/iniciação-política.asp>. Acesso em: 08 mar. 2006.

[4] GOMES, ÂNGELA DE Castro. **A trajetória política de João Goulart:** no Governo Vargas, o Ministro dos Trabalhadores. CPDOC, 2004. Disponível em:<http//www.cpdoc.fgv.br/nav-jgoulart/htm/2no-governo-Gv/o-ministro-dos-trabalhadores.asp>. Acesso em: 08 mar. 2006.

derrotar a chapa Juscelino-Jango. Na tentativa de chegar ao poder, e tentar impedir que as forças getulistas permanecessem no governo ganhando novo fôlego com a vitória de Goulart, os udenistas apelaram inclusive para a tentativa de anular o pleito.

Em 1959, ganhou força o movimento não oficial “Jan - Jan”, disseminando a imagem conjunta de Jânio para Presidente e Jango para vice, efetivada na vitória eleitoral de 1960. A União Democrática Nacional (UDN), partido que elegeu Jânio Quadros, não possuía maioria no Congresso liderado pelo PSD. Esse fato deu início a uma crise política, gerada pelos conflitos entre o governo e os parlamentares, levando à renúncia de Jânio Quadros e à tentativa de veto à posse do vice João Goulart.

O relacionamento do vice com o presidente da República não era muito afinado, primeiro porque Jânio Quadros ajustava sua política econômica de acordo com as recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e, segundo, porque tinha escolhido para os ministérios militares pessoas do grupo antivarguista. No entanto, a perda do apoio político da UDN levou o presidente Jânio Quadros a reestruturar a economia, aprofundando a política externa independente e o apoio ao desenvolvimentismo.[5] Essa mudança possibilitou uma aproximação entre o presidente e seu vice. Mesmo assim, apesar desse recente entrosamento, a renúncia de Jânio Quadros pegou Jango de surpresa em sua visita à República Popular da China em 25 de agosto de 1961. Antes de voltar ao Brasil, Goulart ficou sabendo que parcelas dos militares se uniram contra sua posse. Grupos favoráveis e contrários mobilizaram-se, provocando uma polarização política só terminada, parcialmente, com uma solução de compromisso - o parlamentarismo, fórmula negociada para manter o novo presidente sob controle do Congresso.

Durante todo o período parlamentarista, Goulart lutou para derrubar esse regime político. Empenhou toda sua força política para a antecipação de um plebiscito, previsto para 1965, quando o povo deveria ser consultado a respeito do tipo de governo. Inconformado, pediu a antecipação da votação para 7 de outubro de 1962. Finalmente, depois de muitas discussões e intensa propaganda, a lei de antecipação foi aprovada, marcando o plebiscito para 6 de janeiro de 1963. A partir daí, no

[5] A política externa do presidente Jânio Quadros seguia os princípios de uma linha independente, aberta a todos os países do mundo.

período presidencialista, a direita se armou contra Goulart. Dentre os principais grupos que formavam a direita, podemos destacar os políticos liderados pela UDN e congregados na Ação Democrática Parlamentar (ADP), os grupos empresariais, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundado no início de 1962, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que financiava candidaturas de políticos conservadores e propaganda oposicionista, relativa parcela dos militares, e também setores sociais formado pelas "elites" e a classe média tradicional, representados na cena política por empresários, profissionais liberais, líderes religiosos e movimentos femininos. A ADP foi uma verdadeira frente política, composta por deputados e senadores oriundos de diferentes partidos políticos que se opunham à Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), que apoiava as iniciativas reformistas de Goulart. Esses grupos, portanto, engendraram uma conspiração que incluía desde uma guerra psicológica, com denúncias de tolerância às atividades comunistas, até coalizões de veto às reformas de base. Pesava contra João Goulart, ainda, a constante acusação de articular um plano continuísta de base popular, com o fito de instituir uma “República Sindicalista”.

Por efeito das freqüentes greves e da radicalização do campo, setores de centro cada vez mais se afastavam de Goulart. Sem possibilidade de conciliação com a oposição, via como única alternativa para se manter no poder a implementação das reformas sob os moldes da esquerda. Aliandondo-se a diversos grupos de esquerda,[6] como por exemplo o CGT, a Frente Parlamenta Nacionalista (FPN), a Frente de Mobilização Popular (FMP) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), Goulart pretendia formar com eles uma coalizão de apoio às reformas. Uma série de comícios havia sido programada para que o presidente da República assumisse esse compromisso, declarando sua realização por decreto, à revelia do congresso. O ponto de partida foi o Comício da Central no qual Jango assinou dois decretos: o da encampação das refinarias de petróleo particulares e o da Superintendência da

[6] “Os grupos que formavam as esquerdas eram: as Ligas Camponesas; o Partido Comunista Brasileiro — PCB; o bloco parlamentar autodenominado Frente Parlamentar Nacionalista; o movimento sindical, representado pelo Comando Geral dos Trabalhadores — CGT; organizações de subalternos das Forças Armadas, como sargentos da Aeronáutica e do Exército e marinheiros e fuzileiros da Marinha; os estudantes, por meio da União Nacional dos Estudantes — UNE e, também, uma pequena organização trotskista.” FERREIRA, 2004, p. 184.

Reforma Agrária (SUPRA), já preparado desde dezembro, tornando passível de desapropriação todas as propriedades valorizadas por investimentos públicos.

Desde então, ganhava corpo cada vez mais o plano arquitetado pelas forças de direita para a derrubada de João Goulart. A gota final foi o discurso de Jango no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, organizado no dia 30 de março de 1964 para a baixa oficialidade das forças armadas. Os militares não podiam aceitar tal "afronta". Então, no dia seguinte, 31 de março, o General Mourão Filho, do IV Exército, deu início ao levante. Tentando evitar uma guerra civil, Goulart não ofereceu resistência. Apesar da pressão exercida por Leonel Brizola para que reagisse, Jango optou por deixar seu país, buscando refúgio no Uruguai em 4 de abril de 1964. [7]

No exílio, o relato da família retrata um Jango triste pelo destino incerto, pela saudade dos filhos (escondidos na Inglaterra) e pela proibição de voltar ao Brasil. Apesar do pedido do filho Vicente para que não retornasse a Argentina, foi nesse país que faleceu João Goulart, vítima de um infarto, em 6 de dezembro 1976 aos 57 anos de idade. [8]

Por ocasião do golpe militar que depôs o presidente Goulart, nem sequer houve uma frente de oposição por parte do PTB. O partido possuía um significado especial na política da época, pois fora criado ainda no Estado Novo, em 15 de maio de 1945, sob a inspiração de Getúlio Dornelles Vargas. O objetivo era atrair a massa trabalhadora e ao mesmo tempo fazer frente ao partido comunista, que, nos últimos anos, vinha ganhando grande prestígio entre os operários.[9] Embora o PTB tenha sido criado em 1945, foi a partir de 1940 que se começou a pensar em outro tipo de organização, além dos sindicatos, que contribuísse para a transição do autoritarismo

---

[7] ALMEIDA, Alberto Carlos. **A trajetória política de João Goulart:** na presidência da república, os gabinetes parlamentaristas. CPDOC, 2004. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav-jgoulart/htm/6na-presidencia-republica/os-gabinetes-parlamentares.asp.>. Acesso em: 08 mar. 2006.

[8] COSTA, Célia Maria Leite. **A trajetória política de João Goulart**: exílio no Uruguai, o Brasil pós-golpe. CPDOC, 2004. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav-jgoulart/htm/8exilio/O-Brasil-pos-golpe.asp>. Acesso em: 08 mar. 2006.

[9] ABREU, Alzira Alves (coord.) [et al]. **Dicionário histórico - biográfico brasileiro pós 1930.** Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. p. 4.419.

para a democracia. Pensava-se em formar um partido único, que unisse todas as forças políticas do presidente Vargas.[10]

Devido à impossibilidade de reunir num único partido trabalhadores e patrões, estabeleceu-se, em 1945, a hipótese de reunir as forças políticas ligadas a Getúlio em duas organizações partidárias, e não apenas em uma. O Partido Social Democrático (PSD) representaria as oligarquias estaduais, excluindo a massa trabalhadora e englobando principalmente os grandes latifundiários. Do outro lado, estaria o PTB, de caráter mais popular, que procuraria angariar os trabalhadores vinculados aos sindicatos e ao programa trabalhista do presidente. Desse modo, o PTB surge tendo como um de seus objetivos defender os interesses dos trabalhadores. Com esse fim, organiza-se numa proposta diretamente dirigida aos trabalhadores assalariados urbanos.[11]

O PTB buscava como principal sustentação para suas ações as entidades sindicais e a estrutura previdenciária ligada ao Ministério do Trabalho. Embora o partido e os sindicatos se colocassem em lados diferentes, estavam unidos por uma estrutura de mobilização popular, que abrangia desde campanhas políticas até eleições sindicais.[12] Essa marca de oficialidade, paternalismo e sindicalismo acompanhou toda a trajetória do partido. Mesmo mais tarde, quando sua prática se fundamentou em propostas reformistas, a agremiação manteve sua vinculação com o Estado e com os sindicatos.[13]

A partir de 1960, quanto mais crescia a mobilização popular e sindical, mais o PTB caminhava em direção ao reformismo, adquirindo uma face mais à esquerda.[14] Comandava greves, congressos sindicais e manifestações de rua. Assim, surgiram,

---

[10] GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. RJ: Relume Dumará, 1994. p. 249.
[11] GOMES, 1994, p. 30.
[12] DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **PTB:** do getulismo ao reformismo. São Paulo: Marco Zero,1989. p. 75.
[13] DELGADO, 1989, p. 77.
[14] De acordo com Bobbio a melhor forma de distinguir direita e esquerda é diferenciar a postura que cada uma avoca frente à igualdade. “O elemento que melhor caracteriza as doutrinas e os movimentos que se chamam de "esquerda", e como tais têm sido reconhecidos, é o igualitarismo, desde que entendido, repito, não como a utopia de uma sociedade em que todos são iguais em tudo, mas como tendência, de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais do que o que os faz desiguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais.” BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda:** razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Unesp, 1995. p.110.

nos anos de 1960, novas propostas de atuação por meio de alianças com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e com os movimentos populares. Os sindicatos atrelados ao PTB adotaram um posicionamento político marcado por uma maior inclusão política dos setores populares na política do país. Foi no governo de João Goulart que essa participação popular atingiu maior proporção.

Nesse período, os grupos de esquerda, como, por exemplo, a Liga Camponesa e os sindicatos, prometeram ao presidente da República que, em caso de uma tentativa de golpe por parte da direita conservadora, todos iriam defender o regime. Quando se olha retroativamente essa atitude das lideranças populares e de esquerda, parece que eles acreditavam tratar-se de ameaças que não se concluiriam e que os reacionários não iriam levar adiante a ofensiva.

O PTB, enquanto partido do governo, defendia as reformas de base e possuía uma postura nacionalista. No entanto, a retórica radical afirmando a necessidade de se implementar as reformas à revelia do Congresso defendida pela ala radical liderada por Leonel Brizola dividia o PTB, impedia a conciliação com os grupos políticos de oposição e o apoio ao presidente Goulart. Impossibilitou ainda que o partido se organizasse internamente e saísse em defesa do regime. Leonel Brizola chegou a organizar no Rio Grande do Sul uma frente de oposição representando uma parcela do PTB, a ala mais radical. Fragmentado, o PTB não conseguiu dirimir suas divergências internas e nem tão pouco se unir aos demais grupos de esquerda para impedir que Ranieri Mazzili declarasse a vacância do cargo com o presidente da República ainda nos limites do país.

Portanto, nos poucos meses que antecederam ao golpe, Goulart enfrentou uma grave crise econômica e política.[15] Isolado, não pôde contar com o apoio dos proprietários rurais, atemorizados pela possibilidade de uma reforma agrária. Até certo ponto esses ruralistas tinham razão em temer a conduta de Goulart que, naquele momento, 1963-64, não possuía o controle dos trabalhadores do campo. Pretendia adquirir essa influência sobre os trabalhadores rurais estendendo a legislação trabalhista ao campo. Porém, contraditoriamente, esses mesmos

[15] MORAES, Dênis de. **A esquerda e o golpe de 64:** vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989. p. 112-113.

proprietários que formavam a maioria no congresso, vetavam a proposta que ampliaria os poderes e a influência de Goulart sobre os trabalhadores.

A reforma prevista pelo PTB presumia, ainda, a desapropriação por interesse social, abrangendo tanto propriedades rurais como urbanas. A Emenda levada ao congresso pelo governo, em abril de 1963, e rejeitada, sugeria alargar a faixa de proprietários agrícolas, melhorar as condições de exploração da terra e estender a legislação trabalhista ao campo. A emenda sugeria, ainda, um arrendamento que limitasse o preço anual da terra em 10% do valor do imóvel, sendo que a quantia do proprietário não poderia ultrapassar os 20% da produção.[16]

Temerosos quanto ao destino de suas propriedades, os donos de terra não ofereciam sustentáculo ao governo e, tão pouco, os empresários e os militares conservadores o apoiavam. Já o grupo de esquerda, esperava medidas mais efetivas quanto às reformas e, por isso, diante das tentativas de conciliação do presidente Goulart, retirara seu apoio. Lucilia de Almeida N. Delgado[17] afirma que, não possuindo o apoio nem da direita e nem da esquerda, Jango enfrentava o perigoso isolamento político. De um lado, os conservadores temiam que todo esse movimento pelas reformas modificasse a estrutura social e econômica vigente. De outro, as forças populares se ressentiam de algumas ações do presidente Goulart no sentido de angariar apoio da direita. Pode-se citar, por exemplo, a nomeação de Nei Galvão, um banqueiro, para o Ministério da Fazenda, no lugar de Leonel Brizola, seu colega de partido. Dessa forma, por sua “ambigüidade”, o governo perde um pouco da força sobre esses movimentos.

O agravamento dos conflitos envolvendo patrões, donos de terra e trabalhadores resultou numa politização dos movimentos sociais. Além de modificar o sistema partidário e a vida parlamentar, os conflitos no campo e na cidade levaram os partidos a uma polarização política, dividindo-se em alas e facções. Segundo a tese de Lucia Hippolito,[18] o centro era ocupado por um partido forte: o PSD. Esse partido, a partir do momento que começa a ser minado por uma fragmentação interna,

---

[16] MORAES, 1989, p. 127-128.
[17] DELGADO, 1989, p. 279-280.
[18] HIPPOLITO, 1985, p. 34-35.

afasta-se do centro e ganha feições mais à direita o que, por sua vez, transformava e polarizava todo o sistema partidário.

Com o PTB não foi diferente, também estava dividido.[19] Diante da ameaça do golpe e da ofensiva contra o governo Goulart, o PTB e os partidos de esquerda não ofereciam ao presidente da República o apoio unânime necessário à superação da crise. “A esquerda não conseguia superar as próprias divergências internas para contra-atacar”.[20] Mesmo tendo o PTB apresentado excelente crescimento nesse período, não possuía força política suficiente para neutralizar as ações conspiratórias e Jango acabou deposto.

O PTB, de 1945 até 1962, data da última eleição parlamentar, crescia como veículo de representação dos trabalhadores, já que um partido, como avalia Giovanni Sartori, [21] é um canal de expressão, ou seja, os partidos são os meios de representação do povo. Nesse sentido, o crescimento de um partido só pode ser avaliado por meio de regras que giram em torno de sua relevância. O critério tem como base o seu valor dentro do sistema e sua força eleitoral; em outras palavras, o número de cadeiras que o parido ocupa num parlamento após as eleições e o potencial de coalizão de cada partido dentro do governo.[22]

Com o crescimento do PTB, a representação dos interesses dos trabalhadores ficava mais forte no Congresso e Assembléias Legislativas. Segundo Robert Michels [23] , um grupo que ambicione alcançar determinados ideais precisa necessariamente se organizar. Sejam suas reivindicações econômicas ou políticas, a organização é o caminho para se criar um anseio coletivo de mudança. Nesse sentido, Michels considera que o partido, sendo uma organização, é também uma arma de luta dos fracos contra os fortes. E é exatamente nesse sentido, podemos dizer, que o PTB apresentou-se como o único meio de representação política dos trabalhadores,

---

[19] TOLEDO, Caio Navarro de. **1964, visões críticas do golpe:** democracia e reformas no populismo. 1997. p. 64-67.
[20] FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas?** alternativas democráticas à crise política: 1961-1964,1993.p. 131-133.
[21] SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Tradução: Waltensir Dutra. Brasília: Zahar/UnB, 1982, p. 49.
[22] SARTORI, 1982, p. 144-146.
[23] MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: UNB, 1982. p. 15.

dialogando com o governo e buscando solucionar os problemas desse grupo como, por exemplo, os baixos salários.

O incremento do processo de urbanização, na década de 1930, facilitou a participação popular nos movimentos políticos. Notadamente nas cidades, há uma maior participação da população trabalhadora nas sessões do partido. Apesar desse engajamento político, ainda de acordo com Michels [24] , os populares seguem pessoas dispostas a decidir por elas na qualidade de líderes. Esses dirigentes, muitas vezes, se encontram em oposição aos interesses populares, contudo, assim mesmo, as pessoas, para terem quem resolva seus problemas, não dispensam o líder. Pode ocorrer que, para se manterem no poder e tentar neutralizar novos concorrentes, os antigos dirigentes tomem a forma de demagogos, finjam subserviência ao povo, quando na verdade desejam submetê-lo às suas decisões. Num partido como o PTB, certamente surgiram líderes fisiológicos, interessados em vantagens pessoais, todavia a história registra também líderes que buscaram solucionar os problemas dos trabalhadores. Nessa categoria, podemos citar João Goulart.

Serge Berstein[25] assegura que discurso e prática podem se divorciar. No caso desta dissertação, procuro identificar na trajetória do PTB tanto suas proposições programáticas, registradas nos documentos do partido, quanto sua ação, concretizada nas práticas de líderes trabalhistas petebistas.[26] Bourdieu[27] é outro autor que também chama a atenção para o fato de que o objetivo do discurso político é menos a verdade do que a mobilização:

A força de um discurso reside mais na sua capacidade de mobilização do que em sua propriedade, sua força está no poder de exercer em um número grande de pessoas o sentimento de que o emissor traduz seus interesses. Dessa maneira, pela eficácia simbólica, o ouvinte se reconhece no falante.[28]Bourdieu[29] afiança ainda que,

---

[24] MICHELS, 1982, p. 35, 54,56.
[25]BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: Remond, René (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
[26] BERSTEIN, 1996, p. 62-63.
[27] BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz, 3º edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 184.
[28] BOURDIEU, 2000, p. 184.

na política, a concorrência é pelo poder de ser reconhecido na vontade popular. Sendo assim, a força do homem político não está na verdade de seu discurso, mas na capacidade de mobilização. O poder está em fazer crer que se pode cumprir o que se promete. Certeau[30], por sua vez, conclui que nossa sociedade se tornou literária, já que é definida por relatos, por citações, e por recitações. Tendo o poder de transformar imagem em crença, fabrica uma realidade aparente. A invisibilidade do real antigo cedeu lugar à visibilidade contemporânea. A crença funciona tendo como base o valor real que é colocado no outro, mesmo que seja notória a farsa e a aparência dessa realidade. A citação trabalha com o que o outro pode crer.

Além de alcançar essa diferença entre realidade e discurso, o historiador deve entender, segundo Berstein,[31] que os partidos estão ligados às condições estruturais que permitem julgar a evolução de uma sociedade, como a especialização profissional, a consciência nacional, o progresso dos meios de informação e a extensão dos transportes, entre outros. Claro que apenas essas condições não são suficientes, é necessário que uma crise seja iniciada nesse processo, justificando a criação de outras organizações que traduzam o desejo da população. Isso ocorreu com a redemocratização em 1945, iniciada em conseqüência da insatisfação de setores militares e de parcelas da sociedade civil com o regime autoritário.

Os partidos, por conseguinte, não nascem apenas do desejo de seus fundadores, somente sobrevivem se sua imagem corresponde às aspirações de alguns setores da sociedade, e se essa mediação proposta pelo partido é aceita por esses grupos sociais. Nesse sentido, o PTB significou, para parcelas da população brasileira, principalmente os trabalhadores, uma oportunidade de ter seus interesses representados.

Dessa forma, o historiador deve procurar entender qual a imagem sociológica[32] que o partido pretende expressar. Essa informação esclarece em qual grupo social o partido pretende adquirir filiados e eleitores, e de qual camada social ele pretende ser representante. Todo partido apresentaria uma ambigüidade devido à

---

[29] BOURDIEU, 2000, p. 186.
[30] CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 288.
[31] BERSTEIN, 1996, p. 67-68.
[32] BERSTEIN, 1996, p. 72-73.

necessidade de ampliar suas bases e o número de seus eleitores, negligenciando assim a representação de um determinado grupo em favor de interesses difusos nas massas. Todos os partidos possuem grupos diversos em seu interior, apesar de não atenderem a todos eles em seu conjunto. Algumas categorias são mais bem representadas por configurarem uma imagem que o partido faz de si mesmo. No caso do PTB, sem dúvida, o partido representava, sobretudo, o interesse do trabalhador urbano ligado aos sindicatos.

René Remond[33] explicita que o político não possui fronteiras naturais, podendo expandir-se, envolvendo o campo do privado, e também retrair-se, e que a política não se restringe somente ao Estado. Sem estar isolada, comunica-se com todas as atividades da sociedade.[34] Assim sendo, as instituições têm importância nas decisões políticas e na vida dos indivíduos da comunidade. Igualmente, o fato de o PTB, durante sua existência, permanecer ligado aos sindicatos e ao próprio Estado pelo Ministério do Trabalho, forneceu os contornos do partido e de seus filiados.

Segundo Pierre Bourdieu [35], o Estado confere a aparência de naturais às suas decisões despóticas. Essa produção do senso comum somente acontece porque o Estado não só exerce o uso do monopólio da força física, mas também do simbólico. Desempenhando um controle também sobre as categorias mentais de percepção e pensamento, o Estado faz com que se perceba a estrutura estatal não como intervenções, mas como algo que sempre existiu e deveria ser do jeito que é. Nessa perspectiva, o estudo do político exige o conhecimento da teoria do governo, da prática e dos personagens.

Buscando essa compreensão, esta dissertação não só se propõe a analisar a ação política do PTB, como também a prática de atores como Getúlio Vargas e o próprio João Goulart. Na construção do poder [36], os detentores do capital da força física, do capital econômico, cultural ou simbólico lutam pelo poder sobre o Estado. A radicalização da luta pelo poder entre os três maiores partidos - PTB, PSD e UDN-,

---

[33] REMOND, René (Org.). Do político. In: **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
[34] REMOND, 1996, p. 442-445.
[35] BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa, Campinas: São Paulo, Papirus, 1996. p. 91-95.
[36] BOURDIEU, 1996, p. 96-99.

na década de 1960, desprezando as regras do jogo, contribuiu para uma crise que culminou na falência das instituições democráticas.

Era inaceitável, para a elite brasileira, a divisão da propriedade privada e a mudança na estrutura social e econômica. O PTB, por sua vez, defendia a necessidade de reformas estruturais que possibilitassem a divisão da riqueza de forma justa e eqüitativa. Tentando impedir que essas reformas fossem aprovadas, os proprietários e a imprensa ligada aos conservadores buscavam colocar a opinião pública contra o governo, acusando-o de tolerância com as atividades comunistas. Segundo Bourdieu[37], essa é uma das estratégias mais universais dos profissionais do poder simbólico: colocar o senso comum do seu próprio lado. Nesse sentido, na intensificação da crise, os grupos de direita, em especial a UDN e os setores militares conservadores, colocaram-se como interlocutores da população, beneficiando-se da conjuntura da Guerra Fria de ojeriza ao comunismo.

Ainda de acordo com Bourdieu,[38] os interesses diretamente envolvidos na luta pelo monopólio da verdade no mundo social tendem a tornar os discursos políticos imbuídos de uma espécie de duplicidade estrutural: na aparência diretamente destinado aos eleitores, os discursos são na realidade dirigidos aos concorrentes no campo político. A investigação dessas posições políticas realizou-se por meio da observação sistemática das fontes, sem, contudo, hierarquizá-las. Tais fontes são constituídas pelo jornal *Folha de São Paulo*, pelos depoimentos dos atores, pelo programa definitivo do partido e pela obra *Sugestões e Bases para uma Política Social*, de Alberto Pasqualini – idealizador do trabalhismo brasileiro, cujo projeto e obra foram incorporados ao programa.

Diante da tarefa de buscar compreender a imagem do PTB para os trabalhadores, como a de representante de seus interesses, utilizo o conceito de representação dada por Bourdieu[39] para interpretar diversos fatos e elementos desse partido, tentando entender a extensão de seu poder político, bem como do poder de João Goulart para a votação das reformas. Há como tarefa, ainda, compreender de que

---

[37] BOURDIEU, 2000, p. 140-143.
[38] BOURDIEU, 2000, p. 155,157.
[39] BOURDIEU, 2000, p. 14-15, 34.

maneira esse programa era entendido pela oposição. Para o citado autor, a força de um grupo está diretamente relacionada à credibilidade dada à representação. Assim, a perpetuação do poder depende da força simbólica, do quanto se faz acreditar. O poder simbólico reside e se define numa relação determinada entre os que exercem o poder. O ingrediente que transmite poder ao discurso é a crença na legitimidade das palavras e naquele que as pronuncia. Portanto, o capital simbólico pode ser chamado de prestígio, reputação e fama.

O poder simbólico é um poder que aquele que a ele está sujeito dá àquele que o exerce, ele põe nele sua confiança. É um poder que existe porque aquele que a ele está sujeito crê que ele existe. O crédito e o carisma são produto da crença, da obediência, que parece produzir o credo. O homem político retira sua força política da confiança que um grupo põe nele. Ou seja, o capital político é um valor que depende da representação da opinião e da crença, o político é especialmente vulnerável às suspeitas, às calúnias, a tudo o que ameaça a crença. Daí resulta toda a prudência, silêncios e dissimulações necessárias à acumulação e à preservação do capital político, o crédito.[40]

Uma outra forma de averiguação da crença, a qual permite verificar de que forma essa representação era aceita como verdade, é a literatura. A liberdade poética permite ao artista a denúncia ou mesmo a crítica disfarçada de romance. Dessa forma, fará parte desse trabalho o uso de poesias e músicas. Segundo Marc Bloch, as testemunhas mais eficazes são as que não pretendem testemunhar.

> O conhecimento passado é um conhecimento por *vestígios*; os documentos históricos não são senão *vestígios* à disposição do pesquisador; este, por sua vez, deve levar em conta os *relatos das testemunhas* [...] Até o policial mais ingênuo sabe que não se deve forçosamente acreditar naquilo que as testemunhas dizem [...] a investigação histórica à medida que progredia, foi levada a confiar mais na segunda categoria de testemunhos, isto é, nas testemunhas que não pretendiam sê-lo. [41]

Na busca da verdade como projeto intelectual, o que importa é chegar o mais perto possível das representações do passado, tentando atingir ou recuperar as

---

[40] BOURDIEU, 2000, p. 188-189.
[41] CERQUEIRA FILHO, NEDER, Gizlene. Emoção e política, a aventura e imaginação sociológica para o século XXI, 1997. p. 24.

significações atribuídas pelos homens de outra época. Isso faz com que o resultado das histórias escritas seja uma possibilidade de múltiplas respostas, e não necessariamente uma verdadeira e outras falsas. Verdades possíveis, condizentes e explicáveis pelas fontes, método e teoria, implicam admitir não a certeza absoluta, mas versões que, por vezes, não se excluem, mas se acumulam para a explicação de algo. [42] Nesse caminho, necessário é ao historiador não confundir provas com coincidências, sempre levando em conta a conjuntura, para também não aceitar a exceção como regra. [43] Desse modo, a pesquisa pretende colaborar no entendimento da prática política do PTB frente aos acontecimentos que colocavam em perigo as instituições e o regime, sem, no entanto, pretender uma verdade absoluta e excludente.

Nesse processo, seguir-se-á a orientação das autoras Maria do Pilar, Maria do Rosário e Yara Maria [44], que afirmam não caber no processo de investigação esquemas prévios. Para as autoras, os pressupostos devem ser formulados no decorrer da pesquisa e, ao analisar o documento, o historiador deve ter o cuidado de absorver tudo o que ele pode revelar, mantendo-se o mais fiel possível ao texto.

Alertam, ainda, que não se deve rejeitar qualquer fonte, a menos que esse procedimento seja parte do rigor metodológico, mesmo que esses registros funcionem como elemento de perturbação, seja porque não se consegue explicá-los, seja porque põem em questão conclusões importantes de sua análise. Assim sendo, o pesquisador deve deixar a fonte falar, dando voz aos atores.

As respostas virão à medida que forem feitas perguntas adequadas a esses documentos. Em relação à linguagem de uma mensagem, elas sugerem que se leve em conta o contexto em que foi produzida e o lugar social, tentando dar conta de desvendar o motivo de determinada pessoa ou assunto ser representado de uma maneira e não de outra. Outra pergunta a ser respondida é por que essa linguagem

---

[42] PESAVENTO, Sandra Jatahy. Esta história que se chama micro. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcelos (org) et all. **Questões de teoria e metodologia da história**, 2000. p. 232.
[43] PESAVENTO. In: GUAZZELLI, 2000, p. 229.
[44] VIEIRA, Maria do Pilar de, KHOURY, Yara Maria, PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **A pesquisa em história**. São Paulo: àtica, 1995.

foi produzida de determinada forma ou a quem queria impressionar.[45] Por isso, no segundo capítulo dessa dissertação tratar-se-á dos acontecimentos ocorridos na presidência de Goulart e do envolvimento do PTB na polarização política.

[45] VIEIRA, KHOURY, PEIXOTO, 1995, p. 20-35.

1 O SISTEMA PARTIDÁRIO DE 1946 E A CRIAÇÃO DO PTB

> O Partido Trabalhista Brasileiro seria criado e apresentado por seus mentalizadores como sendo a proposta partidária para os trabalhadores brasileiros, que os levaria a alcançar seus direitos. [46]

A compreensão do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e de sua atuação na crise de 1964 estende-se, sobretudo, à formação do sistema partidário iniciado em 1946. Portanto, fará parte deste capítulo a análise da redemocratização iniciada em 1945 e a criação dos partidos políticos, bem como das mudanças e permanências inerentes a esse processo. A criação do PTB pretendia ser uma opção política para os trabalhadores e, principalmente, tinha por objetivo preservar a imagem de Getúlio e a Legislação Trabalhista criada por ele. Importante também para a reflexão, e igual destaque deste capítulo, é o exame da aceitação e disseminação do termo "populismo" como conceito explicativo para a democracia de 1945 a 1964.

1.1 EMERGÊNCIA DAS MASSAS NO BRASIL

A historiografia recente rebate as antigas interpretações sobre as massas. Autores como Weffort,[47] por exemplo, desconsiderando a trajetória dos movimentos sociais, entendiam as massas como inconscientes, despolitizadas e, sobretudo, passíveis de manipulação por políticos demagógicos. Apesar, ainda, da resistência em abandonar essa forma de explicação, muito se tem avançado no entendimento das lutas e conquistas sociais das massas, ocorridas no início do século XX. Ângela de Castro Gomes[48] afirma que os trabalhadores se constituíam em atores conscientes dos seus direitos, estabelecendo com o Estado um "pacto trabalhista". Jorge Ferreira[49] esclarece que a massa trabalhadora sabia se conduzir dentro dos limites estabelecidos pelo Estado, usando o discurso de dominação conforme lhe fosse

---

[46] DELGADO, 1989.
[47] WEFFORT, Francisco. **O populismo na política Brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 1989. p. 74-75.
[48] GOMES, 1988, apud GOMES. In: FERREIRA, 2001, p.
[49] FERREIRA, Jorge. Luiz. A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. **Estudos Históricos:** Rio de Janeiro, vol. 03, nº 3, 1990, p. 180.

conveniente. Lopes[50], assim como Weffort, usa como base de explicação para a emergência das massas no Brasil a teoria da modernização iniciada no início da década de 1950. Essa teoria equivocada e ultrapassada pressupõe uma população de origem rural, individualista e tutelada pelo Estado. Afirma ainda que, nos anos finais do século XIX, a indústria, incentivada pelo impressionante ritmo de urbanização, tornou o crescimento econômico brasileiro mais intenso. Sendo assim, nas décadas de 1890 a 1900, pôde-se perceber um rápido crescimento populacional urbano, com o surgimento da indústria em várias cidades do Brasil – como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte –. Buscando as oportunidades do setor industrial, muitos migrantes foram atraídos para esses centros. Porém, o número de vagas ofertadas não era suficiente para a grande quantidade de pessoas em busca de emprego. [51]

Weffort[52] associa essas condições sociais insatisfatórias a outro aspecto importante, o êxodo rural. A passagem do campo à cidade significou o primeiro passo para a conversão do indivíduo em cidadão politicamente ativo e para a dissolução dos padrões tradicionais de submissão aos proprietários rurais.

Outro aspecto salientado é o processo de formação do parque industrial paulista. Além de pioneiro, São Paulo teve um crescimento urbano bem maior do que cidades importantes do Nordeste e do Sul – como Recife e Porto Alegre, por exemplo. Assim, conclui-se que o ritmo acelerado da industrialização teve, como uma de suas conseqüências, um também acelerado processo de urbanização. A partir do momento em que o sistema industrial passou a se constituir em escala nacional, o processo de urbanização se expandiu e, com ele, as conseqüências do aumento desordenado da cidade. [53]

De fato, segundo José Miguel Arias Neto,[54] um aspecto que chama atenção na primeira República é a concentração no Rio de Janeiro e em São Paulo da maioria

---

[50] LOPES, Juarez Brandão. **Desenvolvimento e mudança social:** formação da sociedade urbano-industrial no Brasil. São Paulo: Nacional, 1980.
[51] LOPES, 1980, p.15.
[52] WEFFORT, 1989. p. 55.
[53] LOPES, 1980, p.31.
[54] ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge Luiz e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). **O tempo do liberalismo**

do capital industrial e do operariado urbano. Na década de 1920, São Paulo e Rio de Janeiro detinham 42% dos estabelecimentos industriais, 53% dos capitais, e 50% do operariado.

Deve-se destacar, então, que, nas primeiras cidades brasileiras a se urbanizarem, o processo ocorreu de maneira rápida e desordenada, visto que não existia a infra-estrutura necessária para receber o grande número de pessoas atraídas pela atividade industrial. Esse fato levou à formação de uma grande massa de desempregados e subempregados e, por conseguinte, à expansão das ocupações no setor terciário.

Em outras regiões do país, o processo de urbanização aconteceu independentemente do desenvolvimento industrial. Conseqüentemente, nessa urbanização sem industrialização, houve um aumento ainda maior do desemprego e do subemprego.[55] Nessas cidades onde a indústria ainda não havia se desenvolvido, ocorreu um processo de urbanização dependente dos efeitos indiretos econômico-sociais da industrialização das áreas mais dinâmicas do país. No Nordeste, os principais produtos agrícolas, já no início do século XX, passaram a abastecer de forma crescente a região urbano-industrial Rio-São Paulo.

Com o progresso ocorrido na rede de transportes e nas comunicações, foram criadas as condições básicas para a ocorrência das migrações internas. Para isso, colaboraram forças de repulsão e de atração. Dentre as primeiras, destacam-se a alta concentração da propriedade fundiária, progressos técnicos na agricultura, baixos salários, secas periódicas no Nordeste e o alto crescimento vegetativo da população rural. Já as principais forças de atração são os salários mais altos das zonas rurais do sul, as melhores oportunidades na fronteira econômica agrícola e a oportunidade de empregos na indústria. [56]

---

excludente: da proclamação da República à revolução de 30. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2003. O Brasil republicano: v. 01, p. 212, 216, 221.

[55] LOPES, 1980, p.31.

[56] LOPES, 1980, p.64.

Cláudio H. M. Batalha[57] assegura que os trabalhadores inseridos nesse processo de urbanização se organizaram e passaram a integrar o movimento sindical. No entanto, eram os trabalhadores qualificados que estavam à frente do movimento operário. Além da garantia do próprio saber de ofício, que facilitava a recolocação no mercado de trabalho, eles estavam mais protegidos por serem mais bem pagos e contarem, por meio do sindicato, com mecanismos de proteção contra o desemprego. Os trabalhadores comuns, os desqualificados, por estarem obrigatoriamente fora dos sindicatos, não contavam com essas proteções.

Vale lembrar que essa massa de trabalhadores urbanos, diferentemente do que propõe Weffort[58] e Lopes[59], não estava alheia à luta por melhores condições de vida e salário. Como salienta Gomes[60], o sucesso do governo Vargas e do projeto trabalhista deve ser creditado ao fato de o governo ter assumido as reivindicações feitas pelos líderes dos trabalhadores anteriores ao Estado Novo. Com o desenvolvimento das indústrias, aumentou o número de trabalhadores organizados, o que fortaleceu o movimento operário. Entre 1917 e 1920, muitas greves eclodiram nas principais cidades do país. Em conseqüência, a questão social ganhou espaço nos debates políticos. Os operários almejavam melhores condições de vida, de trabalho e de salário. Aos poucos foram criadas normas jurídicas para regulamentar e controlar os contratos de trabalho. Foram criadas a lei relativa a acidentes de trabalho, de 1919, a Lei de Férias, em 1925, e a Lei de Regulamentação do Trabalho de Menores, em 1927.

A despeito da existência da lei, a fiscalização era ineficiente, dificultando o cumprimento da legislação social. Apenas os trabalhadores mais organizados conseguiram, com muito esforço, garantir sua aplicação. Além do mais, essas leis se restringiam aos grandes centros do país, São Paulo e Distrito Federal, não tendo, portanto, um caráter nacional. Ou seja, antes de Vargas, eram ínfimas as leis que garantiam ao trabalhador o direito trabalhista e previdenciário. De qualquer forma, as

---

[57] BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge Luiz e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). **O tempo do liberalismo excludente:** da proclamação da República à revolução de 30. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. O Brasil republicano: v. 01. p. 170.
[58] WEFFORT, 1978, p. 74-75.
[59] LOPES, 1980.
[60] GOMES, 1994, p. 08.

manifestações desses trabalhadores, no início do século XX, contribuíram para a implantação de uma legislação social mais ampla e eficaz após a Revolução de 1930.[61]

No período anterior a 1930, o poder político no Brasil tinha uma estrutura oligárquica em que a democracia era limitada ou quase nula. Na então chamada "República Velha", os protagonistas reais do sistema político eram os grupos oligárquicos, repousando o poder local na figura dos coronéis. Contudo, devido ao processo de industrialização, novas forças socioeconômicas (os industriais, a classe média mais ampla e o operariado urbano), estavam se formando dentro dessa estrutura política.[62]

Para Weffort[63], a Revolução de 1930[64] denuncia, em vários aspectos, o compromisso entre os setores urbanos e os grupos agrários dominantes. E a natureza desse compromisso está implícita na célebre frase de Antônio Carlos, chefe do governo do Estado de Minas, representante de um dos mais fortes setores agrários e um dos líderes da revolução: "Façamos a revolução antes que o povo a faça". Assim, nessas condições, aparece na história brasileira um novo personagem: as massas populares urbanas, como única fonte de legitimidade possível ao novo Estado brasileiro. Batalha [65] acrescenta ainda que a formação da classe operária acontece a partir do momento que os trabalhadores se percebem como um setor importante na sociedade, esse seria o fator mais importante para a consciência de classe.

1.2 A REDEMOCRATIZAÇÃO: MUDANÇA E PERMANÊNCIA

A partir de 1930, com Vargas no poder, iniciou-se um processo de valorização da massa urbana e de centralização do poder. A centralização respondia a pressões de

---

[61] **A era Vargas:** dos anos 20 a 1945. Questão Social. Disponível em < http://www.cpdoc.fgv.br/nav-história/ htm /anos20/ev- quesocial001.htm> Acesso em : 13 Jul. 2007.
[62] LOPES, 1980, p.83.
[63] WEFFORT, 1989. p. 49.
[64] A Revolução de 1930 foi um movimento armado, liderado por Getúlio Vargas, que derrubou o governo de Washington Luís e pôs fim à chamada República Velha.
[65]BATALHA. In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 164.

outros grupos não ligados à oligarquia cafeeira, que no Estado liberal não via uma representação adequada de seus interesses. Esse processo foi gradual, desenvolvendo-se durante o período de 1930-45, tendo chegado ao auge do fechamento em 1937. Buscava-se o fortalecimento estatal e o enfraquecimento regional com o sistema de interventorias.[66]

Logo, sem contestar a elite tradicional, o governo possibilitou a emergência dos grupos antioligárquicos: os produtores rurais não ligados ao café, militares descontentes com seu afastamento do poder e camadas médias urbanas, descontentes com os rumos da política. Dessa forma, o Estado colocava-se como o árbitro do sistema, incorporando as novas forças sociais. Todavia, da mesma forma que o Estado permitia a participação no poder desses novos atores, também impedia em parte seu acesso às instâncias decisórias, conseqüentemente promovendo a centralização.[67] Em decorrência, durante todo o período, o governo procurava responder às suas demandas. Mesmo assim, as divergências apareciam na medida em que os industriais, inicialmente aliados na revolta contra o antigoregime e sem grande rejeição à política paternalista do governo,[68] procuravam acesso aos centros decisórios vetados pelo Estado.[69]

Entretanto, apesar dessa estrutura de amparo ao regime, em 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, a oposição interna já existente contra o Estado Novo foi reforçada, e as pressões para a implantação de um governo liberal-democrático no país ganhavam uma forma mais organizada. Diante dos sinais de abertura política, o debate sobre a criação dos partidos e de eleições presidenciais tornou-se cada vez mais freqüente.[70] Com a ditadura às portas da falência e diante do brado

---

[66] DINIZ, Eli, O Estado novo: estrutura de poder relações de classes. In: FAUSTO, Boris. **O Brasil republicano: sociedade e política**, 6ª ed. R.J: Bertrand Brasil. Historia Geral da Civilização Brasileira. 1996, p. 83.
[67] DINIZ, 1996, p. 81.
[68] A burguesia industrial não estava disposta a arcar com os custos inerentes ao seu desenvolvimento, por isso vivia à sombra dos privilégios do Estado e por isso mesmo apoiando o Estado autoritário.
[69] DINIZ, Eli, O Estado novo: estrutura de poder relações de classes. In: FAUSTO, Boris. **O Brasil republicano:** sociedade e política. 6ª ed. R.J: Bertrand Brasil. Historia Geral da Civilização Brasileira. 1996. 3v. p. 82.
[70] SOUZA, 1990, p. 67.

internacional por democracia, a alternativa de Getúlio[71] foi se inserir e dirigir o processo de transição. Esse recurso poderia evitar seu banimento da política brasileira e ainda garantir os meios materiais e simbólicos de manutenção do poder.[72]

A preparação para a transição, no entanto, começou bem antes de 1945. Em 1942, Vargas buscava se antecipar à mudança de regime. Arregimentou o apoio da massa trabalhadora, por meio da propaganda, da consolidação das leis trabalhistas e do aumento do salário mínimo. E, a partir de 1943, a oposição, apesar da censura, iniciou pressão contra o governo autoritário e a favor das eleições livres.[73]

Segundo Ferreira[74] , o que determinou o fim da censura à imprensa e a possibilidade de críticas ao governo foi uma entrevista de José Américo de Almeida a jornalistas, em fevereiro de 1945. O escritor defendia tanto as eleições livres quanto a candidatura de Eduardo Gomes. Assim, pressionado, Vargas, nesse mesmo mês, baixou a Lei Constitucional nº 9 e, em maio, decretou a lei eleitoral. As eleições presidenciais e parlamentares foram marcadas para dezembro de 1945, e as estaduais, para maio de 1946.

No dia dez de outubro, entretanto, Getúlio baixou um decreto antecipando as eleições estaduais para dezembro de 1945. De acordo com essa nova lei, os interventores poderiam se candidatar, desde que renunciassem ao cargo trinta dias antes do pleito, o que fortaleceria a estrutura já existente. A partir desse fato, as conspirações foram aceleradas, tendo à frente o general Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da guerra. Buscando se antecipar aos fatos, Getúlio, em 25 de outubro de 1945, nomeou seu irmão Benjamim Vargas para chefe da polícia do Distrito Federal.

---

[71] Getúlio Vargas ocupou o cargo de Ministro da Fazenda no governo de Washington Luís (1926-27). Deposto, Vargas retirou-se para sua fazenda em São Borja, no Rio Grande do Sul, apoiando a candidatura do general Eurico Dutra, seu ex-ministro da Guerra, à presidência da República. Nas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte de 1946, Vargas foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul, pelo PSD, de 1946 a 1949. Em 1950, foi eleito presidente da República pelo PTB. Disponível em : < www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/ev_biografias.htm > Acesso em: 30 ago. 2007.

[72] DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. O Brasil republicano; v. 03, p. 133-134.

[73] **Diretrizes do Estado Novo (1937-1945):** queda de Vargas e fim do Estado Novo. Disponível em: < http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm > Acesso em : 09 jun. 2007.

[74] FERREIRA, Jorge. **A democracia no Brasil: (1945-1964)**. São Paulo: Atual, 2006, p. 13.

O plano seria prender todos os generais envolvidos na conspiração, porém, no dia 29 de outubro de 1945, Getúlio foi deposto pelo alto comando do Exército.[75]

Após a deposição de Getúlio, permaneceram no poder os mesmos grupos do Estado Novo, e por meio deles a Constituição foi formulada em 1946. Ou seja, a redemocratização aconteceu não de forma espontânea, mas a partir do Estado.[76] Vale ressaltar que muitos teóricos do Estado Novo, como Oliveira Viana,[77] criticavam a democracia liberal e suas instituições, incluindo os partidos políticos, considerando-os incapazes de representar e defender os interesses nacionais. Deve-se lembrar, ainda, que até mesmo os liberais eram contrários, nos anos 30, à formação de partidos políticos.

Segundo Bobbio[78], numa democracia, os partidos políticos surgem quando o sistema político já alcançou uma maturidade estrutural que permita a tomada de decisões, incluindo os diversos grupos que compõem a sociedade e estendendo o direito à população de manifestar a sua vontade, participando do poder político. Nesse sentido e com esse objetivo, são criados os meios de associação e de organização, os partidos políticos.[79] Contudo, a elite temia a participação popular e por isso argumentava ser o povo dependente do Estado para tutelá-lo e incapaz de se representar. Pregava a idéia de que o país necessitava de um Executivo forte o suficiente para romper as barreiras do regionalismo e promover a integração nacional. [80]

---

[75] **Diretrizes do Estado Novo (1937-1945):** queda de Vargas e fim do Estado Novo. Disponível em: < http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/ > Acesso em : 09 jun 2007.
[76] SOUZA, 1990, p. 64.
[77] Oliveira Viana, no Ministério do Trabalho, de 1932 a 1940, foi o principal formulador da política sindical e social do governo Vargas. Entendia que os direitos civis deveriam anteceder os direitos políticos. Essas idéias estão expostas em seu livro *Problemas de direito corporativo*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1938. CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Viana. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991, p. 82-99.
[78] Bobbio analisa que "a renúncia ao uso da violência para conquistar e exercer o poder é a característica do método democrático, cujas regras constitutivas prescrevem vários procedimentos para a tomada de decisões coletivas por meio do livre debate, que pode dar origem ou a uma decisão acordada ou a uma decisão tomada pela maioria". BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda:** razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Unesp, 1995. p. 17.
[79] BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 3ª ed. Brasília: UNB, 1991. Tradução Carmem C. Varrialle.
[80] SOUZA, 1990, p. 80-82.

Logo, percebe-se que o sistema partidário recebeu tanto a influência da centralização política e de seu aparato burocrático quanto da ideologia antiliberal.[81] Nesse sentido, Campello[82] afirma que a redemocratização apresentou mais continuidades do que rupturas, haja vista o processo de transição ter sido organizado e previsto de dentro do Estado, antevendo uma continuidade do governante. O Estado Novo, sobretudo com sua centralização e ideologia autoritária, encontrava-se sob a base na qual se erigiu o novo arcabouço da política brasileira de abertura política.

Souza[83] considera, portanto, que dessa estrutura justaposta resultou um sistema partidário atrofiado desde seu nascimento, preso a uma estrutura de representação política partidária clientelista e técnico-burocrática. O legislativo construído sob a égide desse arcabouço apresentava significativas limitações nas suas funções representativas: burocracia; falta de recursos; e fortalecimento do executivo e dos interesses pessoais, o que levou mais tarde à fragmentação partidária.

Esse processo de redemocratização, feito a partir do Estado, possibilitou a Vargas articular algumas ações para a manutenção do seu poder nos estados. Na abertura das eleições, foi orquestrada a criação, em 17 de julho de 1945, de um partido que preservaria a máquina getulista e os interventores, o Partido Social Democrático (PSD).[84]

A hipótese de Souza[85] é que essa conjuntura de mudança e permanência levou a fragilidade desse sistema, tendo em vista que o pluralismo partidário e a separação dos poderes foram superpostos à estrutura anterior, centralizada e autoritária, do Estado Novo. Ademais, o legislativo, durante a Quarta República, estava sujeito a algumas limitações, devido a uma reserva de poder nas mãos do executivo, que legislava juntamente com o parlamento, produzindo portarias, regulamentos, decretos e emendas.

---

[81] SOUZA, 1990, p. 83.
[82] SOUZA, 1990, p. 105.
[83] SOUZA, 1990, p. 106.
[84] SOUZA, 1990, p. 108-110.
[85] SOUZA, 1990, p. 105-108.

Utilizando-se da prerrogativa da Lei Constitucional de 1938, que permitia modificar a constituição de 1937, Getúlio definiu as regras do processo eleitoral, decretando, em 28 de fevereiro de 1945, o Ato Adicional ou Lei Constitucional nº 9, que abria o país para as eleições gerais a serem realizadas em 90 dias. A lei despertou críticas dos que viriam a ser membros da UDN e dos professores da Faculdade Nacional de Direito. Logo depois, em 28 de maio de 1945, foi decretado por Getúlio o novo Código Eleitoral (Decreto nº 7.586), mais conhecido como "Lei Agamenon", por ser de autoria de Agamenon Magalhães, ex-interventor em Pernambuco.

Os partidos tiveram pouco tempo para se estruturar, os estatutos e programas foram feitos apressadamente. De acordo com Maria do Carmo C. de Souza[86], o decreto trazia pouca coisa nova, baseava-se no código já existente, de 1932. A lei, portanto, foi estruturada sob princípios antigos, inaugurando e encaminhando a transição do regime e possibilitando, ademais, um processo eleitoral controlado pela máquina pública.

As circunstâncias de formação dos partidos políticos conferiram as características iniciais de cada agremiação. A UDN teve que se associar ao Partido Republicano (PR), ao Partido Libertador (PL) e à Esquerda Democrático (ED) para conseguir as assinaturas estaduais, estruturando-se para atender à lei e não ao objetivo do partido. O PSD foi facilitado pelo sistema de interventorias que possibilitava ao partido o acesso aos estados e lhe conferia uma face federativa. O PTB, vinculado ao Ministério do Trabalho e da Previdência, contou com o voto operário desde seu início.

A lei Agamenon, ou o artigo 58 do Código Eleitoral, permitia a inscrição de um mesmo candidato a vários cargos e em mais de um Estado, e a estrutura das sobras beneficiava os grandes partidos como o PSD e a UDN. Por esse artifício, o partido que não atingisse o quociente eleitoral cedia esses votos ao partido mais votado. Outra forma de consolidação do getulismo foi o alistamento *ex-officio*, que consistia no registro de eleitores em bloco, geralmente proveniente do funcionalismo público e

[86] SOUZA, 1990, p. 111-114.

dos sindicatos. Todos esses expedientes voltavam-se para o sentido de sustentar a estrutura do Estado Novo, mantida mesmo após a deposição de Getúlio.[87]

Delgado[88] assevera que, dos partidos criados a partir da Lei Agamenon, destacaram-se o PSD, o PTB e a UDN. Esses partidos, em seus primeiros anos, defenderam idéias antagônicas, o getulismo pelo PTB, às vezes se aliando ao PSD, e o antigetulismo pela UDN. Segundo Maria do Carmo C. de Souza[89], essa forma de organização partidária e eleitoral, objetivando a consolidação do getulismo e uma transição que preservasse a máquina burocrática, permitia ao presidente Vargas intervir no processo eleitoral e no parlamento por intermédio de um partido do governo, o PSD.

O artigo 58, portanto, abriu espaço para a formação de um legislativo antiquado e conservador. Os partidos não conseguiram formar uma unidade nacional, porque lhes foi retirada a base do conflito social que os levaria a tornarem-se partidos nacionais. Buscando frear o poder de São Paulo e Minas Gerais, os partidos fizeram coalizões regionais, cada estado votando segundo seus próprios interesses. A lei eleitoral, ao regulamentar a representação dos estados, exerceu influência sobre a evolução do sistema partidário, beneficiando os estados menores.[90] O artigo dizia que a proporção de deputados seria “um para cada cento e cinqüenta mil habitantes até vinte deputados, e, além desse limite, uma para cada duzentos e cinqüenta mil habitantes”.[91]

Sendo assim, os estados maiores ficavam sub-representados, e tal medida aumentava a representação dos estados atrasados, dominados pela elite agrária. Gláucio Soares[92] considera que essa legislação diminuiu a possibilidade de aprovação das reformas que viriam a beneficiar a população do campo, como, por exemplo, a reforma agrária.

---

[87] SOUZA, 1990, p. 121.
[88] DELGADO. In: FERREIRA, 2003, p. 135.
[89] SOUZA, 1990, p. 111.
[90] SOUZA, 1990, p. 124.
[91] SOUZA, 1990, p. 125.
[92] Apud SOUZA, 1990, p. 126.

Dessa forma, a constituição de 1946, que perdurou até 1964, não proporcionou uma separação profunda com o Estado Novo, mas uma transição cercada de mudanças e continuidades, influindo sobre o desenvolvimento do sistema partidário. Souza aponta quatro recursos empregados pelos administrantes do Estado Novo, buscando esse objetivo:

> A) a absorção do PSD das interventorias e bases municipais, e do PTB das clientelas urbanas sindicalizadas ou cobertas pelas instituições previdenciárias;
> B) a emergência do getulismo como formação ou movimento político organizado ao nível do simbolismo pessoal;
> C) a garantia antecipada do controle [...] por parte dos remanescentes estadonovistas sobre a primeira legislatura através dos instrumentos de legislação eleitoral;
> D) inscrição no próprio texto constitucional de vários dispositivos asseguradores dessa mesma continuidade, notadamente os referentes à representação (artigo 58) e à centralização de poderes no executivo.[93]

Esse sistema partidário de 1946 tem como uma de suas características o baixo grau de institucionalização, sendo o Estado[94] um dos principais agentes condicionantes dessa característica. Uma organização institucionaliza-se na medida em que consegue cumprir com suas funções, alocando recursos necessários a essa tarefa e assegurando o acesso às decisões importantes. Uma organização institucionalizada é capaz de representar os interesses de sua base social e possui autonomia suficiente para tomar decisões.[95]

1.2.1 A criação dos partidos

Sofrendo pressões para uma abertura política, Vargas planejou, como já foi dito, uma mudança direcionada e uma abertura controlada e vigiada. A formação de partidos políticos não era desejável aos detentores do poder, mas antes que se formassem alheios ao Estado, Getúlio se adiantou e formou O Partido Social Democrático (PSD), sob a chefia dos interventores, ou seja, um partido de base oligárquica e submetido ao Estado.

---

[93] SOUZA, 1990, p. 134.
[94] Definido por C. Souza, o Estado é uma “organização de âmbito territorial que procura monopolizar determinadas funções, e que, por esta razão, aciona os recursos disponíveis para a sua realização com efetividade incomparavelmente maior que as demais organizações sociais”. SOUZA, 1990, p. 46.
[95] SOUZA, 1990, p. 46-47.

Nesse sentido, o PSD, segundo Maria Lippi,[96] era um partido herdeiro da estrutura do Estado Novo. Fundado por interventores do governo e com a pretensão de representar o interesse geral, não obstante, defendia os setores médios e agrícolas e as elites empresariais. A principal característica do PSD era a força atribuída à sua dinâmica eleitoral. Era o voto que permitia ao partido formar a maioria no Congresso. Essa posição majoritária dava condições ao PSD, segundo Lucia Hipólito,[97] de ser o estabilizador do sistema partidário. Quanto às cisões internas, o partido procurava destruí-las. Quanto ao perfil, o PSD pode ser classificado como um partido de quadros, já que eram os empresários e parlamentares que angariavam fundos para as eleições. Embora o PSD não fosse fortemente centralizado, possuía uma articulação forte nos níveis nacional, regional e local.

Segundo Hippolito,[98] o partido incluía, como base social, o pequeno proprietário de terra, o comerciante e os funcionários públicos, ou seja, representava os setores conservadores da sociedade. Outra característica do PSD era a conciliação e a formação política de seus filiados. Os pessedistas cresciam na vida pública a partir dos municípios, para, em seguida, encaminharem-se à via nacional.

No caso do Partido Comunista do Brasil (PCB), foi com muita desconfiança e com reservas que, em setembro de 1945, devolveu-se seu registro. Ainda assim, este não era permanente. O PCB possuía uma atuação bastante diferenciada, tanto por sua origem anterior a 1945, quanto por sua base nacional e seu vínculo internacional.[99] Por diversas vezes, foi acusado de possuir um programa antidemocrático, e chamado a prestar vários esclarecimentos. Certa vez, insatisfeito com as explicações, o relator Ministro Sampaio Dória, sentenciou a ameaça de que o partido, a qualquer momento, poderia ter seu registro cassado, caso se verificasse a falsidade das declarações prestadas. Como, em 1945, o PCB possuía uma aliança com Getúlio Vargas, pôde manter-se na legalidade sem maiores problemas. Após 1946, diante da pressão internacional de repulsa ao comunismo e da mudança de

---

[96] OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi**.** O partido social democrático: In: FLEISCHER, David Verge (Org.) **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: UNB, 1981, p.113.
[97] HIPPOLITO, 1985, p. 40-44.
[98] HIPPOLITO, 1985, p. 44-47.
[99] DELGADO. In: FERREIRA, 2003, p. 135.

governo, o partido sofreu pressões que evoluíram para o pedido de sua cassação, em maio de 1947.[100]

Além da cassação, a perseguição, segundo José Antônio Segatto,[101] foi muito violenta. Todas as sedes do partido foram fechadas, funcionários públicos, pela simples suspeita de atividade comunista foram demitidos, e inúmeros sindicatos sofreram intervenção. A esses fatos acrescentou-se, ainda, o fechamento dos jornais comunistas e prisão dos líderes do partido. Alguns meses depois, foram cassados também os mandatos dos comunistas, em âmbito municipal, estadual e federal. Na conjuntura de Guerra Fria, essas ações foram mais uma demonstração da cooperação do governo brasileiro com o norte-americano, na luta anticomunista, do que propriamente uma ideologia do Estado.[102]

A transição do regime autoritário contou ainda com um partido de oposição, a União Democrática Nacional (UDN). Organizada em abril de 1945, lutava pela superação do Estado Novo.[103] Sem dúvida, o nascimento da UDN gravitou em torno de um inimigo comum – Vargas –, unindo diversos setores da sociedade, inclusive os esquerdistas, que, posteriormente, formariam a Esquerda Democrática.[104] As sucessivas derrotas eleitorais – de 1945 e 1950 – levaram ao endurecimento e intransigência do partido, separando ainda mais os grupos que conviviam em seu interior: os liberais, os bacharéis, os realistas, a “Banda de Música” e a “Bossa-Nova” – esse último era o único favorável às reformas sociais. Nesse sentido, Benevides[105] afirma não ser possível classificar o partido como nacional, uma vez que figuravam em seu interior diversos grupos.

---

[100] SOUZA, 1990, p. 117-118.
[101] SEGATTO, José Antônio. PCB**:** a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. O Brasil republicano; v. 03, p. 223-224.
[102] VIZENTINI, Paulo G. Fagundes**.** Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. O Brasil republicano; v. 3, p. 200.
[103] DELGADO, 1989. p.26.
[104] BENEVIDES, Maria Victória M. A união democrática nacional. In: FLEISCHER, 1981, p. 96-97.
[105] BENEVIDES. In: FLEISCHER, 1981, p. 98 E102.

A tradição liberal característica da UDN é marcada também por uma face elitista, pois apenas participava do partido a camada média, excluindo-se a entrada dos trabalhadores. Esse lado só ficou evidente quando a propriedade privada foi ameaçada com as reformas de base, colocando em risco o liberalismo assentado nos privilégios das elites. Deve ficar claro também que para os udenistas a intervenção estatal, contrária aos ideais liberais, era preferível à extensão da cidadania, à liberdade sindical e à participação política popular.[106]

De acordo com Otávio S. Dulci,[107] a UDN, embora representasse parte das oligarquias rurais e amplos setores médios urbanos de alguns estados, no começo, tinha sua força eleitoral posta na zona rural e semi-rural. Sendo assim, apesar de haver interesses divergentes convivendo entre si, prevaleceram os da base rural, convergindo numa orientação conservadora voltada para a limitação da participação política.[108]

Logo, não só a UDN, como também o PSD, excluíam a massa trabalhadora. Dessa maneira, não foi possível reunir num único partido todas as forças políticas de Vargas, como era o seu desejo. Seria preciso criar um partido que representasse os interesses do trabalhador. Então, no início de 1945, estabeleceu-se a hipótese de reunir as forças políticas ligadas a Vargas em duas organizações partidárias, o PSD e o PTB.[109]

1.3 PTB: GÊNESE E REPRESENTAÇÃO

O PTB, criado em 15 de maio de 1945, seria a outra opção do "continuísmo na transformação".[110] De um lado, estaria o PSD, englobando segmentos das oligarquias agrárias estaduais. E, de outro, o PTB, de caráter mais popular, procurando angariar os trabalhadores vinculados aos sindicatos e ao programa

---

[106] BENEVIDES. In: FLEISCHER, 1981, p. 104-105.
[107] DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil.** Belo Horizonte:UFMG, 1986.
[108] DULCI, 1986, p.36-37.
[109] GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. RJ: Relume Dumará, 1994, p. 265.
[110] DELGADO, 1989, p. 30.

trabalhista de Getúlio. Dessa maneira, o Partido Trabalhista Brasileiro representaria uma alternativa política para os trabalhadores, não obstante estivesse também vinculado ao Estado, por meio do Ministério do Trabalho.

Segundo o modelo teórico de Duverger[111], o PTB pode ser caracterizado como um partido indireto, criado a partir dos sindicatos, por meio de um alistamento *ex-officio*. Prova desse alistamento indireto, de acordo com Delgado,[112] é o fato de que os sindicatos receberam incentivos do governo para ceder militantes ao partido. Portanto, o PTB possui o perfil de um partido indireto e de massas, pois em seu início buscou os adeptos nas fileiras dos sindicatos. Contrariamente a esse perfil, um partido de quadros obtém seus filiados pela seleção, baseada na situação econômica e no prestígio de uma pessoa, muito embora não existam os partidos de quadros na sua forma pura. O PSD e a UDN eram exemplos de partidos de notáveis, mesmo que em sua lista de adeptos existissem pessoas comuns, fator completamente admitido por Duverger.[113]

O PTB, como organização política, tinha o objetivo principal de manter as leis trabalhistas criadas no Estado Novo, buscando sua legitimidade por meio de propostas como mais liberdade para os sindicatos, participação política e benefícios sociais para os trabalhadores.[114] Além disso, o programa do Partido[115] oferecia alternativas de melhor condição salarial e benefícios aos trabalhadores, pontos defendidos durante toda a trajetória da agremiação. Para alcançar esse objetivo, o programa propunha o aprimoramento intelectual e profissional do trabalhador e educação primária e secundária gratuitas. Outro ponto do programa que levou o PTB ao confronto com partidos conservadores como o PSD e a UDN foi a proposta a respeito da extinção do latifúndio improdutivo. Sem dúvida, a defesa do trabalhador era uma característica do partido, contida no programa.[116]

---

[111] DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, p. 41.
[112] DELGADO, 1989, p. 75.
[113] DUVERGER, 1980, p. 100.
[114] DELGADO, 1996, p. 35.
[115] Programa do PTB em anexo, p. 170.
[116] DELGADO, 1996, p. 78.

Para Bourdieu[117] , o campo político está inserido na lógica do mercado, exigindo demanda, procura e concorrência entre os atores. Nesse sentido, a estratégia do PTB para atrair adeptos e eleitores era buscar melhorar as condições de vida do assalariado. O que determinava essa escolha, entretanto, era sua politização, ou seja, o conhecimento das regras políticas. Os "consumidores", ou cidadãos, quanto mais afastados da política e dos instrumentos materiais e culturais de participação, mais dificilmente compreenderiam os bastidores das decisões, mais haveria concentração de poder nas mãos de poucos e, mais fechado seria esse campo.[118]

O PTB utilizava o prestígio adquirido por Vargas graças à legislação social e trabalhista do Estado Novo para atrair as camadas populares a sua legenda, mediante um alistamento via recrutamento de assalariados sindicalizados e funcionários públicos. [119] Conquanto caracterizasse um partido forte no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e no Amazonas, em São Paulo, justamente onde se concentrava o maior número de trabalhadores, era fraco.[120] O PTB pretendia, então, fazer frente ao PCB, avançando não apenas sobre a massa trabalhadora desorganizada, como também sobre os sindicatos, garantindo sua influência sobre esses seguimentos.[121]

De acordo com Nobert Elias,[122] a competição política gira em torno da publicidade pessoal. Por isso mesmo, o PTB possuía como estratégia eleitoral legitimar a figura de seu fundador, Getúlio Vargas. Portanto, procurou divulgar a imagem de Getúlio junto aos trabalhadores, atrair o voto operário e alargar os limites das negociações com as outras forças políticas.[123]

Mesmo tendo essa forte ligação com Vargas, o PTB possuía projetos de teor nacionalista e trabalhista que levaram, posteriormente, a um distanciamento da figura de Getúlio. [124] Desde o seu início, o PTB teve suas bases montadas a partir do Ministério do Trabalho, unindo as lideranças sindicais e os organismos

[117] BOURDIEU, 1996, p. 164.
[118] BOURDIEU, 1996, p. 168.
[119] BOURDIEU, 2000, p. 135.
[120] DELGADO. In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 140.
[121] BANDEIRA, 1978. p.29.
[122] ELIAS, Nobert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 119-120.
[123] DELGADO, 1989, p.54.
[124] DELGADO, 1989, p.57.

previdenciários. Ou seja, possuía como estrutura o aparelho sindical, e tinha no Ministério do Trabalho sua fonte de poder.[125] Nos conflitos entre trabalhadores e proprietários, o PTB continha os excessos da exploração dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, refreava as reivindicações dos operários. Por ficarem entre os sindicatos e o Estado, alguns dos dirigentes do partido receberam a alcunha de *pelegos* - nome dado ao tecido que se coloca entre a sela e o dorso do cavalo.[126]

O PTB buscava como principal base de ação as entidades sindicais e a estrutura previdenciária ligada ao Ministério do Trabalho. Assim, os organizadores eram orientados por Getúlio a buscarem recrutas nos sindicatos para a formação dos quadros do partido. Pretendia-se incorporar ao partido uma face popular e sindicalista, facilitando sua inserção nos meios populares urbanos. Sendo assim, embora o PTB e os sindicatos estivessem em lados diferentes, estavam unidos por uma estrutura de mobilização popular, abrangendo desde campanhas políticas até eleições sindicais.[127]

Maria Celina Soares D' Araújo[128] também concorda que o PTB incorporou os dirigentes sindicais participantes da estrutura sindical montada pela ditadura varguista, ficando inicialmente sob o comando desses líderes. Todavia, esses fundadores, advindos das mais diversas esferas sociais, em sua maioria não formaram carreira política dentro do partido. [129]

O PTB possuía o objetivo de representar os trabalhadores e lutar pela preservação tanto dos sindicatos quanto da legislação social criada por Getúlio. Todavia, a tentativa de criar um partido que representasse os trabalhadores é anterior a 1945. Desde o final do século XIX, surgiram vários partidos operários que, à exceção do Partido Comunista, atuavam em âmbito municipal e raras vezes no estadual, já que não havia um partido nacional.[130] Ademais, de acordo com D'Araújo[131], nenhum

---

[125] BANDEIRA, Muniz. **O Governo João Goulart:** as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1978, p. 28.
[126] BANDEIRA, 1978, p. 28-29.
[127] DELGADO, 1989, p. 75.
[128]D'ARAÚJO. Maria Celina Soares. Partidos trabalhistas no Brasil: reflexões atuais. **Estudos Históricos:** Rio de Janeiro, vol. 03, n. 6, 1990, p.196.
[129] D'ARAÚJO, 1990, p. 197.
[130] D'ARAÚJO, 1990, p. 198.
[131] D'ARAÚJO, 1990, p. 198.

deles teve vida longa. Se a criação de um partido trabalhista não era uma novidade, o tipo de vínculo com a estrutura sindical e o apoio dos sindicalistas representava, sim, uma inovação. Vargas, fundador do partido, selecionou o PTB como veículo de representação dos trabalhadores e os sindicatos como elemento de legitimidade desse partido.

Se em seu início o sindicato era a direção do PTB, com o tempo passou a representar a base social do partido. Paulatinamente as lideranças sindicais foram sendo substituídas por parentes ou políticos de confiança de Getúlio. Ao longo de sua existência, o partido adquiriu notável crescimento, participou de importantes coalizões que elegeram dois presidentes da República e foi porta voz das reivindicações por mudanças sociais. Nas palavras de Maria Celina D'Araújo[132], o PTB foi o "primeiro moderno partido de massas no Brasil solidamente apoiado no voto metropolitano", tornando-se "o principal fórum de agitação e debates do ideário nacionalista e das reformas de base".

1.3.1 PTB, Vargas e os sindicatos

A estrutura sindical montada no Estado Novo objetivava regular as relações entre empregados e patrões. A partir de 1939, e com a proibição da pluralidade sindical, cada profissão deveria ser representada por apenas um único sindicato. Os sindicatos, subordinados ao governo, eram organizados em nível municipal, estadual e federal. Eram, todos, vinculados ao Ministério do Trabalho e regulados por ele. Essa organização vertical, que é própria do corporativismo, era usada para pregar o bem comum, eliminar o individualismo, as diferenças e os conflitos políticos.[133]

Esse modelo de organização sindical, além de garantir o controle do trabalhador, evitando greves e confrontos, buscava atrair os trabalhadores rurais para as cidades e indústrias. Nessa época, a legislação sindical, ao excluir o trabalhador do campo,

---

[132] D'ARAÚJO, 1990, p. 99.
[133] D'ARAÚJO. In: FERREIRA, 2003, p, 219.

tornava o trabalho industrial atraente à maioria da população (75% dos brasileiros viviam no interior).[134]

O movimento sindical que surgiu no Brasil em fins do século XIX tinha como principal influência política o anarquismo e o socialismo. Incitando às greves e a reivindicações dos trabalhadores, o movimento contribuiu para a criação de uma legislação trabalhista, embora nessa época a lei nem sempre fosse aplicada, devido à ineficácia de fiscalização.[135]

Em 1930, o Estado passou a intervir diretamente nas relações de trabalho, por meio do Ministério do Trabalho, criado nesse ano. A primeira lei desse órgão, criada em 1931, estipulava que os sindicatos deveriam ser regulados pelo Estado, deveriam manter a neutralidade política, sua autonomia seria limitada e a unidade sindical mantida.[136] Ou seja, o governo proibia as manifestações políticas, por um lado, e incentivava a sindicalização, por outro. Essas mudanças foram recebidas pelos trabalhadores e sindicatos com resistência e manifestações, todas reprimidas pelo Estado. Em 1937, o governo emitiu um decreto proibindo as greves e permitindo ao Estado controlar contas, eleições e atividades sindicais.[137]

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi aprovada em 1º de maio de 1943, oficializando e sistematizando esse corporativismo. Logo, com uma legislação bem definida, o Estado Novo procurava operacionalizar a relação sindicato-Estado. Dessa forma, um conjunto de leis permitia ao governo, via Ministério do Trabalho, intervir e controlar diretamente os sindicatos. Elina Pessanha e Regina Morel[138] ressaltam que esse controle do governo fez com que um grande número de trabalhadores se desligasse dos sindicatos. No entanto, a partir de 1940, foi feito um grande esforço de propaganda tentando reverter esse fato. Se, antes de 1930, os sindicatos tanto atuavam de forma mais livre quanto eram reprimidos pela polícia, a

---

[134] D'ARAÚJO. In: FERREIRA, 2003, p. 220.
[135] D'ARAÚJO. In: FERREIRA, 2003, p. 222.
[136] D'ARAÚJO. In: FERREIRA, 2003, p. 223.
[137] D'ARAÚJO. In: FERREIRA, 2003, p. 226.
[138] PESSANHA, Elina G. da Fonte; MOREL, Regina Lúcia M. Classe trabalhadora e populismo: reflexões a partir de duas trajetórias sindicais no Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história:** debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 284.

partir daí o movimento sindical passa a agir em colaboração com o Estado. Este, por sua vez, substitui a repressão pelo controle rigoroso, via Ministério do Trabalho.[139]

A existência do Ministério do Trabalho também possibilitou a criação de várias leis sociais e trabalhistas, incluindo uma série de garantias e direitos do trabalhador, como por exemplo, o salário mínimo, a carteira de trabalho, férias, carga horária diária de oito horas, entre outros. No entanto, deve-se ressaltar que a maioria da população estava excluída desses direitos, pois o acesso a eles era restrito aos trabalhadores urbanos pertencentes às profissões legalizadas e com carteira de trabalho.[140]

Os dirigentes sindicais, para não perderem o posto, uma vez que eram apenas os sindicalizados que elegiam os diretores, procuravam, de um lado, atender às necessidades dos filiados, com serviços médicos, odontológicos e clubes de recreação, e, de outro, prestar fiel obediência ao governo.[141]

D'Araújo[142] afirma que essa atuação dupla possibilitou, ao líder sindical, tanto a legitimidade entre os trabalhadores, quanto o reconhecimento do governo e dos patrões, chegando alguns sindicalistas, inclusive, a ocuparem, com o decorrer do tempo, cargos no Ministério do Trabalho. Foram esses líderes sindicais "pelegos" que formaram os quadros do PTB em 1945. Essa autora esclarece, ainda, que a prática de conciliação dos dirigentes sindicais não emergiu em 1930, ela sempre existiu. "Com Vargas não se inicia, portanto, essa modalidade de sindicalismo. O que houve foi uma adaptação dessa tradição a uma necessidade do modelo político e econômico da era Vargas".[143]

Nesse sentido, o PTB, ao mesmo tempo em que mantinha os sindicatos sob seu controle por meio do Ministério do Trabalho, dava-lhes poder ao mantê-los como órgãos de representação dos trabalhadores junto ao Estado. Por esse motivo, por estarem vinculados ao governo e terem esse poder de representação, os sindicatos também ajudavam a sustentar o próprio governo. Devido a essa posição

[139] D'ARAÚJO. In: FERREIRA, 2003, p. 227-228.
[140] D'ARAÚJO. In: FERREIRA, 2003, p. 235.
[141] D'ARAÚJO. In: FERREIRA, 2003, p. 230.
[142] D'ARAÚJO. In: FERREIRA, 2003, p. 231.
[143] D'ARAÚJO. In: FERREIRA, 2003, p. 231.

intermediária, entre os sindicatos e o Estado, o PTB teve a devida tranqüilidade para desenvolver suas características ideológicas e, sobretudo, ganhar poder pelo voto, à medida que ampliava sua base eleitoral e defendia o nacionalismo e as reformas de estrutura.[144]

Apesar de permanecerem conscientes de suas aspirações e de não terem todas as suas demandas atendidas no governo Vargas, os trabalhadores “queriam Getúlio”. Estavam cientes de que, apesar das dificuldades enfrentadas, foi a partir de Getúlio que obtiveram melhores condições de vida. Portanto, sem Vargas, temiam perder os benefícios sociais, trabalhistas e, principalmente, a cidadania conquistada.[145]

1.3.2 O queremismo

Proveniente dessa mística, das leis trabalhistas e do discurso getulista, emergiu, em fevereiro de 1945, o queremismo. Diante do esfacelamento do governo ditatorial de Getúlio, ganhou corpo um movimento que pedia a sua permanência.[146] Jorge Ferreira[147] faz um retrospecto desse movimento e sua gênese, dizendo que, após o fim da censura, em fevereiro de 1945, tornaram-se freqüentes as críticas e ofensas, desqualificando Getúlio Vargas. Nesse mesmo mês, um comício organizado por universitários na Praça da Sé pedia a deposição do presidente Vargas e o fim do Estado Novo. Em meio aos insultos e brados de viva à democracia, surgiram em cena os trabalhadores, interrompendo o comício com gritos de “Nós queremos Getúlio”. Após esse, muitos outros discursos inflamados da oposição, contra Getúlio, foram interrompidos da mesma forma por trabalhadores.

As explicações dos liberais para o fenômeno queremista recaíram sobre a propaganda política do governo. A oposição se espantava com tamanha euforia na defesa de um governo que empobrecia os assalariados com a política do “esforço de

---

[144] D’ARAÚJO, 1990, p. 199.
[145] FERREIRA, 2006, P. 14-15.
[146] FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. O Brasil republicano; v. 3, p. 15.
[147] FERREIRA. In: FERREIRA, 2003, p. 16-17.

guerra".[148] No entanto, ainda citando Ferreira,[149] os próprios trabalhadores, em suas falas, explicavam a razão de seu apoio ao governo. Eles temiam que, com a saída de Vargas do poder, seus direitos sociais e trabalhistas fossem extinguidos.

Antes de 1930, o trabalhador não possuía um conjunto de leis que o protegesse. Foi com Vargas que a vida dos trabalhadores se modificou, não só no âmbito profissional, como também no social, podendo eles, por exemplo, gozarem as férias e o repouso semanal com a família e amigos. Essas medidas, por si só, causavam grande impacto no cotidiano dos assalariados. Ferreira [150] conclui, portanto, que o queremismo, embora fosse patrocinado pelo Ministério do Trabalho e devesse sua gênese à propaganda getulista, foi uma expressão de gratidão e reconhecimento e que seria "[...] muito simples alegar, como faziam os liberais em 1945, que o sucesso do movimento teria ocorrido exclusivamente pelo apoio estatal":

> O "mito" Vargas – e o movimento que decorre dele, o queremismo – expressava um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão-somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores.[151]

Os trabalhadores queriam, exigiam Getúlio. Sentiam-se valorizados socialmente e, sobretudo, gratos pela justiça que agora mediava suas relações trabalhistas. No entanto, não se pode afirmar que o queremismo fosse apenas um reconhecimento dos benefícios materiais. O movimento expressava o objetivo do discurso estatal, ou seja, imbuído de toda uma lógica simbólica, apropriava-se dos desejos, da esperança e da identidade do trabalhador para depois devolvê-la como sendo produto da generosidade do Estado.[152]

Inseguro quanto ao rumo que a democratização daria aos benefícios advindos da legislação trabalhista, o movimento queremista evoluiu de uma pequena mobilização pela permanência de Vargas no poder para um movimento organizado e espalhado

---

[148] Segundo Negro e Silva, o esforço de guerra era um momento em que o país exigia do trabalhador um sacrifício extra de produção nas fábricas. NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. O Brasil republicano; v. 03, p. 52.
[149] FERREIRA. In: FERREIRA, 2003, p.18.
[150] FERREIRA. In: FERREIRA, 2003, p. 25,28.
[151] FERREIRA. In: FERREIRA, 2003, p. 19.
[152] FERREIRA. In: FERREIRA, 2003, p. 32.

por todo o país. Os trabalhadores entendiam que, escritos, seus direitos estariam resguardados. Então, os queremistas lutaram pela “constituinte com Getúlio”, única garantia que possuíam naquele momento. Portanto, “queremos Getúlio” não significava um apoio irrefletido ao ditador “[...] expressava uma *escolha* política, cuja estratégia se explica a partir de seus próprios interesses como personagem político”.[153] Sendo assim, em agosto os queremistas mudaram o lema de “queremos Getúlio” para “Constituinte com Getúlio”. Os queremistas perceberam que Vargas deveria estar no governo para garantir o respeito aos benefícios trabalhistas. [154]

Após sua deposição, Vargas convocou os trabalhadores a ingressarem no PTB, como forma de elegerem representantes saídos de seu próprio grupo. O partido seria, assim, o destino espontâneo do movimento. Dessa forma, o trabalhismo, o getulismo e o queremismo se congregavam todos no PTB,[155] cuja principal realização, na opinião de Ferreira, foi propiciar ao trabalhador a demonstração de sua demanda política.[156]

Embora O PTB apoiasse oficialmente o candidato do PSD, general Dutra, suas seções em muitos estados apoiavam o queremismo. Apesar disso, o partido e o movimento querendo Getúlio possuíam caráter organizacional diferente, mesmo que compartilhassem da mesma origem e dos mesmos objetivos.[157]

1.3.3 O PTB e as cisões internas

Após o golpe que depôs Getúlio do poder, em 29 de outubro de 1945, houve uma cisão no PTB em relação às eleições para presidente da República. Essa cisão foi conseqüência das divergências reveladoras de tendências e facções, que, segundo Delgado [158], iriam se confrontar durante toda a trajetória do partido. As posições divergentes em relação ao pleito eleitoral acirraram lutas internas que já existiam

---

[153] FERREIRA. In: FERREIRA, 2003, p. 35.
[154] FERREIRA, 2006, p. 20.
[155] FERREIRA. In: FERREIRA, 2003, p. 39.
[156] FERREIRA. In: FERREIRA, 2003, p. 43.
[157] FERREIRA. In: FERREIRA, 2003, p. 24-25.
[158] DELGADO, 1989, p. 273.

dentro do PTB desde a sua fundação: uma tendência getulista, ligada ao Ministério do Trabalho, e outra doutrinária, com ideais de maior afastamento em relação ao Estado. No interior do grupo getulista, ainda, existiam subdivisões que levaram a muitos embates em relação à posição a ser assumida nas eleições presidenciais de 1945. Devido ao avanço do candidato udenista, era importante para os aliados varguistas a posição a ser assumida pelo PTB. Se fizesse aliança com o PSD, a vitória seria certa. Porém, se os trabalhistas resolvessem lançar um candidato próprio, enfraqueceriam não só o PSD, mas também o PTB, pois as forças getulistas se dividiriam. O PTB se dividiu em três posições: os que defendiam a abstenção, tendo à frente Segadas Viana [159] , os que propunham o apoio a Dutra, tendo Hugo Borghi como principal expoente, e os que optaram pelo lançamento de um candidato do PTB, por sugestão do próprio Vargas.

No Diretório Nacional do Partido, em votação, ficou decidida a abstenção. Porém o grupo liderado por Hugo Borghi, um dos fundadores do PTB e do movimento queremista, decidiu não aceitar a decisão do Diretório, optando pela aliança com o PSD.[160] As opiniões continuaram divergentes e, embora a abstenção tivesse sido aprovada, a proposta de Borghi ganhou corpo dentro do partido.[161] A questão foi resolvida com o apoio de Getúlio ao candidato pessedista, com uma cláusula: “Eurico Gaspar Dutra se comprometia a respeitar o programa do PTB e, caso eleito, escolher nos quadros do Partido Trabalhista seu Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio”.[162]

A decisão de Vargas contribuiu para aumentar as cisões internas, principalmente as que envolviam Segadas Viana, que defendia a abstenção, e Borghi, defensor da aliança com o PSD. Mais do que uma disputa em torno do candidato à presidência, estava em jogo o controle da máquina partidária e suas vantagens eleitorais – tendência fisiológica.[163] Essa disputa se estendeu até 1947, quando Segadas Viana articulou a expulsão de Hugo Borghi. Político de grande influência em São Paulo,

---

[159] Segadas Viana esteve envolvido desde o início da década de 1940 com a criação do PTB e da elaboração das Leis sociais e do trabalho no governo Vargas. DELGADO, 1989, p. 64.
[160] DELGADO, 1989, p. 63.
[161] DELGADO, 1989, p. 64.
[162] DELGADO, 1989, p. 64.
[163] DELGADO, 1989, p. 66.

Borghi ameaçava o domínio getulista sobre a seção paulista. De qualquer forma, a aliança do PTB com o PSD foi um sucesso. Além disso, a vitória de Dutra demonstrou que os trabalhadores possuíam vontade política, votaram no PTB e rejeitaram a UDN, embora a campanha de Eduardo Gomes tenha sido de muito mais peso e amplamente apoiada pela imprensa.[164]

Dessa forma, se 1945 significou para o PTB a necessidade de se organizar como partido político nacional, cuja base havia sido montada a partir do aparelho sindical, a vitória de Dutra marcou a entrada definitiva do trabalhador no cenário político. Os partidos do futuro, de acordo com Delgado [165], teriam que contar com este ator fundamental. Delgado afirma, ainda, que o PTB, desde a sua fundação, apresentou um projeto pautado na concepção e distribuição de bens e benefícios e que, das agremiações criadas com a queda do Estado Novo, o PTB foi sem dúvida a que apresentou um projeto mais claro e objetivo, propondo metas econômicas, políticas e a "inclusão de questões sociais na sua plataforma programática [...], fator diferencial da agremiação trabalhista em relação aos partidos que atuaram na conjuntura de 1945 a 1964". [166] A proteção ao trabalhador, a defesa das leis trabalhistas e a preocupação com a elevação do seu nível de vida eram alguns de seus cuidados básicos.[167]

Sendo assim, segundo Lucília de Almeida Neves, [168] o PTB "bebeu nas águas de um projeto trabalhista". O programa tinha como projeto as questões sociais, trabalhistas e políticas, incluindo propostas de reforma na estrutura agrária e na economia. O programa certamente modificou-se ao longo dos anos, mas permaneceu a "interlocução do partido com os trabalhadores".

Em 1945, o grau de diferenciação ideológica entre os partidos era pequeno, porém, em 1947, o PTB já se definiu como um partido trabalhista, atraindo muitos votos de grupos que antes votavam na UDN e PSD. As perdas eleitorais do PSD foram devidas às próprias divisões no interior do partido e ao fato de Getúlio Vargas se

---

[164] FERREIRA, 2006, p. 23.
[165] Programa do PTB, anexo, p. 170.
[166] DELGADO.In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 141.
[167] Programa do PTB, anexo p.170.
[168] NEVES.In: FERREIRA, 2001, p. 176.

definir a favor do PTB. Nesse sentido, os prejuízos podem ser considerados de cunho ideológico. A UDN, por sua vez, deve sua desvantagem às mudanças sociais e econômicas ocorridas no país.[169]

No governo, Dutra inseriu o Brasil no clima de Guerra Fria a partir do momento em que, segundo Negro e Silva, [170] verificou-se a força de mobilização do PCB. Em maio de 1947, foi decretada a ilegalidade desse partido, além da intervenção, via Ministério do Trabalho, em vários sindicatos. Diante dessas circunstâncias, o PCB abandonou a política de união nacional e passou a fazer oposição ao governo, a comandar greves e a incentivar o confronto aberto.

A ilegalidade do PCB beneficiou eleitoralmente o PTB, já que muitos comunistas candidataram-se por essa legenda ou apoiaram seus candidatos. Assim, de 1945 a 1964, o PTB conseguiu um notável crescimento de vereadores, muito embora não pudesse ser comparado ao PSD e à UDN, que disputavam as eleições em um número considerável de municípios. Apesar disso, pode-se perceber que, mesmo não tendo, em nível municipal e na zona rural, uma organização forte e ampla, o PTB, nos estados urbanizados e industrializados possuía uma organização equivalente a dos outros partidos. Portanto, se em 1945 o PTB, ao contrário da UDN e do PSD, não possuía uma organização totalmente formada, a partir de 1950 o partido ampliou cada vez mais sua estrutura organizacional nos municípios e estados que antes ficavam sob o controle dos partidos conservadores, estendendo-se inclusive ao meio rural.[171]

Nas eleições posteriores a 1950, o PSD conseguiu manter o eleitorado estável, já a UDN enfrentou a baixa no número de seus deputados federais, contribuindo para o aumento do número de deputados do PTB na Câmara dos Deputados. O Partido Trabalhista Brasileiro foi o único a manter um crescimento eleitoral rápido e contínuo, como pode ser observado na tabela abaixo: de 22 deputados federais em 1945, o PTB passa para 51 em 1950, 56 em 1954, 66 em 1958, saltando para 116, em 1962, época em que passou a disputar com o PSD a posição de maior partido

---

[169] SOARES, Gláucio A. D. **Sociedade e política no Brasi**l. São Paulo: Difel, 1973, p. 11-12.
[170] NEGRO e SILVA. In: FERREIRA, 2003, p. 59-60.
[171] SOARES, 1973, p. 16-18.

nacional. Em termos relativos, este crescimento foi de 7,6% em 1945, para 16,7% em 1950, 20,2% em 1958 e 28,4% em 1962. Deve ser lembrado, entretanto que, em 1962, os partidos conservadores, PSD e UDN, dominavam Câmara e Senado.[172]

CRESCIMENTO ELEITORAL DO PSD, PTB E UDN
CÂMARA DOS DEPUTADOS (1945-1962).[173]

Partido	1945	1950	1954	1958	1962
PSD	151(52,80%)	112(36,80%)	114(34,90%)	115(35,20%)	118(28,80%)
PTB	22(7,60%)	51(16,70%)	56(17,10%)	66(20,20%)	116(28,40%)
UDN	77(26,90%)	81(26,60%)	74(22,60%)	70(21,40%)	91(22,90%)
cadeiras	286	304	326	326	409

CRESCIMENTO ELEITORAL DO PSD, PTB E UDN
ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS (1947-1962). [174]

Partido	1947	1950	1954	1958	1962
PSD	354(41,40%)	284(32,20%)	287(32,50%)	277(32,50%)	259(23,80%)
PTB	85(9,90%)	119(13,50%)	139(15,70%)	169(18,50%)	189(17,40%)
UDN	255(26,30%)	220(25,00%)	185(20,90%)	175(19,20%)	212(19,50%)
cadeiras	855	880	882	909	1084

Na medida em que o PSD vai perdendo gradativamente seus deputados nas Assembléias Legislativas, como se constata na tabela acima, o PTB, ao contrário, cresce num ritmo estarrecedor. Analisando a evolução do PTB, Jorge Ferreira[175] afirma que esse crescimento não foi "casual nem arbitrário" e muito menos resultante da manipulação de Getúlio. O crédito pode ser resultante da incorporação

---

[172] SOARES, 1973, p. 22-24.
[173] Fonte: TSE, **Dados Estatísticos,** vol.0 7 Apud HIPPOLÍTO, 1985, p. 198.
[174] Fonte: TSE, **Dados Estatísticos,** vol.0 7 Apud HIPPOLÍTO, 1985, p. 199.
[175] FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista:** getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 11.

pelo PTB das “crenças”, “valores” e “tradições” que circulavam na sociedade bem antes de 1940.

Vargas, nas eleições de 1950, saiu vitorioso, porém a herança deixada por Dutra foi o desequilíbrio econômico-financeiro e a inflação alta, o que levou Getúlio a priorizar, durante sua gestão, o setor econômico. Para colocar as contas em ordem, precisava do investimento norte-americano. No entanto, com a mudança de partido no governo dos EUA, os investimentos na América Latina foram suspensos, aumentando as dificuldades financeiras do governo Vargas, as críticas da oposição e a insatisfação dos trabalhadores. Por isso, foi importante nesse momento a atuação de João Goulart no Ministério do Trabalho. Ao invés da repressão policial costumeira, Goulart inovou, negociando com os sindicatos. Essa política aproximou o PTB dos trabalhadores.

A posição assumida pelo PTB em 1950 foi bastante apagada. Mesmo sendo o partido do presidente da República, assumiu apenas um ministério, o do Trabalho. Para piorar, o partido estava bastante fragmentado devido às disputas internas, faltando-lhe uma característica individual e independente da figura de seu fundador. Essa conjuntura permitiu a eleição de João Goulart para presidente do PTB, em 1950. Goulart conseguiu também, nesse mesmo ano, a cadeira de deputado federal, na qual mostrou-se comprometido com o nacionalismo e com as reformas de estrutura.

A eleição de Jango para a presidência do partido significou, para o PTB, “um momento histórico” em seu curso político. Os quadros e as bases do partido se renovaram e uma nova linha foi adotada, o reformismo. O grande teórico da linha reformista foi Alberto Pasqualini[176]. Esse político achava que o PTB deveria alcançar maior independência da figura de Vargas e caminhar em direção às modificações sociais. Jango, o “escolhido”, usando uma Expressão de Ferreira, [177] tinha a função de neutralizar as divisões do PTB e se aproximar do movimento sindical. Apesar de seu empenho, os sindicalistas continuaram descontentes. Os marítimos entraram em

---

[176] PASQUALINI, Alberto. **Bases e sugestões para uma política social**. Rio de Janeiro: São José, 1958.
[177] FERREIRA, 2005, p. 103.

greve em junho, quando foram duramente reprimidos por Segadas Viana, ministro do Trabalho. A ação do ministro causou a reação negativa de Goulart e o pedido de Vargas para que se demitisse. Em seu lugar, foi nomeado João Goulart.

O herdeiro de Vargas, mesmo antes de ser ministro, ainda na presidência do PTB, recebia inúmeras críticas da imprensa conservadora. Observam-se, já nesse período, as acusações de que Jango intentava um golpe de Estado. O *Correio da Manhã,* inclusive, afirmava que Jango tomaria o poder utilizando-se das greves e das organizações de trabalhadores. Apesar disso, Goulart cumpriu o seu papel, tanto à frente do Ministério do Trabalho quanto na liderança do PTB. Conseguiu aproximar o partido dos sindicatos, permitiu o diálogo entre governo e trabalhadores e deu uma face mais reformista à agremiação. Deve ser lembrado, ainda, que conviveram lado a lado as mobilizações do movimento sindical, o incentivo à participação do trabalhador nas decisões políticas e a prática do clientelismo, fisiologismo e cooptação. No entanto , foram os próprios dirigentes sindicais que escolheram essas práticas como via de regulamentação das relações com o Estado. Os trabalhadores, e os sindicatos que os representavam, conheciam seus direitos e estavam atentos aos seus interesses, portanto não se pode dizer que eram manipulados, como argumentavam os opositores de Jango.

Na relação que assumia com os trabalhadores à frente do Ministério do Trabalho, Jango, segundo muitos testemunhos, além de facilitar o acesso de sindicalistas e das gentes simples ao ministério, possuía uma generosidade e preocupação genuína com os trabalhadores. Waldir Pires, governador da Bahia na época, em entrevista a Dênis de Moraes [178], emocionado, classifica João Goulart como uma pessoa generosa, humana. Segundo suas palavras, ele "não era um organizador de massas", desejava apenas que o trabalhador pudesse ter uma condição de vida melhor.

A despeito dessa característica afável, na liderança no partido, Jango buscou efetuar a centralização, concentrando as decisões políticas no Diretório Nacional, mostrando inflexibilidade com a fragmentação interna e com os dissidentes. [179] Ferreira afirma

---

[178] MORAES, 1989, p. 221.
[179] FERREIRA, 2005, p. 114 e 120.

que Jango procurou “[...] redefinir o PTB em termos ideológicos, programáticos e organizacionais, além de reformular as relações de seu partido com sua própria base social – os trabalhadores e os sindicatos -, [...] esforçou-se para atualizar o trabalhismo brasileiro” [180], afastando-se do imperialismo americano e aproximando-se dos ideais democráticos.

Não obstante o esforço de Vargas em fortalecer a base do governo – os sindicatos – por meio do Ministro do Trabalho, e de tentar, durante todo o tempo, governar com os partidos, tanto a UDN quanto o PCB recusavam-se a fazer compromissos. Inconformada com as derrotas de 1945 e 1950, restava à UDN atacar de forma bastante violenta a figura de Vargas, tentando desmoralizar o governo. A todo custo, os conservadores em geral e a UDN em particular tentavam tirar Vargas da presidência.

Logo, já bem desgastado pela crise política e econômica que sofria em seu segundo governo, Vargas se viu, segundo salienta Jorge Ferreira [181] , “sem saída” quando o chefe da sua segurança tramou um atentado contra a vida de Carlos Lacerda, seu grande opositor. O saldo desse atentado foi Lacerda ferido no pé, um major da aeronáutica morto e Vargas não tolerado pelas elites conservadoras. Os militares, a partir desse episódio, foram instados pela elite liberal e pela imprensa a derrubar o presidente Getúlio Vargas. Sendo assim, ao receber um ultimato dos oficiais da Marinha e Aeronáutica para que renunciasse, optou pelo suicídio, pondo fim à sua vida, em 24 de agosto de 1954.

O impacto foi grande, a população foi tomada de uma mistura de revolta e comoção, e, mesmo sob repressão policial, as manifestações cortaram o país. O alvo eram os opositores, principalmente a UDN. Os trabalhadores souberam reconhecer os benefícios da legislação trabalhista e a valorização que receberam. O getulismo significava para eles a forma pela qual conseguiram se expressar e obter o reconhecimento de sua cidadania. O suicídio, seguido pelas manifestações

---

[180] FERREIRA, 2005, p. 122.
[181] FERREIRA, Jorge.Crises da República**:** 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. O Brasil republicano; v. 3, p. 311.

populares, impediu momentaneamente o golpe militar em 1954. Dar cabo à própria vida não foi um ato impensado de Getúlio, significou uma atitude arquitetada. “A vingança foi meticulosamente planejada: se seus inimigos o queriam desmoralizado politicamente, ele foi muito além, jogando seu próprio cadáver nos braços dos udenistas, que, atônitos, não souberam o que fazer com ele”. [182]

Delgado[183] assevera que, após a morte de Vargas, o PTB se renovou e novas proposições surgiram. O reformismo, corrente adotada pelo partido após 1954, buscava maior independência partidária. Apesar disso, permaneceu como eixo central a estrutura nacionalista, a distributiva, a desenvolvimentista e a forte ligação com os trabalhadores.[184] Pode-se dizer, ainda, que o PTB sempre teve essa ambivalência: de um lado sua forte relação com o Estado, e de outro a independência e a mobilização da sociedade civil, que ao mesmo tempo dependia do Estado para se desenvolver. Porém, já em 1945, as primeiras diretrizes para a elaboração do programa do PTB[185] abordavam questões de tendência reformista. Previa-se a reforma agrária e o nacionalismo, a exploração do subsolo somente pelo Estado, extensão da legislação social aos trabalhadores do campo. Essas propostas, que surgiram juntamente com o partido, foram crescendo gradativamente como prática e estandarte de luta política e social.

Um ano depois, em 1955, os liberais, que não aceitaram Getúlio, também não queriam admitir Goulart na vice-presidência da República. Os udenistas contavam como certa a derrota nas eleições de 1955 para a chapa JK/Jango, por isso fizeram uma série de investidas para adiar as eleições e posteriormente anulá-la, exigindo para a posse uma maioria absoluta inexistente na constituição.

Além disso, acreditavam que a benesse das leis sociais havia corrompido a democracia e destituído os trabalhadores de uma consciência crítica. Em conseqüência, envolvido pela política paternalista, esse setor permaneceria votando nos getulistas. Como alternativa para frear o crescimento do PTB, e ao mesmo

---

[182] FERREIRA.In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 310.
[183] DELGADO, 1989, p. 80.
[184] NEVES, Lucilia de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo**:** um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, 2001, p. 176-177.
[185] Programa do PTB, anexo, p.170.

tempo destituir os trabalhadores de seus direitos adquiridos, os conservadores buscaram o apoio das Forças Armadas. Ao tentarem impedir a posse de JK e Goulart, em 1955, buscavam também paralisar o processo de cidadania dos trabalhadores e impedi-los de exercerem seus direitos, sobretudo o de escolher.[186]

Dentro das Forças Armadas, havia uma divisão entre os que queriam o impedimento e os que respeitavam a constituição. Com riqueza de detalhes, Ferreira[187] esclarece que a insubordinação de um coronel, Jurandir Mamede, determinou os rumos da crise. Mamede, no funeral do general Canrobert Pereira da Costa, desrespeitou a hierarquia e a disciplina militar, com um discurso em que contestava a democracia no Brasil.Sua fala, que não fazia parte da programação do cerimonial, definia a democracia como uma – "pseudolegalidade imoral e corrompida", "uma mentira".

O ministro da Guerra, Henrique Teixeira Lott, estava decidido a punir Mamede. Todavia, somente o presidente da República poderia dar essa autorização. Carlos Luz, que substituía Café Filho – com problemas de saúde –, não deu o consentimento. Além disso, humilhou o ministro, fazendo-o esperar por duas horas na ante-sala. Lott pediu demissão, e, pela imprensa, os fatos ficaram conhecidos por toda a população "causando indignação na cúpula militar".[188]

O general Lott sabia que Carlos Luz, juntamente com parte das Forças Armadas, pretendia dar o golpe, impedindo a posse dos eleitos. A única solução seria, então, articular o contragolpe. Sendo assim, Lott se reuniu, no Ministério da Guerra, com comandantes militares de outros Estados, com o líder da maioria na Câmara, José Maria Alkmin, e com o vice-presidente do Senado, Nereu Ramos. Nessa reunião, os presentes acordaram, com o apoio do PSD e do PTB, a eleição de Nereu Ramos para a presidência da República como única solução legal possível naquele momento. As tropas da Capital tomaram vários pontos estratégicos, sem resistência, levando à vitória o grupo legalista do Exército".[189]

---

[186] FERREIRA, 2005, p. 155.
[187] FERREIRA, 2006, p. 49.
[188] FERREIRA. In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 317-322.
[189] FERREIRA. In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 324-325.

> Contudo, a ida dos petebistas e das esquerdas aos quartéis feriu crenças, valores e códigos comportamentais próprios da instituição militar. Outras facções nas Forças Armadas não os perdoariam pela estratégia de fazer proselitismo político nas tropas. Assim, o grupo vitorioso que derrubou o presidente João Goulart faria do PTB e do trabalhismo, bem como dos comunistas, seus inimigos de morte.[190]

No governo de Juscelino Kubitschek, a atuação do vice possibilitou certa estabilidade. Negociando diretamente com os sindicatos, Goulart deixava intacta a pessoa de JK nos embates e nos conflitos trabalhistas. Além disso, o apoio do PTB foi essencial para a efetivação do "Plano de Metas", de industrialização e modernização para o país. No entanto, quando as discussões passavam para a reforma agrária, o PTB não recebia do PSD o mesmo apoio. Sem entendimento, o PTB inevitavelmente afastou-se do PSD, fazendo aliança com os comunistas, e aproximou-se do movimento sindical, estudantil e dos suboficiais das Forças Armadas. Assim, embora estivesse no governo, agia como oposição, formulando críticas e organizando mobilizações.

Dessa forma, as lideranças do trabalhismo petebista, os comunistas e parte do Exército uniram-se na Frente de Novembro, pretendendo defender a democracia e lutar pelo nacionalismo. O general Teixeira Lott era o baluarte da organização e Goulart, o seu presidente de honra. Após uma crise militar e política decorrente de um comício organizado pela Frente para homenagear o general Lott, Jk mandou fechar a Frente de Novembro.[191] Ao mesmo tempo, fechou também o Clube da Lanterna, comandado por Prestes. Segundo o jornal *Última Hora,* no pleito de 1958, o Clube da Lanterna promovia ataques contra os candidatos trabalhistas. Denuncia o jornal: "Dando início às suas atividades terroristas o 'Clube da Lanterna', por um de seus 'comandados', investiu ontem contra a sede do Partido Trabalhista Brasileiro tentando depredá-la [...]".[192]

Pode-se perceber, de acordo com Maria Celina Soares D'Araújo,[193] que, a partir de 1954, definiram-se duas direções dentro do PTB. Uma linha reformista e nacionalista

---

[190] FERREIRA. In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 326.
[191] FERREIRA, 2005, p. 261.
[192] O terrorismo do Clube da Lanterna. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 23, setembro de 1958.
[193] D'ARAÚJO, 1990, p.196.

e outra clientelista, que se apropriava do mito de Vargas e da defesa dos laços familiares. Delgado[194] concorda que, a partir de 1954, com a morte de Getúlio, vários políticos nacionalistas buscaram direcionar o partido para um comprometimento mais firme quanto às questões nacionalistas e às reformas de estrutura, levando o PTB de um trabalhismo personalista para um trabalhismo reformista.

Salienta ainda que, a partir de 1958, inclusive, um grupo contrário a Goulart passou a pressionar o governo para aprovação da reforma agrária - o Grupo Compacto, o mais atuante e vibrante na luta pelas reformas de base, e o responsável pelas posições mais à esquerda do PTB. Muitos dos seus componentes uniram-se a outros partidos, formando a Frente Parlamentar Nacionalista. Em 1960, a cisão interna e divergências que envolviam Fernando Ferrari levaram à sua expulsão do partido pela Comissão executiva. O motivo foi sua candidatura à vice-presidência da República pelo Partido Democrático Cristão (PDC) em 1960. Ferrari, líder do Movimento Trabalhista Renovador (MTR) e político do Rio Grande do Sul, discordava da direção do PTB em muitos pontos. Sua principal crítica era contra o fisiologismo que, em sua opinião, levava o partido a distanciar-se do trabalhismo.Todavia, Delgado afirma que as visões divergentes sempre existiram dentro do PTB. Desde seu início, coexistiu um grupo pragmático e fisiológico ligado a Vargas e ao Ministério do Trabalho e outro doutrinário, ligado a Alberto Pasqualini e às propostas reformistas.[195] Ou seja, o PTB desde sua gênese, possuía tendências discordantes, tanto ideológicas, quanto políticas, algumas permanecendo e outras se dissipando, traduzindo certa diversidade de matrizes políticas. No entanto, permanecia inalterada a linha nacionalista, distributivista e desenvolvimentista. Dessas tendências, seguindo a hipótese de Lucilia de Almeida Neves,[196] três se destacaram: os getulistas pragmáticos, os doutrinários trabalhistas e os pragmáticos reformistas.

---

[194] DELGADO, 1989, p. 205-206.
[195] DELGADO, 1989, p.52.
[196] NEVES. In: FERREIRA, 2001, p. 178.

1.3.4 Os getulistas pragmáticos

Os getulistas pragmáticos possuíam as propostas principais de utilizar o carisma de Vargas como ferramenta de mobilização dos trabalhadores e de manter a legislação trabalhista inaugurada na década de 1930. Defendiam a idéia de que o trabalhismo era uma alternativa ao comunismo e ao socialismo. O principal objetivo desses primeiros trabalhistas era nutrir uma íntima relação entre a ação sindical e o Estado, seguindo os moldes getulistas. A cidadania seria exercida de forma participativa, mas não autônoma. Esse grupo era formado por sindicalistas, altos funcionários do Ministério do Trabalho, empresários e políticos.[197]

> [...] o fim prioritário de manter a legislação trabalhista, que era considerada por Vargas tanto um instrumento de distribuição de benefícios sociais ao trabalhador como um elemento essencial do suporte de sua legitimidade junto a eles, marcou a legenda trabalhista desde a sua origem. Para Vargas e correligionários, seria o PTB o partido encarregado de representar os trabalhadores no Parlamento Nacional. [198]

A base do partido era os sindicatos controlados pelo Ministério do Trabalho, ou seja, a organização política dos trabalhadores deveria ser tutelada pelo Estado. Apesar desse caráter dirigista, a representatividade dos trabalhadores no Poder Legislativo era algo inédito na política nacional. Nos primeiros anos do trabalhismo petebista, seu projeto confundia-se com o getulismo, todavia ao longo do tempo essa ligação foi rompida, ainda que Vargas continuasse a ser uma forte referência para o trabalhismo. Mesmo assim, novas lideranças nasceram no PTB de tendência pragmático reformista, contribuindo para formar um projeto nacional que rompeu com o pragmatismo getulista, embora mantivesse as concepções nacionalistas e desenvolvimentistas.

1.3.5 Os doutrinários trabalhistas

A tendência doutrinária trabalhista era formada por profissionais liberais, por elementos de formação acadêmica e por intelectuais. Aspiravam eles a um projeto

---

[197] DELGADO, 1989, p. 59.
[198] NEVES. In: FERREIRA, 2001, p. 182-183.

trabalhista nacionalista, contrário ao comunismo e independente em relação à máquina burocrática do Estado.[199]

Alberto Pasqualini foi, no partido, o principal opositor à linha getulista e maior inspirador da linha doutrinária.[200] Ingressou no PTB em 1946, acreditando que esse partido apresentava perspectivas reais de estruturação nacional. Dessa maneira, Pasqualini participou ativamente na elaboração do programa do PTB. Em 1948, ele escreveu a obra *Diretrizes Fundamentais do Trabalhismo Brasileiro*, expondo as idéias posteriormente norteadoras da "linha Pasqualini". Dois anos depois, o PTB condensou e publicou esse texto com o objetivo de divulgar as idéias básicas do trabalhismo, prevenindo e evitando deturpações. Segundo Delgado, [201] as propostas de Pasqualini conferiam ao partido uma característica mais esquerdista.

> A proposta dos petebistas doutrinários centrava-se na idéia de que o PTB deveria se organizar sobre uma doutrina trabalhista socializante, independente de carismas pessoais e de estruturas oficiais. Reconheciam, no entanto, que, para consolidar o partido, tornava-se difícil prescindir da figura de Vargas, à qual o trabalhismo brasileiro estava indiscutivelmente ligado.

O princípio do trabalhismo de Pasqualini era a eliminação da usura social e da exploração “do homem pelo homem”. As influências de suas idéias partiam das encíclicas papais e do trabalhismo inglês. Com João Goulart na presidência nacional do PTB, em 1952, Pasqualini foi o responsável por organizar o departamento de estudos da agremiação, com o fim de proporcionar ao partido uma maior consistência doutrinária. E tornou-se, sem dúvida, o mais importante teórico do trabalhismo brasileiro. Não pretendia aplicar no Brasil o socialismo. Seu objetivo era a eliminação da usura, permanecendo o regime capitalista e a iniciativa privada. O trabalhismo não é, pois, necessariamente um movimento socialista. Como vimos, o socialismo não é um fim, mas um meio, isto é, uma forma de organização econômica tendo em vista a eliminação da usura social.

De acordo com Pasqualini,[202] abstraindo as diferentes concepções socialistas - incompatíveis com os princípios cristãos, pois têm caráter materialista - e

---

[199] NEVES. In: FERREIRA, 2001, p.186-187.
[200] ABREU, 2001, p. 4438.
[201] DELGADO, 1989, p. 53.
[202] PASQUALINI, 1958.

considerado socialismo simplesmente a socialização dos meios de produção, de circulação e de troca, mediante uma planificação da economia, observa-se que o sistema seria inexeqüível num país como o Brasil. Devemos, então, permanecer no sistema da iniciativa privada, isto é, no regime capitalista. Como se vê, a Doutrina Social da Igreja influenciou sua concepção no que se refere à condenação do capitalismo injusto e à busca de maior igualdade social. Buscava a reforma do capitalismo, para torná-lo mais justo e para fazer frente ao comunismo.

> Nosso programa é profundamente humano e essencialmente cristão. Nada tem que ver com o comunismo, para o qual nenhuma conveniência existe em que o executemos [...] Afirmamos que poderá haver soluções sociais, desde que esse capitalismo se humanize e deixe de adjudicar muito a si próprio, como dizia Pio XI. Entendemos que, dentro dos princípios que sustentamos, poderá ainda haver amplas perspectivas de entendimento e cooperação entre as classes, reconhecendo a classe capitalista que lhe devem caber os principais encargos e responsabilidades quanto à manutenção da estabilidade social [...].[203]

A partir da segunda metade dos anos 1950, o PTB uniu a tendência getulista pragmática e a doutrinária trabalhista, permanecendo o mito de Getúlio Vargas concomitantemente com as propostas de Pasqualini.

1.3.6 Os pragmáticos reformistas

Essa corrente foi a junção entre o discurso do trabalhismo doutrinário e a prática política, mesclada de traços herdados do getulismo e do trabalhismo. Percebe-se, no entanto, um trabalhismo renovado com objetivos nacionalistas, reformistas e projetos de maior autonomia política para os trabalhadores.

A projeção que o trabalhismo alcançou nos anos 50 e 60 deveu-se à apresentação de um discurso condizente com a realidade do país. Segundo Lucilia de Almeida Neves [204] , o PTB representava a institucionalização organizada do trabalhismo, e só através dele ganhou possibilidade de implementação. Foi após a passagem de

---

[203] PASQUALINI, 1958, p. 46.
[204] NEVES. In: FERREIRA, 2001, p. 202.

Goulart pelo Ministério do Trabalho que a tendência pragmática reformista ganhou maior projeção e poder. Não só os quadros de dirigentes do partido se renovaram com a entrada de novos militantes, como também foram adotados princípios nacionalistas e distributivistas.

> O tempo do trabalhismo foi marcado por ambigüidades e contradições. Significou paradoxalmente dirigismo, paternalismo e potencial de autonomia para sujeitos históricos, como o eram os trabalhadores brasileiros. Foi marcado pelo personalismo de seus líderes, mas acalentou proposições cooperativas e coletivas. Significou busca de aperfeiçoamento do capitalismo, buscando humanizá-lo para reforçá-lo, mas também representou alguma possibilidade de aproximação com o socialismo reformista.

O reformismo tinha como tônica do programa a crença na resolução dos problemas sociais e a superação do subdesenvolvimento. Por isso mesmo, as classes dominantes nunca admitiram o PTB, nem mesmo como a opção política dos operários. Era hostilizado à medida que se expressava como a voz desse movimento, e ainda mais quando defendia a intervenção do estado na economia. Assim, o PTB se firmou na direção da esquerda, e como um partido de reformas populares, emergindo como a segunda força eleitoral no país.[205] Após a morte de Vargas, o PTB adotou o nacionalismo como bandeira. Nessa fase, a participação popular uniu-se a outras mobilizações sociais em torno de propostas cada dia mais avançadas em direção ao reformismo. [206]

No início dos anos de 1950, somente o discurso nacionalista não satisfazia aos trabalhadores. O aumento do mínimo não era suficiente para cobrir as perdas salariais ocorridas nos últimos anos, acabando por essa insatisfação repercutir em uma crise dentro do partido.

> No início de 1952, a crise no interior do partido tornou-se incontornável. Havia insatisfações de toda natureza: os fisiológicos ressentiam-se de sua pouca participação no governo, a ala mais reformista queixava-se do *desempenho conservador do Ministro do Trabalho* e da política conciliatória [...].[207]

A base do partido começou, então, a pressionar, pedindo mudanças nessa reformulação. João Goulart, ao ganhar a eleição para presidente do PTB, destacou

---

[205] BANDEIRA, 1978, p. 30.
[206] DELGADO, 1989, p. 99.
[207] DELGADO, 1989, 125.

como objetivos sociais e políticos do partido as bases populares. Também destacou o papel intermediário da agremiação em relação ao Estado.

O PTB, na situação social e política dos anos 60, assumiu uma posição de destaque. A maioria dos seus filiados, incluindo os líderes sindicais e parlamentares, passou a defender, de forma definitiva a severa, um programa de reformas de base, acreditando nessa proposta como a melhor opção econômica para o desenvolvimento do país. [208]

1.4 TRABALHISMO

Durante algum tempo, foi bem aceito na historiografia o conceito de populismo para classificar a política trabalhista do governo Vargas. Autores como Weffort [209], Jaguaribe e Guerreiro Ramos[210] foram os que mais se destacaram no uso do conceito. Para esses intelectuais, o populismo nasceu na Revolução de 1930 e morreu com o golpe militar em 1964, sustentando-se na manipulação das massas por um líder carismático. Nesse sentido, os trabalhadores são retratados como seres destituídos de vontade própria, podendo, facilmente, serem enganados.

Ângela de Castro Gomes[211] oferece uma contraproposta ao conceito de populismo: o trabalhismo como categoria alternativa para se pensar a relação do Estado com a massa trabalhadora. Em sua obra *A invenção do trabalhismo*[212], os trabalhadores são pensados como atores políticos ativos que se moviam de acordo com seu universo de possibilidades no diálogo com o Estado. A autora deixa claro, ainda, que essa relação com o Estado, embora fosse díspar, não significava um operariado passivo, ofertando obediência em troca de favores materiais.

---

[208] DELGADO, 1989, 217-218.
[209] WEFFORT, 1978.
[210] GOMES. In: FERREIRA, 2001, p. 24-25.
[211] GOMES. In: FERREIRA, 2001, p. 46-47.
[212] GOMES, 1988, apud GOMES. In: FERREIRA, 2001, p. 44.

> O pacto trabalhista, pensado ao longo do tempo, tem nele, de modo integrado, mas não redutível, tanto a palavra e a ação do Estado (que sem dúvida teve o privilégio de desencadeá-lo), quanto a palavra e a ação da classe trabalhadora.[213]

O projeto trabalhista de Vargas incorporou crenças, valores e indicadores de comportamento que integravam o universo cultural dos trabalhadores antes de 1930. Daí o sucesso do trabalhismo: o operariado se identificava com seus objetivos.[214] Segundo Lucilia de Almeida Neves [215], o trabalhismo, além de ter sido um projeto social nacional e desenvolvimentista, significou também uma "doutrina", na medida em que aliou o paternalismo estatal ao projeto de cidadania do trabalhador. O PTB, partido comprometido com os ideais do trabalhismo, possuía como principal concepção o distributivismo. No programa[216] do partido, fica explícita a preocupação com as condições de vida do trabalhador, propondo a melhora da distribuição de renda e a possibilidade ao assalariado de participação nos lucros da empresa.

Jorge Ferreira [217] resgata a gênese desse ideário, esclarecendo, como já foi discutido, que o Estado, nas décadas de 1930 e 1940, era o doador de direitos e bens materiais aos trabalhadores, e esperava receber deles, em troca, anuência ao regime autoritário, carente de legitimidade. Nesse intuito, Vargas estabeleceu uma legislação social e trabalhista pautada na valorização dos trabalhadores, "fundamentada na *ideologia da outorga*, e no reconhecimento do trabalhador como socialmente necessário, elevando-o à condição de cidadão".

Investigando correspondências enviadas pelas diversas camadas da sociedade ao presidente da República, nessa mesma época, Jorge Ferreira[218] procura entender de que forma essa política de doação era aceita pela população. As cartas endereçadas a Vargas geralmente eram reclamações, pedidos de emprego ou aumento salarial. A Secretaria da Presidência da República era o órgão responsável por responder e enviar uma possível solução ao remetente. O conteúdo dessas correspondências traduz a cultura popular desse período.

---

[213] GOMES. In: FERREIRA, 2001, p. 48.
[214] FERREIRA. In: FERREIRA, p. 103.
[215] NEVES. In: FERREIRA, 2001, p. 203.
[216] Programa do PTB,anexo, p. 170.
[217] FERREIRA, Jorge. Luiz. A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. **Estudos Históricos:** Rio de Janeiro, vol. 03, nº 3, 1990. p. 180-195.
[218] FERREIRA, 1990, p. 181.

O interior das cartas mostra um trabalhador bastante ciente e atento às práticas políticas, sendo capaz ainda de aplicar o discurso dominador em seu próprio benefício. Essas pessoas comuns, a partir do seu universo cultural e experiência de vida, absorvem o discurso dominante, usando-o a seu favor. Aceitavam o discurso oficial, mas ao mesmo tempo o negavam, ou seja, estavam atentas aos limites dessa dominação, percebendo em que medida prejudicava ou melhorava suas condições de sobrevivência. As correspondências demonstram ainda que a resignação, além de aparente, era uma maneira eficaz de alcançar aquilo que oficialmente o Estado lhes prometia: sanar as injustiças sociais. Embora tivessem conhecimento das violências e de outros desmandos, essas práticas eram omitidas nos diálogos. Os trabalhadores exploravam a parte que lhes trazia algum proveito para melhorarem as condições de sobrevivência. Mesmo assim, para os trabalhadores, realmente o Estado Novo trouxe maior justiça, ficando a República Velha marcada como o período de inexistência da justiça.

O Estado apoderou-se das antigas reivindicações e dos valores dos trabalhadores, e, com uma nova roupagem, devolveu-os como sendo seus, em uma atitude generosa que esperava agradecimento. O discurso do Estado, ao mesmo tempo em que ignorava as lutas dos trabalhadores na Primeira República, desvalorizando esse passado de reivindicações, apropriava-se das falas protagonizadas pelos líderes dos trabalhadores no século XIX. Dessa maneira, o Estado, após a Revolução de 30, coloca-se como o responsável por minimizar as dificuldades de sobrevivência do trabalhador. De fato, os trabalhadores reconheciam a melhora de sua condição de vida e de oportunidades.

De qualquer forma, embora os trabalhadores aceitassem a dominação vinda do Estado, resistiam dentro do limite que não os colocava em perigo. O trabalhador reinterpretava o discurso dominador de acordo com sua conveniência. O resultado, se não foi contrário ao esperado pelo governo foi, sobretudo bem diferente.

Dessa maneira, o trabalhismo, projeto ideológico estruturado a partir dos sindicatos e do PTB [219], teve sua ideologia construída a partir do Estado. Em 1942, o Ministro

---

[219] PARANHOS, Adalberto de Paula. **O roubo da fala:** origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 204.

do Trabalho, Marcondes Filho, passou a ocupar, todas as quintas-feiras, durante dez minutos, os microfones do programa *Hora do Brasil*, produzido pelo departamento de imprensa e propaganda. O governo esforçava-se para fazer daquele programa um sucesso de audiência. Os assuntos abordados por meio de longas palestras objetivavam criar um ambiente de proximidade entre o palestrante e o receptor da mensagem, demonstrando o valor do ouvinte e sua capacidade.[220] Pela primeira vez, um ministro usava o rádio para divulgar uma mensagem. As palestras possuíam um público particular, os trabalhadores.

> Nessas falas, havia um esforço em construir uma imagem de Vargas, do mito. Utilizando-se de discursos repetitivos, buscava-se marcar profundamente os trabalhadores. Nesses discursos e palestras, exaltava-se a generosidade do presidente e criava-se na população trabalhadora a obrigação de receber, estabelecendo uma relação pessoal entre a figura do presidente e o povo trabalhador. De fato, no discurso mítico do trabalhismo, o *mito da doação* ocupou lugar central. "[...] Se propagou com a maior intensidade, principalmente a partir do Estado Novo, e pela sua difusão se tentou fazer crer que a Legislação Social não passaria de uma dádiva caída dos céus getulistas sobre a cabeça dos trabalhadores brasileiros". [221]

Essas mensagens significaram um competente esforço na invenção do trabalhismo, combinando uma "análise cientificista moderna e sofisticada com um articulado discurso de apelo popular".[222] Segundo Paranhos[223], a ideologia do trabalhismo não deve ser vista como demagogia, haja vista que sua força é decorrente do atendimento aos anseios dos trabalhadores. Nesse sentido, a propaganda de concessão de direitos sociais como fruto da bondade de Getúlio funcionou para desacelerar as lutas desse grupo. Ao se antecipar às demandas dos trabalhadores, Getúlio removia o conflito e, ao buscar glorificar sua imagem como o pai que zela pelos filhos e lhes dá o que precisam, a ideologia do trabalhismo atingia outro objetivo, o de afirmar a letargia popular.

Ângela de Castro Gomes[224] afirma que o trabalhismo possuía basicamente o mesmo princípio do queremismo.

---

[220] GOMES, 1994, p. 195 e 200.
[221] PARANHOS, 1999, 23.
[222] GOMES, 1994, p. 210 -216.
[223] PARANHOS, 1999, p. 23.
[224] GOMES, 1994, p. 267.

> Queremismo e trabalhismo bebiam da mesma fonte, ou seja, o trabalhismo como ideologia política centrada na figura de Vargas, em sua obra social, que ele se propunha manter com a massa trabalhadora, vinha sendo construído desde 1942. Assim, sem o suporte ideológico do trabalhismo, o queremismo teria sido praticamente impossível. [225]

Mas, do ponto de vista organizacional, o PTB e o queremismo não eram a mesma coisa. O PTB não poderia ter uma vinculação aberta com Getúlio, pois comprometeria o Ministério do Trabalho. Já o queremismo, era um movimento social que podia efetuar todo tipo de alianças, sem que com isso ficasse comprometido.[226]

Não obstante o trabalhismo petebista ter sido inspirado no trabalhismo inglês, no Brasil apresentou-se com algumas particularidades. O trabalhismo inglês tinha uma orientação tipicamente sindicalista, de lutas sociais e trabalhistas autônomas, canalizadas no *Labour Party*, enquanto o PTB defendia a legislação trabalhista e social da era Vargas, a luta contra a pobreza e a ideologia nacionalista.[227]

1.5 PASQUALINI E O TRABALHISMO REFORMISTA

O PTB, possuindo propostas de transformação social, abre espaço para uma via mais reformistas dentro de sua estrutura. Essa corrente reformista teve em Alberto Pasqualini o seu doutrinador e idealizador. Pasqualini, neto de imigrantes italianos que se radicaram no interior do Rio Grande do Sul, veio de um ambiente rural humilde. Pobre, ele galgou aos poucos e com sacrifício o sucesso profissional e político. Desde cedo convivendo com os pobres e com os humildes, identificou seus problemas, entendendo que as injustiças sociais precisavam ser corrigidas. Quanto ao PTB, pretendia que o partido se mobilizasse em torno de propostas de modificações econômicas e sociais. Num primeiro momento, essas modificações

---

[225] GOMES, 1994, p. 268.
[226] GOMES, 1994, p. 268.
[227] DELGADO, 1989, p. 78.

seriam de caráter trabalhista, para posteriormente chegar ao reformismo. As reformas, segundo Pasqualini, deveriam ser feitas dentro do regime capitalista.[228]

Em seu livro *Bases e Sugestões para uma Política Social*,[229] um dos alicerces do programa do PTB, Pasqualini critica o capitalismo selvagem e fornece diretrizes para uma verdadeira transformação social, valorizando o trabalhador brasileiro e defendendo uma sociedade mais justa e igualitária. Condenando o lucro no seu mais alto grau, considerou que, quando essa prática se desenvolve, há a exploração do trabalhador e do consumidor. Segundo Pasqualini, essa tendência é observada no capitalismo individualista, cujos métodos injustos provocam desníveis sociais e desordem no processo econômico.[230] Para ele, a função do capital deveria ser o desenvolvimento da economia, a fim de atender cada vez melhor às necessidades humanas e proporcionar a ampliação da distribuição da riqueza, exigindo a justiça social que o Estado crie essa oportunidade, colocando-a ao alcance de todos para que o indivíduo possa aproveitá-la de acordo com suas aptidões.[231]

Na sessão de encerramento da convenção do PTB, Pasqualini mostrou as diretrizes e as características da sua proposta, sua concepção social, sua orientação política e sua posição frente aos dois mundos, o capitalista e o socialista.[232] O regime socialista caracterizava-se, afirmava o petebista, essencialmente pela socialização integral dos meios de produção. Esse regime, nas concepções de Pasqualini, não se adequava ao Brasil, uma vez que aqui não havia condições objetivas, materiais, ou mesmo subjetivas para a instituição do regime socialista. Na opinião dele, o país precisava da iniciativa privada para superar o subdesenvolvimento.[233]

Dessa maneira, Pasqualini propunha um capitalismo humanizado, capaz de valorizar o trabalhador e os frutos do seu trabalho. Em contrapartida, condenava o capitalismo individualista, dirigido exclusivamente para o lucro e para a acumulação de riqueza. Partindo dessa premissa, propunha um capitalismo solidário, regulado por uma legislação justa. Ao mesmo tempo em que excluía o capitalismo individualista,

---

[228] DELGADO, 1989, p. 68-69.
[229] PASQUALINI, 1958.
[230] PASQUALINI, 1958, p. 04.
[231] PASQUALINI, 1958, p. 05.
[232] PASQUALINI, 1958, p. 39.
[233] PASQUALINI, 1958, p. 41.

também rejeitava a socialização dos meios de produção. Ou seja, trabalhismo e capitalismo solidarista seriam expressões equivalentes.[234]

Acreditava Pasqualini[235] que, sendo a economia capitalista baseada no lucro, seu objetivo natural é sempre alcançar maiores lucros, tendendo a procurar obter do trabalhador maior produtividade e menor salário. Essa exploração do trabalhador é uma característica do capitalismo individualista e uma fonte de profundos desníveis sociais.

A função do capital, adverte, deveria ser o desenvolvimento da economia e o aperfeiçoamento dos meios de produção, a fim de contribuir para o progresso social. Os objetivos deveriam ser considerados não tendo em vista apenas o lucro, mas também a justiça social. Dentro dessa perspectiva, o trabalhismo deveria defender também a valorização do trabalhador. Valorizar seria, além de salários básicos e garantias trabalhistas, a oportunidade de usufruir dos bens que eles próprios produzem. Nesse sentido, o partido de caráter trabalhista deveria cobrar do Estado a atenção às necessidades e interesses dos trabalhadores, elevando o padrão econômico e educacional das massas.

Na Constituição está assegurada essa valorização do trabalhador. No entanto, muitas vezes a lei fica apenas na retórica. Para atingir essa valorização, são necessárias medidas adequadas. A Constituição garante a todos igual oportunidade em relação à propriedade, o problema é que não possibilita os meios de obtê-la. Para a aquisição da casa própria ou de um pedaço de terra, o trabalhador precisa de recursos, o crédito. No entanto, se o pequeno agricultor fizer um empréstimo a juros correntes, trabalhará apenas para pagar os juros. Por isso, o crédito usual é inacessível a esse grupo. O índice de concentração fundiária no Brasil é bastante alto, já advertia Pasqualini, causando outras dificuldades: baixos salários para o trabalhador rural, atraso da mecanização agrícola, não fixação do trabalhador no campo, pequeno tráfego férreo e destruição do solo agrícola. A solução desses problemas era discutida no plano de reforma agrária, prevendo: facilidade de utilização de áreas suficientes para a lavoura, para a criação e habitação rural,

---

[234] PASQUALINI, 1958, p. 42-45.
[235] PASQUALINI, 1958, p.4-10.

fixando o homem no campo; utilização da tributação territorial para melhor aproveitamento da terra, combate à concentração fundiária; estabelecimento do crédito ao pequeno produtor a juros suaves e estímulo à instalação de cooperativas.

A proposta de superação desse obstáculo seria a criação de contribuições sociais. Pasqualini[236] sugere a criação de um Fundo Social destinado aos financiamentos do pequeno produtor e à aquisição da casa própria para o assalariado. O empréstimo teria como finalidade não o lucro, mas a eqüidade social. Se a habitação é uma necessidade fundamental do homem, exige a justiça social, argumenta o trabalhista, que lhe seja assegurada a possibilidade de obtê-la. Igualdade de oportunidade significa acesso ao dinheiro. Os empresários, ao contribuírem para esse Fundo, não estariam apenas cumprindo seu dever social: uma vez que a base do processo econômico é o consumo, se não houver aquisição, não haverá razão para produzir. Nesse sentido, quanto maior o mercado consumidor maior a possibilidade de expandir os negócios. Portanto, os recursos empregados na melhoria de vida dos trabalhadores se reverteriam em aumento de consumo.

O Fundo Social seria decorrente de uma tributação adicional dos artigos de luxo, cuja justificativa proposta por Pasqualini[237] consistia na afirmação de ser injusto muitas mulheres usarem casacos de pele, enquanto outras não tinham como cobrir o corpo dos filhos. A injustiça social seria mais evidente no padrão de consumo de cada um. Assim sendo, o supérfluo deveria ser taxado. Dessa maneira, os de mais recursos contribuiriam para os de menos.

Nessa perspectiva, o regime político ideal para a eliminação dessas desigualdades sociais seria o socialista, todavia, o petebista acreditava que, se no Brasil se coletivizasse os meios de produção, a economia seria liquidada. A socialização integral dos meios de produção tornaria o Estado todo-poderoso, dificultando a administração de todos os recursos sem que houvesse corrupção, por isso o regime socialismo era por ele desaconselhado.

---

[236] PASQUALINI, 1958, p.54-59.
[237] PASQUALINI, 1958, p. 227-247.

As reformas deveriam ser feitas por dentro do regime capitalista. Porém, distinguia ele duas formas de capitalismo: o capitalismo individualista e o capitalismo solidarista. O capitalismo individualista seria aquele dirigido exclusivamente para o lucro, para a acumulação da riqueza, explorando o trabalhador, sugando toda a sua energia e desconsiderando os pressupostos éticos ou sociais. As suas últimas conseqüências seriam o monopólio, a exploração do povo e o imperialismo.

O capitalismo solidarista inspirar-se-ia na cooperação e na solidariedade social. Nesse sistema, as relações entre capital e trabalho seriam reguladas por uma legislação justa, contabilizando a cooperação do trabalhador na acumulação de riquezas, ou seja, teríamos um capitalismo humanizado. Destacava, ainda, que o trabalhismo não possuía afinidades com o comunismo. O trabalhismo não se sustentava na luta de classes, mas na cooperação entre os diversos grupos sociais, cabendo ao Estado atender às necessidades da população trabalhadora.

> A política e a ação do Poder Público deverão ser conduzidas no sentido do desenvolvimento da economia nacional, das forças da produção e do progresso social [...] O Estado terá principalmente em vista as necessidades e os interesses das classes trabalhadoras, a justiça e a solidariedade social.O desenvolvimento da economia e a justiça social somente poderão ser realizados pela adoção de meios eficazes tendentes a elevar o nível econômico e cultural das massas trabalhadoras rurais e urbanas, pela melhor distribuição e aplicação da renda e da riqueza nacional.No campo econômico, será mantida a iniciativa privada [...]A posse de riquezas e de meios de produção impõe o dever de contribuir para a realização de finalidades assistenciais e para corrigir os desequilíbrios econômicos e sociais.A legislação trabalhista deverá ser mantida e aperfeiçoada, tornando-se extensivos os seus benefícios a todo o proletariado.A distribuição da propriedade territorial terá por objetivo o seu maior rendimento econômico e social. Para esse fim, poderá ser desapropriada mediante justa indenização.

Essas propostas foram elaboradas tendo em vista o objetivo principal do trabalhismo, a eliminação da usura social. Há usura social toda vez que se conseguem bens materiais pelo trabalho alheio, no pagamento de salários miseráveis e onde as relações econômicas não são baseadas na justiça social. O trabalhismo sustentava, ainda, que nenhum ganho era justo se não correspondesse a uma atividade socialmente útil. Sendo o trabalhismo de Pasqualini contrário a toda forma de totalitarismo, essas reformas eram previstas tendo em consideração todos os limites democráticos. Portanto o projeto em nada feria os princípios constitucionais.

A criação do PTB, para Pasqualini, inaugurou uma fase nova na vida dos trabalhadores, de proteção e benefícios. Esquecendo a tradição de luta dos trabalhadores, ele afirma que no Brasil a massa não conquistou a legislação social, esta teria sido “outorgada”, já que os trabalhadores não se organizaram para conquistá-la.

As leis sociais e trabalhistas foram, sim, promulgadas pelo governo, no entanto, como já foi discutido, faziam parte de uma série de reivindicações antigas e anteriores ao Estado Novo, de lutas constantes dos trabalhadores por melhores condições de vida e salário.[238]

Portanto, o objetivo básico do trabalhismo, idealizado e proposto por Pasqualini, era a organização de uma sociedade baseada nos princípios da justiça social e na valorização do trabalho. O trabalhismo seria o meio de implantar um sistema que mantivesse a propriedade privada e no qual se eliminasse a exploração dos trabalhadores.[239] Ressaltava, ainda, as questões sociais, salariais e as reformas sociais como sendo prioritárias para o desenvolvimento do país.

Os petebistas reformistas objetivavam um PTB independente, e por isso eram contrários aos acordos eleitoreiros do partido. Para os pragmáticos, esses acordos desviavam os trabalhistas de seus objetivos de reforma social.[240]A partir dos anos 50, predominou o reformismo como uma nova linha de atuação para o PTB, e a linha de pensamento de Pasqualini, que antes era defendida quase que isoladamente por ele, foi adotada de forma mais uniforme pelo partido.[241]

1.6 O POPULISMO

A historiografia recente possibilitou a revisão dos conceitos de “massa”, trabalhismo e “populismo”, tratados nessa dissertação. A retomada das discussões acerca dos conceitos de “massa” sinaliza que o povo, na quarta República, não foi nem passivo

[238] D’ARAÚJO. In: FERREIRA, 2003, p. 222.
[239] PASQUALINI, 1958, p. 72.
[240] DELGADO, 1989, p.72.
[241] DELGADO, 1989, p. 72-73.

nem manipulado, sabendo estabelecer diante do discurso dominador suas fronteiras de atuação. Diante desses novos estudos, o “populismo”, como teoria explicativa, também se mostrou inadequado. O uso do conceito, além de desconsiderar as diferenças e peculiaridades da história brasileira, prejudicou o entendimento dos fenômenos políticos ocorridos de 1930 a 1964. Tudo era considerado sob a mesma ótica, tanto os projetos trabalhistas, as políticas sociais e o apoio popular quanto o que existia de pior na política brasileira, a corrupção, a demagogia, entre outros.[242]

Assim, dentre as muitas teorias que procuraram explicar a democracia iniciada em 1945, o projeto trabalhista e a atuação do PTB, a que mais se consolidou foi o “populismo”. O termo é utilizado também para explicar o sucesso de Vargas e do seu partido entre os trabalhadores. Os liberais, destituídos do poder em 1930, não suportariam a importância que ganhava a classe trabalhadora e o apoio que esse grupo dava ao seu inimigo maior, Getúlio Vargas, por isso classificavam todas as práticas do governo de política “populista”.

A expressão surgiu a partir de 1945 não como um estudo científico, mas com uma palavra fabricada e de objetivo sólido: desqualificar o concorrente político.[243] Segundo Jorge Ferreira[244], o termo foi muito bem aceito pelo círculo acadêmico, pela cultura popular, por jornalistas e trabalhadores. “Populismo” e “populista”, significando tudo de ruim e mentiroso na política, passou a fazer parte do “senso comum”. Todavia esse conceito, embora ainda utilizado, não é mais aceito na historiografia recente. “Populismo” e “populista” constituem vocábulos que anulam as diferenças dos projetos políticos, do contexto histórico, das tradições políticas e dos atores.

Weffort[245] foi o mais ilustre defensor e propagador do “populismo”.[246] Segundo ele, o “populismo” começou com a revolução de 1930, juntamente com o advento da urbanização e a formação do operariado, expressando assim a crise da República Velha de prevalência da oligarquia. Considera, ademais, que a emergência do

---

[242] GOMES. In: FERREIRA, 2001, p. 44.
[243] FERREIRA, Jorge. In: FERREIRA, 2001, p.08.
[244] FERREIRA.In: FERREIRA, 2001, p. 07.
[245] WEFFORT, 1978, p. 64-65.
[246]FERREIRA. In: FERREIRA, 2001, p. 11.

populismo foi resultado tanto da inabilidade dos grupos urbanos em substituir a oligarquia cafeeira no poder, quanto da maior participação popular. Nesse sentido, entende o populismo menos como um fenômeno de manipulação das massas, do que como forma de participação popular.[247]

Na teoria de Weffort[248], os grupos que ascenderam ao poder em 1930, os industriais e a pequena burguesia, desprovidos de legitimidade suficiente para se apresentarem como representantes dos interesses da nação, foram obrigados a aceitar o governo como árbitro do sistema, inaugurando o exercício da personalização do poder. Essa política colocava a nação acima dos interesses individuais e a participação popular como legítima, aprofundando a imagem e a força de Getúlio Vargas como chefe político.

Weffort[249] ainda considera a tutela das massas por um líder carismático como uma das condições de existência do populismo. No entanto, admite que a população não estava desprovida de certa autonomia. A criação de direitos gerava demandas imprevistas por parte das massas trabalhadoras, limitando a manipulação de seus direitos e exigindo o cumprimento das leis de proteção. As reivindicações delineavam-se em três níveis, na forma de pressão: por emprego - por parte dos migrantes rurais e urbanos -, por maior possibilidade de consumo e por aumento da participação política.[250]

Vânia Maria Losada Moreira[251] também aceita o conceito. Classificando o período posterior a 1930 como populista, afirma que tanto o populismo quanto o movimento nacionalista emergem com o fim da República Oligárquica, caracterizando-se pela presença carismática de um líder, no caso do Brasil, de Getúlio Vargas. Assim, a prática populista teria sido implementada por meio de políticas de impacto, como a nacionalização da Petrobras, e pela integração das massas, “através da retórica popular, da propaganda política, do reconhecimento geralmente tutelado de

---

[247] WEFFORT, 1978, p. 61.
[248] WEFFORT, 1978, p. 69.
[249] WEFFORT, 1978.
[250] WEFFORT, 1978, p. 74-75.
[251] MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismo e reforma agrária nos anos cinqüenta. **Revista brasileira de história**. São Paulo, v. 18, n. 35, 1998.

organizações sindicais e camponesas, da estruturação de partidos de massa e do atendimento de algumas demandas sociais e trabalhistas".[252]

Para Vânia Moreira[253], o populismo não pode se desvincular do nacionalismo, já que o Estado Novo fundamentava-se numa ideologia de integração social e no discurso de aproximação povo-nação, encobrindo, dessa forma, os diferentes interesses existentes entre os grupos que compunham a sociedade. O nacionalismo, a partir da campanha pela nacionalização da Petrobrás, em 1943, contagia a sociedade e perde seu caráter estatal, ganhando uma face popular, ou seja, estruturando um ideal nacionalista integrado, desde então, a diversos setores da sociedade, como os sindicatos e os movimentos estudantis.

Outros autores, como Patrício Navia,[254] procuram resgatar o conceito em sua origem. Adverte que, embora a palavra seja amplamente utilizada, não há um consenso sobre seu significado, sendo utilizada para definir uma liderança política personalizada, partidos políticos fracos e a precária institucionalização política, ou seja, populismo tem sido empregado em diferentes realidades, e há desde economistas que o associam aos governos aplicadores de políticas macroeconômicas geradoras de inflação e crise no mercado, até cientistas sociais que aplicam o termo mais ao estilo político do que propriamente à política de governo.

De acordo ainda com Navia,[255] o significado encontrado na enciclopédia Britânica refere-se ao populismo como sendo um fenômeno histórico iniciado na Rússia, no final do século XIX, objetivando a formação de um estado socialista de tipo campesino. A partir daí, o populismo tem sido ligado aos movimentos identificados com o povo.[256]

---

[252] MOREIRA, 1998, p. 03.
[253] MOREIRA, 1998, p.04.
[254] NAVIA, Patrício. Partidos políticos como antídoto contra el populismo en América Latina**. Revista de Ciência Política**. V. XXIII. nº 01. 2003. p. 02.
[255] NAVIA, 2003, p. 04.
[256] O termo populista, aplicado na América Latina como um todo e principalmente aos governos de Perón na Argentina, Getúlio Vargas no Brasil, Lázaro Cárdenas no México, foge ao objetivo desta dissertação e, portanto, não será abordado além de seu significado e aplicação para o Brasil.

Não obstante, é possível elencar outros autores que alertam sobre a incoerência do uso do conceito como teoria explicativa. Jorge Ferreira,[257] por exemplo, esclarece que o termo "populismo" empana a política brasileira e a politização dos movimentos populares desse período. Minimizando as lutas sociais, essa teorização resume a política brasileira em líderes demagogos *versus* massa manipulada, quando o que existia, na verdade, era um processo diverso, uma população cada vez mais organizada e ciente dos seus direitos políticos, que saía às ruas, opinava, criticava e exigia. O povo, lembra esse autor, votava com consciência e entendia que as propostas do PTB reformista se diferenciavam dos projetos udenistas de base anticomunista e imperialista. Prova dessa politização foi a atitude popular diante das crises políticas de 1950, 1955 e 1961, em que grupos golpistas ameaçaram passar por cima das regras democráticas. A sociedade reagiu e se organizou com protestos a favor da legalidade.

As primeiras tentativas de explicar o fenômeno do populismo surgiram nos anos 50, tendo por base a modernização. Como exemplo, podemos citar Gino Germani[258] e Tocuato di Tella,[259] que usaram a modernização como padrão explicativo para o conceito. Para esses autores, o populismo surgiu na passagem de uma sociedade rural, tradicional para uma moderna urbana. Assim, a migração campo-cidade teria possibilitado a emergência de líderes populistas pela inexistência, nessa sociedade, de uma tradição de lutas políticas. Apesar das muitas críticas a essa teoria, as teses de Germani e di Tella resistiram por algumas décadas. Desse modo, a teoria da modernização continuou fundamentando as primeiras teorias sobre o populismo no Brasil, sendo inclusive, relevante para estudos dos intelectuais do Grupo de Itatiaia.[260]

Ângela de Castro Gomes[261] cita com minúcias a primeira interpretação da conjuntura pós Vargas, formulada em 1952 pelo Grupo de Itatiaia. A autora, assim como

---

[257] FERREIRA.In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 337.
[258] GERMANI, Gino. Política e sociedade em uma época de transição: da sociedade tradicional à sociedade de massas. São Paulo: Mestre Jou, 1973, apud Ferreira. IN; Ferreira, 2001, p. 64.
[259] DI TELLA, Torcuato. **Para uma política latino-americana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, apud FERREIRA. In: FERREIRA, 2001, p. 64.
[260] FERREIRA. In: FERREIRA, 2001, p. 67.
[261] GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, 2001.

Ferreira, faz uma incursão na história do conceito, acreditando que acompanhar a sua "trajetória" ajuda a esclarecer sua inadequação, suas alterações e continuidades, tanto na academia quanto na cultura popular.

Gomes[262] esclarece que Hélio Jaguaribe e Alberto Guerreiro Ramos (dentre outros integrantes do Grupo), fundadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), se reuniam para discutir problemas da política e propor soluções. Assim sendo, no artigo "Que é ademarismo", o populismo foi a resposta mais provável para responder às inquietações quanto à causa da popularidade adquirida por Adhemar de Barros na campanha eleitoral de 1955. Usando a economia e a industrialização como suporte analítico, o artigo parte do pressuposto de que o populismo se baseia numa política de manipulação das massas inconscientes, na ineficiência da elite em dirigir a sociedade e na emergência de um líder político carismático.

Outros grupos de intelectuais, nessa mesma época, só que dentro da academia, desenvolveram trabalhos também sobre o movimento sindical e a formação operária. Destacam-se os trabalhos de Juarez Brandão Lopes[263] e Leôncio Martins Rodrigues.[264] Sem descartar suas singularidades, Ferreira[265] defende que o trabalho desses autores tem por base a mesma explicação: a teoria da modernização, na qual a passagem de uma economia tradicional para uma moderna formou uma camada operária "marcada pelo individualismo, por suas origens rurais, tradicionais e patrimoniais, [...] passiva e dependente do Estado". Em decorrência dessas características é que teria surgido o populismo.

Na década de 1970, o enfoque dos intelectuais era responder às razões que motivaram o golpe militar de 1964. Como causa, citam a falência da "democracia populista", que passa a possuir nascimento, 1945, e morte, 1964. Um grupo interdisciplinar formado por Leôncio Martins Rodrigues, Emir Sader, Boris Fausto, entre outros, constrói um pensamento político que durante muito tempo influenciou

---

[262] GOMES. In: FERREIRA, 2001, p. 24-25.
[263] LOPES, Juarez Brandão. **Sociedade industrial no Brasil**. São Paulo: Difel, 1964, apud FERREIRA. In: FERREIRA, 2001, p. 71.
[264] VIANNA, Luiz Werneck. **Estudos sobre sindicalismo e movimento operário:** resenha de algumas tendências. Rio de Janeiro: Revista Dados, 1978, apud FERREIRA. In: FERREIRA, 2001, p. 71.
[265] FERREIRA. In: FERREIRA, 2001, p. 72.

as reflexões existentes na década de 1960. Francisco Weffort, no entanto, foi o que mais se destacou, com sua teoria sobre o populismo recebendo ampla repercussão.[266]

Ademais, Ferreira[267] esclarece que Weffort, mesmo discordando das explicações de "manipulação" e "inconsciência das massas" formuladas pelo Grupo de Itatiaia, fica limitado pela teoria da modernização, que também perpassa suas reflexões. Weffort, ao invés de manipulação, propõe o termo aliança, para explicar o pacto entre governo e populares, sem dúvida um progresso na utilização do termo, já que reconhece a inserção do trabalhador no cenário político. Apesar de Weffort reconhecer certo protagonismo popular, suas reflexões juntamente com as ponderações do Grupo de Itatiaia e de Lopes e Rodrigues, consolidaram o conceito de populismo nas Ciências Sociais.[268]

Consoante Gomes,[269] no início da década de 1980, as ciências sociais já debatiam o uso do conceito. *Perspectivas no estudo do populismo brasileiro,* de Regis de Castro Andrade,[270] diz que a manipulação exercida pelos políticos populistas era imperfeita, possibilitando o aparecimento esporádico de mobilização dos populares e da elite. Andrade apresenta um regime populista desequilibrado, incoerente - ao mesmo tempo autoritário e democrático. Refazendo o caminho dessas reflexões, Gomes[271] conclui que, apesar do debate e dos questionamentos a respeito do conceito, ainda em 1980 a sua utilização é freqüente, "quase uma imposição".

Apesar da exaustão do uso do conceito populismo, a manipulação continuou como explicação para o apoio popular a Vargas, só que agora com outro ingrediente: a satisfação. Num segundo momento, Ferreira,[272] afirma que "*repressão* e *persuasão*, ou, [...] repressão policial e propaganda política, tornaram-se os elementos centrais para se compreender os mistérios do sucesso de Vargas entre os trabalhadores".

---

[266] GOMES. In: FERREIRA, 2001, p. 29.
[267] FERREIRA. In: FERREIRA, 2001, p. 75.
[268] FERREIRA. In: FERREIRA, 2001, p. 79.
[269] GOMES. In: FERREIRA, 2001, p. 41-43.
[270] ANDRADE, 1979, apud GOMES. In: FERREIRA, 2001, p. 40.
[271] GOMES. In: FERREIRA, 2001, p. 43.
[272] FERREIRA. In: FERREIRA, 2001, p. 86. (grifo do autor)

Essa explicação se tornou precária para explicar o apoio popular, tendo em vista que a intenção de controlar nem sempre é efetivada no controle de fato.[273]

Buscou-se, então, nessa mesma época, explicar o governo Vargas por outra hipótese, a totalitária, comparando Vargas a Hitler e a Stalin. Embora tal hipótese fosse colocada como categoria explicativa alternativa, não houve inovação, as explicações permaneceram fundamentadas na repressão e na propaganda, tendo de um lado um Estado onipotente e de outro os populares subjugados e enganados por líderes populistas.[274]A teoria não levou em conta, conforme afirma Ferreira, [275]que "as relações entre Estado e sociedade não eram de mão única, de cima para baixo, mas, sim, de interlocução, de cumplicidade".

No final da década de 1980, alguns intelectuais rejeitaram a teoria do populismo. Sintonizados com a história cultural, os autores analisaram a história política sob a perspectiva cultural. No entanto, as análises não ultrapassaram o período posterior a 1930.[276] Apesar disso, surge no final da década a obra de Ângela de Castro Gomes "A invenção do trabalhismo".[277] Recusando o pressuposto "massa de manobra", esse trabalho foi uma alternativa para se pensar o período, enxergando os trabalhadores como "atores que possuíam consciência de suas escolhas e que dialogavam com o Estado". Nesse sentido, Gomes rejeita o conceito de populismo e em seu lugar sugere o termo "pacto trabalhista" para aclarar a relação existente entre Estado e Trabalhadores. O pacto deve ser entendido como uma "relação entre atores desiguais, *mas onde não há* um Estado todo-poderoso nem uma classe passiva porque fraca numérica e politicamente".[278] [grifo nosso].

A obra se contrapõe ainda à tese de que os trabalhadores, em troca de "ganhos materiais", ofereciam "obediência política". Eles recebiam sim esses benefícios, contudo os interpretavam segundo sua experiência vivida e não cegamente, como desejava o Estado,[279] ou seja, nessa relação havia benefícios para os dois lados.

---

[273] FERREIRA. In: FERREIRA, 2001, p. 84 e 90.
[274] FERREIRA. In: FERREIRA, 2001, p. 93-94.
[275] FERREIRA. In: FERREIRA, 2001, p. 95.
[276] FERREIRA. In: FERREIRA, 2001, p. 100.
[277] GOMES, 1988, apud GOMES. In: FERREIRA, 2001, p.
[278] GOMES. In: FERREIRA, 2001, p. 47.
[279] GOMES. In: FERREIRA, 2001, p. 48.

Desse modo, Gomes[280] utiliza o “trabalhismo” como categoria explicativa alternativa para se pensar a relação entre o Estado e os trabalhadores, nascida “no Estado Novo, mas cuja abrangência ultrapassa sua ‘origem histórica”.

A *invenção do trabalhismo* foi recebida na academia “com certa inquietação”, haja vista a força da perpetuação do conceito de populismo. Só em fins da década de 1990 a obra passou por uma releitura mais analítica. Nessa mesma época surgiram também outras contribuições para a rejeição das teses populistas, citadas amplamente nesta dissertação. Registra-se a contribuição de Lucília de Almeida Neves e Maria Celina D’Araújo,[281] ao afirmarem que “o trabalhismo não se reduziu à mera manipulação política, e que o PTB, igualmente, não se resumiu a um “partido de pelegos”.

Karl Loewenstein foi o primeiro autor a atribuir o sucesso de Vagas à manipulação dos populares, por meio de uma eficiente propaganda política “populista”. [282] Em 1945, todavia, quando a palavra populismo surgiu na linguagem política, tratava-se de um termo enaltecedor, aliás, entre 1945 e 1964 essa expressão quase não foi usada. De qualquer forma, quando pronunciada não estava ligada a políticos manipuladores, mentirosos e demagogos. Já a palavra “pelegos”, era bastante usada para ultrajar tanto o movimento sindical anterior a 1964, quanto os líderes trabalhistas ligados aos getulistas. O líder sindicalista que negociava, ao mesmo tempo, com trabalhadores e com o governo existia antes de 1930, mas foi a partir de 1935, com a intensa repressão aos sindicatos que o termo fincou raízes. Entretanto, generalizando o emprego da palavra, para os oposicionistas de Vargas, os udenistas principalmente, bastava alguém ser líder sindical para o denominarem de “pelego”.

Após 1964, essas mesmas forças antigetulistas se uniram contra o trabalhismo, matando-o e enterrando-o, e para que ficasse definitivamente no esquecimento, lhe deram outro nome: populismo. A partir daí, ser denominado de político populista

---

[280] GOMES. In: FERREIRA, 2001, p. 55.
[281] NEVES e D’ARAUJO, apud FERREIRA. In: FERREIRA, 2001, p. 109.
[282] FERREIRA. In: FERREIRA, 2001, p. 111-118.

dependeria do referencial, ou seja, populista, um insulto, era o outro e, portanto, um golpe deferido contra o rival.[283]

Segundo Aarão Reis Filho,[284] as lutas sociais, as greves e as manifestações populares intrinsecamente ligadas ao governo faziam parte da "tradição trabalhista", que acabou juntamente com o regime democrático em 1964. Os conservadores, para apagar de uma vez por todas a história das lutas sociais, passaram a denominar o trabalhismo de populismo, desmerecendo uma tradição de lutas e conquistas dos trabalhadores.

> Estas tradições não se afirmaram graças a manobras maquiavélicas [...] Não são obra do acaso, nem efeito de equívocos, ou ilusões. Afirmaram-se porque foram acolhidas e construídas pelas classes trabalhadoras, muitas vezes de forma subordinada, mas sempre de maneira consciente e entusiasmada [...] e geraram um processo bastante expressivo de avanços sociais e políticos, consideradas as circunstâncias históricas.[285]

Apesar disso, de acordo com Aarão Reis Filho,[286] o populismo, a partir de 1964, passou então a indicar o mau político, o demagogo, corrupto, e muitos outros adjetivos. Na opinião dos golpistas, não bastava apenas negar a "tradição trabalhista", ela deveria ser extirpada. Nessa busca, procuraram tirar do cenário político as lideranças sindicais e políticas ligadas ao trabalhismo. Os vencedores do golpe de 1964, com a ajuda de sociólogos, economistas e cientistas políticos, rapidamente transformaram o populismo numa corrente interpretativa do período de 1945-1964, disseminada nas universidades e no ambiente político. Um desses intelectuais foi Octavio Ianni. Com *O colapso do populismo no Brasil,* esse autor foi fundamental para a "consolidação e hegemonia do conceito de *populismo"* e para o esquecimento "da tradição trabalhista".[287]

Em seu livro *A democracia no Brasil*, Ferreira[288] assinala a negativa de muitos estudiosos em aceitar que, durante os anos de 1945 a 1964, o Brasil tenha vivido uma experiência democrática. Em suas formulações, ressaltam as limitações e

---

[283] FERREIRA. In: FERREIRA, 2001, p. 121-124.
[284] REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, 2001, p. 346-347.
[285] REIS FILHO. In: FERREIRA, 2001, p. 374.
[286] REIS FILHO. In: FERREIRA, 2001, p. 349.
[287] REIS FILHO. In: FERREIRA, 2001, p. 349.
[288] FERREIRA, 2006, p. 06.

entraves da democracia, desmerecendo-a com o rótulo de “democracia populista”. Inconsistentes, essas explicações não levam em conta que nesse período vigoravam os direitos civis, a separação dos poderes e as eleições diretas. Outros insistem na tese, bastante aceita, porém suplantada, de que os partidos do período “seriam artificiais, de pouco aprofundamento na sociedade e sem consistência ideológica”.[289] E que o “populismo” seria o resultado da relação entre essas instituições fracas, o Estado poderoso e a massa inconsciente. Porém, não se concebe pegar um modelo pronto e a partir daí comparar o passado com um ideal de democracia, tendo em vista que ao longo do tempo ela pode ser aprimorada.

Concluindo, pode-se dizer que as muitas classificações de populismo não levam em conta as diferenças, sendo o conceito aplicado a diversos atores políticos latinos americanos de forma homogeneizada e sem o devido debate a respeito de seus significados. Segundo o conceito americano,[290] a essência e o programa do populismo resumem-se na personalidade e no carisma do líder. Não obstante, Bandeira [291] afirma não ser esse o caso de João Goulart, por exemplo. Para esse autor, Jango não se comportava como um demagogo e sim como reformista.[292] Sua política sustentava-se nos trabalhadores organizados, nos sindicatos e num partido político: o PTB, um partido de composição operária, cuja prática política não se assemelhava ao populismo. Ao contrário, formava uma consciência de classe e uma voz corrente do movimento operário.[293]

O PTB possuía, desde seu início, um projeto definido, o trabalhismo brasileiro, com propostas de garantias sociais e trabalhistas que ofereciam aos trabalhadores a possibilidade de verem suas necessidades finalmente atendidas. Daí o desejo e o pedido para que Getúlio continuasse à frente desse processo. A massa trabalhadora temia perder os benefícios sociais e trabalhistas adquiridos no governo Vargas. Chamar esse projeto de populismo, é, antes de mais nada, desmerecer as lutas e os

---

[289] FERREIRA, 2006, p. 09.
[290] "O conceito de populismo, vulgarizado pela sociologia política de ótica norte-americana e francesa [...] refere-se às carências de nossos políticos subdesenvolvidos que apelam para a demagogia, a fim de alcançar o poder ou para manter-se nele. Assim definido, o termo populismo foi aplicado aos mais diversos protagonistas da vida pública latino-americana, sem reconhecer suas diferenças nem explorar seu valor explicativo”. BANDEIRA, 1978, p. 28.
[291] BANDEIRA, 1978, p.28.
[292] BANDEIRA, 1978, p. 28.
[293] MORAES, 1989, p. 28.

movimentos políticos e sociais organizados. É também desconsiderar que o trabalhismo defendia a melhoria das condições de vida do trabalhador brasileiro e uma política e economia pautadas pela justiça social.

2 O PTB NA POLÍTICA

> Quinze anos após sua fundação, o PTB já apresentava um perfil bastante diferenciado daquele que o caracterizou quando de suas origens.[294]

Neste capítulo, preocupo-me em analisar a atuação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) durante a crise política e o golpe militar de 1964, sua relação com os demais partidos – UDN, PSD e PCB – , e as principais questões que permearam os conflitos dessa época. Nesse sentido, abordar-se-ão alguns aspectos da figura do Presidente João Goulart e as ambigüidades de suas decisões políticas, bem como as dificuldades de implantação das Reformas de Base. O epílogo do governo João Goulart configura-se pelo isolamento político que acabou desencadeando sua deposição por um golpe militar. Nesse sentido, urge, também, uma reflexão sobre suas ações e posicionamentos no campo político, apropriadas pelos golpistas como justificativa para a intervenção militar.

2.1 NEM SEMPRE AMIGOS: PTB E PSD

O Partido Social Democrático, PSD, fundado em 17 de julho de 1945 pelos interventores do Estado Novo, participou da maioria das eleições realizadas no Brasil entre 1945 e 1965. Na política nacional, teve como principal aliado o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), embora tenha efetivado várias alianças também com a União Democrática Nacional (UDN). O PSD, criado a partir do Estado e instalado no centro político do sistema partidário de 1945, foi, ao longo dos anos, afastando-se dessa posição e sofrendo as conseqüências de um sistema polarizado.[295] A marca desse partido, durante os anos de sua duração, de acordo com Delgado,[296] foi sua destreza em alcançar e se conservar no poder, motivo pelo qual os pessedistas ficaram “conhecidos como ‘*raposas’* da política brasileira”.

---

[294] DELGADO, 1989, p. 35.
[295] Segundo Giovanni Sartori, um sistema polarizado se verifica, dentre outras características, pelos partidos que atacam a legitimidade do regime, por oposições bilaterais, pelo aumento da distância ideológica entre os partidos e por uma oposição irresponsável. SARTORI, p. 140.
[296] DELGADO.In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 138.

Durante aproximadamente quinze anos, PTB e PSD estiveram unidos politicamente. Embora duradoura, essa aliança apresentou muitas rupturas, evidenciando, em meados de 1950, os seus desgastes e, na década de 1960, a sua inviabilidade. Em 1950, por exemplo, os grandes partidos, como o PSD, o PTB e a UDN, procuraram lançar candidatos próprios para as eleições presidenciais. O PTB e o PSD, sem conseguir um acordo na escolha de um candidato único, abandonaram a tese de "união nacional".

Segundo Lúcia Hippolíto,[297] o PTB não via vantagem numa aliança com o PSD, confiando nos bons resultados da candidatura de Vargas. Getúlio, então, se lançou candidato pelo PTB, oficialmente, em 17 de junho de 1950, enraizando ainda mais a crise dentro do PSD, já que os líderes pessedistas ficaram divididos entre o apoio a Cristiano Machado e a lealdade a Getúlio. Apesar dessa divisão, Getúlio conseguiu fazer alianças com o PSD em vários estados: Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Bahia, Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Paraná e Paraíba. Dessa forma, as principais lideranças do PSD abandonaram Cristiano Machado e apoiaram a candidatura de Vargas.

Mesmo não tendo feito aliança eleitoral nesse período, o PSD possuía boa relação com o governo Vargas e o PTB, devida a Gustavo Capanema (PSD-MG). Líder da maioria na Câmara, Capanema foi ministro da Educação durante o primeiro governo Vargas e era amigo pessoal de Getúlio. Além disso, Amaral Peixoto, eleito presidente nacional do PSD em 1951, era genro de Vargas. Assim, no Congresso, a maioria situacionista liderada pelo PSD compunha-se de 112 deputados desse partido, 51 do PTB e 24 do PSP contra a minoria oposicionista de 81 deputados da UDN e 36 dos pequenos partidos.

Notadamente, o PSD, durante esse segundo governo de Getúlio, teve uma participação bastante significativa, tanto que alguns pessedistas foram chamados a compor o governo, embora se deva ressaltar que essas indicações foram mais pessoais do que propriamente uma sugestão do partido: foram nomeados Horácio Lafer para a pasta da fazenda, Negrão de Lima e Tancredo Neves para a Justiça e

---

[297] HIPPOLÍTO, 1985, p. 90.

Simões Filho e Antônio Balbino para a pasta da Educação. Getúlio, portanto, optou por governar com todos os partidos, inclusive com a UDN, atitude que dificultava a atuação do PSD no governo e enfraquecia a aliança PSD/PTB.[298]

Assim, ainda que a direção nacional estivesse dando o seu apoio, algumas seções regionais do PSD acatavam a decisão do diretório central e declaravam oposição ao governo. Não vetavam os projetos enviados pelo Executivo, mas também não se empenhavam em aprová-los. Nesse sentido, verifica-se um afastamento cada vez maior do PSD em relação ao Governo e ao seu partido, o PTB.

No projeto da Petrobras, o PSD, liderando uma bancada de 187 deputados, foi inicialmente contrário ao monopólio, mas votou a favor quando a campanha “o petróleo é nosso” mobilizou a opinião pública. Então, apenas em 21 de setembro de 1953 a Petrobras foi transformada em lei, ou seja, dois anos depois de o Executivo ter enviado o projeto. Essa longa tramitação mostra que o PSD, nesse período, foi omisso, nem criticando e nem apoiando o projeto. Se, por outro lado, o partido houvesse oferecido seu apoio ao governo, certamente haveria maior facilidade na aprovação dos projetos.

Outra situação em que o PSD não agiu como aliado do PTB, apesar de formalmente unidos, foi no caso da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) na Câmara dos Deputados, decorrente de denúncias sobre favorecimento ilícito do jornal *Última Hora* pelo Banco do Brasil. A denúncia foi feita pelo deputado Aliomar Baleeiro, da UDN. Durante as reuniões, o PSD se omitiu e assistiu “de camarote” à derrota do governo. Essa foi uma omissão planejada, visando os lucros políticos das eleições presidenciais de 1955. Mantendo-se neutro, o PSD conseguiria fazer com que não aparecesse o nome do então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, um dos primeiros financiadores do jornal.[299]

> Assim, a omissão do PSD é parte do cálculo político do partido. Se o governo sair vitorioso, o PSD ganha porque participa do ministério e da maioria parlamentar. Se o governo perder, o partido não sofre as conseqüências – porque seu apoio ao governo é apenas formal – e preserva um de seus potenciais candidatos à sucessão presidencial de 1955.

---

[298] HIPPOLITO, 1985, p. 91.
[299] HIPPOLITO, 1985, p. 96.

Dessa forma, com a aproximação das eleições, aumentou tanto o abandono da aliança com o PTB por parte do PSD quanto o tom da oposição. O PSD só defendeu o Governo no episódio do *impeachment* pedido pela UDN, votando contra em 16 de junho de 1954. Entretanto, aceitou a idéia da renúncia, desde que fosse uma vontade manifesta do presidente Vargas. Ou seja, mesmo sendo majoritário, o PSD não conseguiu evitar a seqüência de crises entre governo e oposição que culminaram com o suicídio de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954. Nesse mesmo dia, Café Filho assumiu o governo, tendo como aliados os opositores de Vargas, udenistas civis e militares.[300]

O PTB, em dezembro de 1954, procurou estabelecer um entendimento interno e uma estratégia partidária para o pleito de 1955. Dentro do partido havia três tendências: os defensores de um candidato próprio, os que defendiam uma aliança com o Partido Social Progressista (PSP) e os que desejavam a aliança com o PSD. Na Convenção Nacional do PTB, em 18 de abril de 1955, depois de muitos argumentos a favor da aliança com o PSD, foi lançada a candidatura de João Goulart como vice de Juscelino Kubitschek. Na base dessa aliança, estava o comprometimento do PSD em respeitar o programa do PTB e deixar a cargo dos petebistas a indicação para a pasta do Trabalho e da Agricultura. Fazia parte também do acordo o compromisso do PSD com a reforma agrária.

O programa do PTB[301] previa a extinção do latifúndio improdutivo, acesso ao crédito para incentivar o pequeno produtor e a extensão da legislação trabalhista ao campo. Além desses pontos do programa, o governo JK deveria estar atento à defesa das liberdades, garantir o acesso ao trabalho, combater os trustes, estimular a cultura e o ensino, possibilitar o ensino primário gratuito, melhorar a saúde com a unificação dos medicamentos, combater a seca com obra viária e incentivar a indústria nacional.

Em seu VIII Congresso Nacional, o PTB consolidou o compromisso pela reforma agrária e, apesar de ser essa uma das condições impostas pelo partido para o apoio

---

[300] **O segundo governo Vargas**. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>. Acesso em: 29 mai. 2007.
[301] Ver programa do PTB,anexo, p. 170.

e participação no governo de Juscelino em 1955, o PSD foi abertamente contrário ao acordo. No entanto, os pessedistas tenderam para a conciliação, temendo possíveis perdas eleitorais no caso de um rompimento com o PTB. A proposta de reforma agrária atraiu também o apoio dos comunistas e do movimento sindical.

No governo JK, a aliança PSD/PTB permaneceu e possibilitou ao governo relativa tranqüilidade nas votações. Os dois partidos governaram juntos, tendo como principal meta os projetos econômicos de JK, que solapava o bem-estar social e descumpria o compromisso eleitoral firmado com o PTB. Verificava-se uma contenção dos salários e uma queda do distributivismo. As constantes pressões populares pelas reformas, em especial a agrária, ganharam maior vulto. No final do governo, a aliança PTB-PSD ficou bastante enfraquecida, uma vez que o PSD, composto em sua maioria por políticos conservadores, não estava disposto a permitir o confisco de terras. [302]

Nas eleições de 1960, venceu o candidato da aliança PSD/PTB, João Goulart, para vice, e o da UDN, Jânio Quadros, para presidente, já que a lei eleitoral não vinculava o voto do vice ao do presidente. A vitória do PTB possibilitaria ao partido utilizar os recursos decorrentes de sua inserção no governo para seu fortalecimento nas eleições de 1965. Por isso mesmo, o PSD, durante o governo Quadros, procurou conter o progresso do PTB. Dessa maneira, a aliança PTB/PSD, suficientemente forte nas eleições, mostrou-se muito deficitária no âmbito governamental.

Enquanto o PSD, por exemplo, via com ressalvas a política externa de Jânio, o PTB a apoiava sem restrições. Apesar disso, para manter a aliança com o PTB, o PSD lançou uma nota oficial apoiando a política externa.[303] Logicamente, entretanto, depois que o presidente da República mandou instaurar sindicâncias contra o governo de JK, os pessedistas passaram para a oposição. Esse ”saneamento” requerido pela UDN respingou do mesmo modo no PTB. A comissão que apurava as irregularidades no Serviço de Assistência da Previdência (SAPS) citou o nome do vice-presidente da República, João Goulart, motivo suficiente para que o PTB se unisse ao PSD na oposição a Jânio Quadros.

---

[302] DELGADO, 1989, p. 170-171 e 184.
[303] HIPPOLITO, 1985, p. 107-112.

Após a renúncia do presidente Jânio Quadros e diante do veto militar ao vice João Goulart, o PSD se posicionou, na Câmara dos Deputados, a favor da posse. Certamente, essa atitude do partido vinha impregnada de interesses próprios. Empossar o Jango na presidência da República seria retirá-lo da disputa presidencial para 1965. Empossado, Goulart não poderia se candidatar novamente ao cargo, uma vez que a Constituição proibia a reeleição para presidente da República.

No governo Goulart, o PSD foi perdendo cada vez mais a coesão interna. Fragmentado, afastou-se progressivamente do centro do sistema. Ao invés de liderar o processo político, passou a ser um partido que simplesmente reagia às ações do Executivo e do partido que o apoiava, o PTB.

Hippolito[304] afirma que cada ação do Executivo provocava no PSD um aumento da fragmentação interna, até o momento em que as bases partidárias se rebelaram contra as decisões da cúpula, e largas parcelas do partido aliaram-se à oposição, participando mesmo da conspiração civil militar que levou à deposição do governo Goulart.

Dentro do PSD, a fração que seguia Amaral Peixoto, presidente do partido, e contrário a João Goulart, perdeu espaço para os seguidores de Juscelino. Este apoiava o presidente, pretendendo uma aliança eleitoral para 1965. Com esse intento, buscou uma reaproximação entre Jango e parte do comando nacional do partido. O interesse era recíproco, já que, sem o PSD, Goulart e o PTB não teriam chances de conseguir passar nenhuma medida na Câmara.

Não obstante, a ala radical do PTB, liderada por Leonel Brizola, concentrou esforços no sentido de romper essa aliança com o PSD, pretendendo uma postura mais à esquerda do presidente. Durante a campanha do plebiscito para a revogação do Ato Adicional que regulamentava o parlamentarismo, o PTB e o PSD diatanciavam-se cada vez mais, ganhando maior força a aliança PSD/UDN. Embora o PSD não se colocasse abertamente como oposição, formou juntamente com a UDN uma aliança

---

[304] HIPPOLITO, 1985, p. 214-228 e 242.

parlamentar que vetava todas as propostas do Executivo. O ponto crucial de divergência girava em torno da Reforma Agrária.

Qualquer avanço nessa área necessitaria alterar a Constituição, precisamente o artigo 141. A UDN, contrária a qualquer modificação constitucional, atraiu alguns setores do PSD. Os dois partidos se preocupavam com a possível alteração do capítulo das inelegibilidades. Uma vez que o presidente pretendia conceder voto aos analfabetos, alterando o capítulo, temia-se que do mesmo modo ele revogasse os impedimentos constitucionais a uma reeleição para presidente da República em 1965.

Assim sendo, a aliança entre o PTB/PSD, mantida até o plebiscito, a partir de maio de 1963 ganhou novo arranjo. O PSD se uniu a UDN na oposição, e no dia 10 de março de 1964 seu líder, Martins Rodrigues, formalizou, no Congresso, o rompimento com o PTB e com o Governo. Na verdade, cada partido procurou defender políticas que estivessem próximas aos seus grupos sociais, e por isso, adotou práticas políticas distintas. O PSD vinculava-se à oligarquia rural e o PTB, aos trabalhadores urbanos.

2.2 SEMPRE INIMIGOS: PTB E UDN

A União Democrática Nacional foi fundada em 7 de abril de 1945. Contrária à ditadura do Estado Novo, a UDN tinha como característica principal a intensa e constante oposição a Getúlio Vargas e a seus seguidores, os getulistas. Em termos partidários, a agremiação udenista se mantinha afastada do PTB e próxima ao PSD, defendendo e representando os interesses dos proprietários de terra. Possuía também ligações com a imprensa, influenciando a opinião pública e intensificando uma aberta propaganda negativa contra os getulistas.[305]

[305] BENEVIDES. In: FLEISCHER, 1981, p.94.

Otávio Dulci [306] ressalta o caráter ambíguo da UDN, que, embora estivesse inserida no sistema, não o aceitava. Identificando-se com a escola Superior de Guerra, propunha uma orientação contrária ao "populismo" de natureza liberal, o que Dulci chama de orientação "antipopulista". No plano institucional, o "antipopulismo" ressaltava a liberdade individual e as instituições representativas.

A vitória de Vargas, em 1950, promoveu uma mudança nas bases do poder. Surgiram como setores importantes os industriais e o operariado, grupos que permitiram a volta de Getúlio, um pelo apoio financeiro e outro pelo contingente eleitoral.[307] No Congresso, a UDN, partido de oposição e especializada em denúncias de corrupção administrativa, paralisava a prática política do governo. Até que, por fim, acusou Getúlio de planejar um atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, e exigiu a renúncia do presidente. Nesse sentido, a atuação da UDN foi crucial para o desfecho de 1954: ao mesmo tempo em que denunciou o atentado a Lacerda, no qual morreu o major Rubens Vaz , pediu o *impeachment,* encaminhado pelo líder da bancada, Afonso Arinos. Na madrugada do dia 24 de agosto de 1954, o presidente Getúlio Vargas, após uma reunião com os ministros, admitiu renunciar, contudo, de manhã, suicidou-se.[308]

O vice João Café Filho, da coligação PTB-PSP, era mais próximo dos adversários de Getúlio. Por isso mesmo, o novo ministério e os cargos do governo eram perfeitamente identificados com as forças políticas que desencadearam a crise de 24 de agosto de 1954, grande parte pertencente à UDN: na Aeronáutica, o Brigadeiro Eduardo Gomes, na Casa Militar, Juarez Távora, na chefia da Casa Civil, o deputado Monteiro de Castro, na Chancelaria, Raul Fernandes e na pasta da Justiça, Prado Kelly.[309] Mesmo tendo sido eleito pela coligação PTB-PSP, Café Filho compôs o governo com as forças de oposição.

Na eleição de 1955 para presidente, a UDN concentrou esforços para evitar a volta dos getulistas ao poder, tentando atrair o PSD e isolar o PTB. Entretanto, calculando que teria maior vantagem política se estivesse aliado ao mito de Vargas e ao PTB, o

---

[306] DULCI, 1986, p. 38-39.
[307] DULCI, 1986, p. 105.
[308] DULCI, 1986, p. 123.
[309] DULCI, 1986, p. 125.

PSD manteve a aliança. Mesmo assim, a UDN procurou reduzir a distância que a separava do PSD e do PTB, buscando formar uma união nacional para pleitear as eleições. No entanto, os pessedistas não abriram mão de laçar JK para presidente, o que dificultou uma coalizão desse tipo.

Prevendo a derrota, a UDN tentou modificar as regras da eleição, sugerindo uma emenda que exigia maioria absoluta. Em caso de vitória relativa, a disputa eleitoral seria decida pelo Congresso. A proposta, no entanto, foi recusada pelos parlamentares. Venceu JK e Jango, da aliança PSD/PTB.[310] Essa inconformidade da UDN, contrária a democracia, é ressaltada por Delgado:[311]

> Tanto no pleito de 1950 quanto no de 1955, inconformada com os resultados que não a favoreciam, a UDN tentou impugnar as eleições, alegando que os candidatos vitoriosos não haviam alcançado maioria absoluta dos votos, requisito esse que não estava previsto pela legislação eleitoral do Brasil. A UDN, durante esses acontecimentos já deixava despontar certa orientação antidemocrática[...].

Em 1958, nas eleições para a Câmara e para as Assembléias estaduais, o PTB aliou-se à UDN em alguns estados, visando derrotar o PSD. A aliança foi bem sucedida em Pernambuco, Piauí e Rio de Janeiro. O caráter desse tipo de aliança, todavia, era fugaz, devido ao aumento da mobilização popular a favor das reformas, aproximando sempre mais UDN e PSD.

No pleito presidencial de 1960, a UDN antevia a perspectiva de vitória sobre o PTB. Percebendo no eleitorado uma tendência oposicionista, os udenistas apostaram em Jânio Quadros, vitorioso nas eleições para presidente da República. Porém, para vice, saiu vencedor João Goulart, do PTB. Após sete meses de um governo contraditório, Jânio renunciou. O pedido foi aceito imediatamente pela maioria PTB/PSD no Congresso. Segundo a Constituição, a presidência seria passada a João Goulart, que, entretanto, era visto pelos udenistas como herdeiro de Vargas. Os oposicionistas, para evitarem que o vice-presidente “getulista” assumisse seu posto, tentaram, por meios militares, impedir a volta de João Goulart, que na época estava em visita oficial à China, ao Brasil.[312] Diante da resistência ao golpe militar

---

[310] DULCI, 1986, p. 133.
[311] DELGADO.In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 138.
[312] DULCI, 1986, p. 172.

pelos diversos setores da sociedade, inclusive pelo Congresso, foi acordado o parlamentarismo. No governo parlamentarista, a UDN tinha como preocupação principal restringir os poderes do presidente, procurando para isso o fortalecimento do parlamentarismo. Nesse sentido, formulou uma aliança extra-oficial com o PSD, visando impedir a morte prematura desse regime.

Em 1962, o PTB atingiu um crescimento notável, formando com a UDN lados opostos na arena política. Assim, o PTB já se igualava ao PSD em número de cadeiras no Congresso Nacional em 1963, encaminhando-se para se tornar, em breve, o maior partido brasileiro. Não obstante, na batalha pelas reformas, Goulart procurava atrair a UDN, não obtendo êxito nesse sentido. Esse partido, juntamente com o PSD, rejeitava as propostas apresentadas pelo PTB, paralisando o Congresso em face do Executivo. Portanto, a UDN, não satisfeita com a ferrenha oposição parlamentar e institucional, estendeu sua atuação para uma conspiração militar-civil cujo principal objetivo era a derrubada do governo. Além dos políticos, em sua maioria da UDN, também faziam parte da conspiração empresários, estudantes, intelectuais e membros do clero.[313]

2.3 QUASE ALIADOS: PTB E PCB

O PTB, desde 1945 até 1964, teve muitas de suas ações políticas influenciadas pelo Partido Comunista Brasileiro. Primeiro, procurando conter sua influência junto aos trabalhadores e depois formando aliança com os comunistas para atuação na política nacional. Com uma visão etapista, o PCB defendeu um programa de transformações, pretendendo desenvolver um capitalismo nacional como primeira fase das futuras lutas em direção ao socialismo.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi fundado em março de 1922, durante um congresso operário promovido em Niterói, Rio de Janeiro, sob o impacto da Revolução de Outubro de 1917, na Rússia. Seu surgimento coincidiu com o declínio do movimento operário nascente no país, da influência do anarquismo, que até

[313] DULCI, 1986, p. 196.

então ocupava lugar de destaque na inspiração das primeiras lutas populares. Em toda a sua existência, o PCB só viveu três curtos períodos de legalidade: os dois primeiros na década de 1920 e o terceiro no final da Segunda Guerra Mundial, quando caiu a ditadura do Estado Novo.

Maria Paula Nascimento Araújo[314], ao analisar a importância do PCB no cenário político, afirma que, entre 1945 e 1948, depois de um longo período de dura perseguição, o PCB pôde atuar num contexto de legalidade. Com a redemocratização, o PCB transformou-se num partido de massas com duzentos mil membros. A definição de sua linha programática era, de certa forma, a mesma de 1935, ou seja, a realização de uma revolução democrático-burguesa e antiimperialista. O que mudava era a adoção de uma linha pacífica para a realização dessa tarefa. De 1945 a 1947, o partido assumiu uma posição moderada de "união nacional", procurando sempre como primeira etapa os meios pacíficos para a solução dos problemas, para depois dar início à revolução. A partir de 1947, quando o partido foi declarado ilegal e teve reduzido seu espaço de atuação, colocou-se como crítico e opositor do governo Dutra. A oposição se estendeu ao governo Vargas, iniciado em 1951, e ao PTB. Entre 1948 e 1954, devido à cassação de seu registro, seguida da invalidação do mandato de seus parlamentares, o partido se inseriu numa nova fase, marcada pela clandestinidade e pelo isolamento.

Nesse período, apesar de o PCB não fazer oposição ao sindicalismo oficial comandado pelo PTB, os comunistas tentavam atuar paralelamente à estrutura legal, criando outras organizações agrupadas em centrais, como, por exemplo, a Confederação de Trabalhadores do Brasil (CTB) e o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT).[315]

As ações dos comunistas nesse período eram determinadas pelo *Manifesto de Agosto*. O documento defendia o confisco e nacionalização de empresas públicas e privadas, um governo democrático e popular, doação de terras, melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores, entre outros. Com essa forma de atuação, o

---

[314] ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 74 -75.
[315] DELGADO, 1989, p. 161.

partido buscava o isolamento, abstendo-se de qualquer tipo de aliança com governo ou partido.

Devido a esse isolamento, os comunistas afastaram-se do movimento sindical oficial, a partir daí comandado pelos petebistas. Essa posição trouxe algumas conseqüências, como por exemplo, o afastamento dos trabalhadores que viam nos sindicatos órgãos representativos. Além disso, entre 1947 e 1952, houve uma diminuição da sua influência sobre os trabalhadores, provocando um esvaziamento de seu quadro de militantes que não aceitavam a nova orientação partidária.

Entretanto, já em 1952, o Comitê Central do partido aprovou uma proposta de retorno à militância nos sindicatos oficiais e aproximação com os trabalhistas, especialmente com o PTB. Apesar disso, essa aproximação não significaria apoio a Getúlio, criticado por sua prática de conciliação e aliança com os interesses dos grandes proprietários. Por isso mesmo, após o suicídio de Vargas, a união entre os dois partidos foi reforçada. Outro ponto que contribuiu para a união dos dois partidos foi o gradual abandono das posições radicais do *Manifesto de Agosto.* Dessa maneira, pode-se afirmar que os primeiros ensaios dessa aliança ocorreram nas eleições de 1955, com o PCB assumindo, juntamente com os reformistas do PTB, a defesa das reformas de base. A ação do PTB e a direção política e social adotada após a morte de Vargas afinavam-se em muitos aspectos com a prática comunista.

No IV Congresso do PCB, realizado três meses após a morte de Getúlio, decidiu-se que o partido não faria alianças partidárias ou eleitorais, motivo pelo qual criticavam a aliança do PTB com o PSD, dizendo ser esse último um partido afastado dos projetos reformistas e nacionalistas. Essa era a orientação da direção nacional que, todavia, pressionada pelas bases, passou a apoiar a aliança PSD/PTB.[316]

Na verdade, esse apoio era endereçado ao PTB, e só em conseqüência disso, o PCB passava a apoiar também a chapa de Juscelino Kubitschek e Goulart, já que o Partido Comunista não se uniu a nenhum outro partido. Assim, PCB e PTB atuaram juntos desde então nos sindicatos oficiais, defendendo o antiimperialismo e as reformas de base. A partir de 1957, o PCB passou a adotar uma via pacífica para a

---

[316] DELGADO, 1989, p. 162-176.

revolução brasileira e a união com outros partidos. Essa posição foi adotada no *Manifesto Político de 1958,* data em que também fortaleceu sua aliança com o Partido trabalhista Brasileiro. Após o suicídio de Vargas, o PTB se redirecionou, adotando o reformismo social pregado por Alberto Pasqualini, contribuindo, dessa forma, para a aproximação dos comunistas. A linha reformista adotada pelo PTB era condizente com a linha programática do PCB, com proposta de mudança social dentro do próprio capitalismo. O PCB entendia que primeiro o país deveria atingir uma primeira etapa "democrático-burguesa" para então atingir seu objetivo: o socialismo. Embora a finalidade última de Pasqualini fosse diversa da meta do PCB, a idéia de reformas sociais por dentro do capitalismo era um ponto em comum. Outro fator favorável foi a posição mais à esquerda assumida pelos trabalhistas do PTB no governo JK, mais distante das primeiras orientações getulistas.

A orientação comunista, além de prever uma revolução social pacífica, almejava a integração e organização de todas as forças, incluindo operários, camponeses, pequena burguesia e capitalistas nacionais contrários à política norte-americana. Assim, nas eleições de 1958, por ocasião das eleições parlamentares, os comunistas concorreram pela legenda do PTB, pretendendo formar uma bancada nacionalista de pressão à votação das reformas de estrutura. Apesar disso, petebistas e comunistas não se furtaram a adotar uma prática fisiologista, vinculando-se e participando de postos dos órgãos do Estado por entenderem que, dessa forma, por dentro do Estado, poderiam efetivar as reformas sociais.

Portanto, percebe-se que a relação PTB/ PCB não seguiu uma linha única, ela se modificou diante dos desdobramentos políticos do período. Assim, essa relação, que nos primórdios da criação do PTB era de oposição aos comunistas, passa a ser, a partir de 1954, de conciliação e atuação conjunta até 1964.[317]

---

[317] DELGADO, 1989, p. 178-293.

2.4 A DEMOCRACIA DESRESPEITADA: O PAPEL DO PTB

A ameaça de um golpe militar conviveu e cresceu lado a lado com o mandato de João Goulart. De acordo com Ferreira,[318] já nas primeiras semanas começaram as conspirações contra seu governo. A renúncia de Jânio Quadros foi seguida de uma luta pela posse do vice. Embora essa batalha legalista tenha saído vitoriosa, ainda não era o fim, mas apenas um intervalo.

Preso a uma crise de autoridade, Jânio renunciou, esperando retornar à presidência com seus poderes fortalecidos. Esperava contar para isso com o apoio da população, dos partidos e dos governadores.[319] O presidente calculava, então, que o povo iria às ruas exigir a sua volta, e dessa forma o Congresso e os militares não teriam outra opção a não ser restituí-lo ao cargo. Contudo, as ruas ficaram vazias e o povo indiferente, não correspondeu. No congresso a aceitação da renúncia não demorou.[320] Afinal, o plano seguiu rumo diverso do esperado e Jânio foi *varrido* do cenário político por sua própria *vassourinha*.[321]

Ferreira[322] também acredita que a renúncia de Jânio fazia parte de um plano golpista bem planejado. Um getulista, intolerado pelos setores conservadores e pelos militares, em visita oficial à China comunista, no dia da renúncia, não poderia ser mera coincidência, fazia parte da estratégia de Jânio. Nove dias seguintes à renúncia, três ministros militares buscaram impor ao Congresso a aprovação de uma nota vetando a posse de Goulart. Na perspectiva dos militares, Jango simbolizava o que existia de pior para o país: “O inimigo da ordem capitalista".

O PTB posicionou-se pela oposição ao veto, e Porto Alegre pela luta a favor da legalidade, contando com a liderança de Leonel Brizola, da ala mais à esquerda do

---

[318] FERREIRA, 2006, p. 97.
[319] BEIGUELMAN, Paula. O processo político-partidário brasileiro de 1945 ao plebiscito. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. 5ª ed., São Paulo: DIFEL, 1968, p. 329.
[320] STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Os senhores das gerais:** os novos inconfidentes e o golpe de 1964. 2ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 1986, p. 24.
[321] Depois da renúncia, Jânio teve dificuldade para voltar à política. Sofreu duas derrotas, e só voltou em 1985, na prefeitura de São Paulo, antes de sua morte, em 1992.
[322] FERREIRA, 2006, p. 75.

partido, e com a adesão do general Machado Lopes, do III Exército.[323] Segundo Jorge Ferreira,[324] o bombardeio, sob as ordens do ministro da Guerra Odilyo Denys, ao Palácio Piratini, onde se encontrava o Governador Leonel Brizola, poderia acontecer a qualquer momento. Essa informação foi obtida por intermédio de um funcionário dos Correios, que interceptou uma mensagem do general Antônio Carlos Murici, do Rio Grande do Sul, para o general Geisel, da capital Federal, informando da resistência do governador Brizola e da arregimentação da repressão.[325] O ministro, em código Morse, dava ordens ao III Exército para que bombardeasse o Palácio. Diante da ameaça interceptada pela rádio do governo, Brizola usou os microfones para pedir calma à população de Porto Alegre e ao mesmo tempo ratificar que não aceitariam o golpe.

A mobilização popular, em Porto Alegre, a favor da posse, foi imensa e diversificada: abarcou operários, estudantes, pessoas comuns, trabalhadores e mulheres. Além disso, foram muitas as doações de remédio, sangue e combustível. Enfim, todos estavam engajados no movimento. A reação incluía ainda focos de resistência armada e desfile de mulheres pobres de panela na mão. Outras, com seus filhos nos braços, caminhavam em procissão, ou, ajoelhadas, rezavam pelo desfecho pacífico.[326]

A reação de Brizola contaminava todo o país. Grupos de resistência formavam-se em muitos estados. A população do Rio de Janeiro, do dia 25 ao dia 28 de agosto saindo às ruas em ato de protesto, foi punida com violenta repressão policial. Também em São Paulo, Minas gerais e Paraná vários setores da sociedade se mobilizaram.[327] No entanto, em Goiânia, da mesma forma que no Rio Grande do Sul, havia uma resistência armada.[328] Importante para o desfecho da crise foi a posição do comandante do III Exército, José Machado Lopes, de não atacar o

---

[323] TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 1317.
[324] FERREIRA, Jorge Luiz. A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. **Tempo,** Rio de Janeiro, vol. 02, nº 3, 1997, p.153.
[325] FERREIRA, 2005, p.279.
[326] FERREIRA, 1997, p. 156-157.
[327] FERREIRA, 2006, p. 83.
[328] FERREIRA, 1997, p. 169.

Piratini. Salienta Ferreira [329] que Lopes possuía uma cultura militar de obediência a seus superiores, sendo, por isso, muito difícil a decisão do "comandante da legalidade".

Muitos militares nacionalistas associavam-se ao movimento, e vários grupos saíram às ruas para defender a posse de Goulart. Frente à reação popular e política, os militares, juntamente com parte da elite, abortaram o golpe militar e urdiram o golpe político: o parlamentarismo, instituído por meio do Congresso Nacional e dos dois grandes partidos conservadores, a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido social Democrático (PSD).[330] Aliás, das lideranças políticas de oposição, afirma Ferreira[331] que Carlos Lacerda foi o único a incentivar a infeliz iniciativa do golpe.

Feliz, entretanto, foi a reação de Brizola ao apoderar-se de um capital simbólico precioso: a legalidade. Os dois grupos opostos, um pela posse, outro pelo veto, iniciaram uma luta pelos bens simbólicos que trariam legitimidade às suas ações.[332] A solução de compromisso, o parlamentarismo, pôs fim às manifestações, para decepção e à revelia dos populares do Rio Grande do Sul. Segundo Ferreira[333], Jango aceitou o acordo não porque quisesse o poder acima de tudo e de todos, não importando os custos, mas, ao contrário, aceitou para não deflagrar uma guerra civil. Prova disso, foi a demora de Tancredo Neves em convencê-lo. Ele que, ao chegar em Porto Alegre, por exigência do militares, não pôde sequer se explicar, contentando-se em apenas acenar para as setenta mil pessoas que o aguardavam.

Como solução provisória, o parlamentarismo conseguiu impedir o golpe militar. Em contrapartida, frustrou os ideais dos grupos nacionalistas e de esquerda em relação às reformas sócio-econômicas, pois a posse do presidente foi garantida desde que vestisse antecipadamente a camisa de força, como noticiava a Folha de São Paulo: "a solução constitucional é dar-lhe posse e em seguida vigiá-lo".[334]

---

[329] FERREIRA, 2005, p. 292.
[330] TOLEDO, 1994, p. 17-21.
[331] FERREIRA, 2006, p.83.
[332] FERREIRA, 1997, p. 154.
[333] FERREIRA, 2005, p. 310.
[334] Congresso examina o veto das forças armadas ao Sr. Goulart. Bancos de Dados Folha. Acervo on line. **Folha de São Paulo**, terça-feira, 29 de agosto de 1961. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil29agos1961.> Acesso em: 08 mar. 2006.

Brochado da Rocha, Primeiro Ministro, convocou um plebiscito antecipado para decidir quanto à continuação do sistema parlamentar. A emenda ao Ato Adicional de setembro de 1961 previa a data do plebiscito para janeiro de 1965. Para a coalizão de esquerda pró-reformas, formada pelo PCB, Ligas Camponesas, Frente Parlamentar Nacionalista, movimento sindical, especialmente o CGT, sargentos, marinheiros, fuzileiros, estudantes, e grupos trotskistas,[335] a mudança para o regime presidencialista era condição primeira para a realização das reformas de base.

Não obstante o otimismo dos membros da coalizão, as reformas dependeriam de uma solução negociada.[336] Todavia, a negociação não estava nos planos da esquerda, já que "conciliação" passou a significar, para esse grupo, uma forma de injúria, insulto.[337] Por outro lado, os esforços de organização e mobilização popular aterrorizavam os membros da elite política. Goulart era partidário desse movimento, contrário ao parlamentarismo e a favor das reformas, que a alta oficialidade das Forças Armadas queria reprimir. Os acontecimentos do período, principalmente os efeitos da Guerra Fria[338] no contexto nacional e internacional, contribuíam para uma sensação de instabilidade, que a todo tempo ameaçava o governo de João Goulart.

Independentemente dessa conjuntura, onde Estados Unidos e a ex-URSS buscavam demarcar suas áreas de influência, o Brasil amadureceu sua consciência nacional à medida que se voltava para a solução dos problemas específicos do país. Dessa forma, a política diplomática do Brasil deixava de ser pautada pelas circunstâncias externas e se concentrava numa política interna independente.[339] Essa política externa se fortaleceu no governo parlamentarista de Goulart. O Ministério das relações Exteriores, chefiado por Tancredo Neves e San Tiago

---

[335] Defendiam a revolução socialista pelas armas e a derrubada de Goulart. Fazia parte o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o Partido Operário Revolucionário (POR-T), a Organização Revolucionária Marxista (ORM-POLOP) e a Ação Popular (AP). FERREIRA. In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 354.
[336] FIGUEIREDO, 1993, p. 88-90.
[337] FERREIRA. In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 356.
[338] O período que vai de 1945 até o fim da União Soviética é marcado internacionalmente por uma disputa armamentista e econômica, a Guerra-Fria. Finda a Segunda Guerra Mundial, emergem os Estados Unidos e a União Soviética como as duas maiores superpotências mundiais, e são elas que encenam, durante todo o período, momentos de crise e de calma que influenciavam a política internacional, repercutindo, inclusive, no Brasil. [338] HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos:** o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 226.
[339] ODÁLIA, Nilo. O Brasil nas relações internacionais**:** 1945-1964. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. 5ª ed., São Paulo: DIFEL, 1968, p. 350.

Dantas, definiu as diretrizes para o país em relação à política externa. Entre outras medidas, defendia o desarmamento e a paz mundial, uma política de não intervenção estrangeira e o alargamento do mercado externo, com a inclusão dos países socialistas.[340]

O nacionalismo[341] de Jango atingia frontalmente os grupos poderosos ligados ao capital estrangeiro e às multinacionais, haja vista o Brasil pretender executar uma política externa levando em consideração não os interesses imperialistas, mas sim os interesses nacionais.[342] Essas mudanças encontravam eco nos setores populares organizados, dando a impressão de uma garantia diante de um futuro enfrentamento com as forças políticas conservadoras, que ao final e ao cabo, mostrou-se ilusória e fantasiosa.

A partir da década de 1960, o Brasil passou a ser marcado por essa crença no futuro, pelo sonho da mudança e pela expectativa de transformação social como alternativa para o hoje e característica do amanhã. Havia, em variados setores da sociedade, a confiança de que seu papel como agente de luta e fator de pressão seria fundamental para a construção desse futuro.[343] Segundo Starling, existia uma vontade ativa de participação entre os diversos setores da sociedade e uma suave expectativa de mudança agitava o país. A autora cita o poeta Vinícius de Moraes que, em 1963, ressaltava essa promessa de transformações em uma música que traduz essa esperança. [344]

A tristeza que a gente tem
Qualquer dia vai se acabar
Todos vão sorrir
Chegou a esperança
É o povo que dança
Contente da vida

---

[340] ODÁLIA. In: MOTA, 1968, p. 365.
[341] Por N*acionalismo* entende-se uma forma de consciência de grupo, e de pertença a uma nação. O nacionalismo se caracteriza pela presença de inúmeras facções em seu conteúdo ideológico, sendo que pelo menos três delas podem ser tomadas como ponto de partida para a sua análise: a) a independência da nação-estado; b) a exigência de um progresso nacional; c) a manutenção de uma suprema lealdade à nação- estado. SILVA, Benedicto et all, 1986, p.802.
[342] ODÁLIA. In: MOTA, 1968, p. 366.
[343] NEVES. In: FERREIRA, 2001, p. 171.
[344] STARLING, 1986, p. 19.

Feliz a cantar. [345]

Nessa conjuntura de mudanças, o PTB apresentou um projeto claro e objetivo para o Brasil: o trabalhismo brasileiro.[346] O trabalhismo obteve grande repercussão nessa época, pois suas propostas encontraram aceitação no PTB, em outros movimentos sociais organizados e em segmentos da sociedade civil. Esses grupos, a partir principalmente da década de 1960, defenderam a idéia de se adotar no Brasil um amplo programa de reformas sociais e econômicas. Essa proposta contagiou largos segmentos da população, levando a muitas manifestações coletivas. No entanto, o reformismo, dirigido pelo PTB, guardava vestígios do autoritarismo paternalista, ao mesmo tempo em que proporcionava manifestações participativas, novas e autônomas.[347]

O PTB, desde a sua fundação, apresentava um projeto pautado na concepção de distribuição de bens e benefícios.[348] Algumas de suas preocupações básicas eram as seguintes, segundo o programa do partido:

> Reexame da constituição, sem que sejam reduzidos os direitos por ela assegurados aos trabalhadores;
> Defesa das leis trabalhistas;
> Amparo aos trabalhadores rurais;
> Proteção aos trabalhadores e à sua família;
> Preocupação com a elevação do nível de vida, com o lazer e com a cultura dos trabalhadores;
> Estímulo à mecanização da lavoura e extinção dos latifúndios improdutivos.[349]

O programa do PTB defendia, ainda, a participação política do trabalhador pelo voto e por meio de manifestações populares. Também, a garantia de políticos que protegessem os interesses dos trabalhadores, levando ao governo seus problemas e as alternativas para solucioná-los. Não só a garantia das leis sociais era proposta pelo PTB, mas também o seu aperfeiçoamento para melhor assistir o operário, devendo o Estado garantir a aplicação das leis.

---

[345] LYRA, Carlos & MORAES, Vinícius de. **Marcha da quarta-feira de cinzas**. Carlos de Lira e a Bossa Nova. Nova História da Música popular Brasileira Apud STARLING, 1986, p. 20.
[346] NEVES. In: FERREIRA, 2001, p. 172-177.
[347] NEVES. In: FERREIRA, 2001, p. 174.
[348] Programa do PTB, anexo, p. 170.
[349] CHACON, 1998, p. 468-484.

Nota-se também uma preocupação não só com a valorização do trabalhador, como também com sua motivação, prevendo aumento de salário de acordo com a produção e um plano de carreira, com promoções para os que buscavam o aperfeiçoamento técnico. A recreação e o aumento da cultura estavam inseridos em propostas de criação de centros recreativos, bibliotecas, apresentações teatrais e musicais em praça pública, permitindo o acesso dos mais carentes. Além disso, havia projetos de barateamento do ensino superior, possibilitando a continuidade dos estudos para os mais pobres. O assistencialismo e distributivismo do programa abarcava também uma série de outras propostas como alternativa de melhoria das condições de vida, saúde, trabalho, alimentação, educação e lazer para o trabalhador e sua família.

Os militantes petebistas e os movimentos populares responsabilizaram-se por toda uma mobilização em torno das reformas de base no governo Goulart. Naquela época, quanto mais crescia a politização popular e sindical, mais o PTB caminhava para a via do reformismo, adquirindo uma face mais à esquerda, comandando greves, congressos sindicais e manifestações de rua.

Após a morte de Vargas, em 1954, o PTB adotou o nacionalismo como bandeira do partido. Nessa fase, a participação popular dirigida e controlada se uniu a outras mobilizações sociais, em torno de propostas cada dia mais avançadas em direção ao reformismo. A partir de então, a base do partido começou a pressionar, pedindo mudanças. Na reformulação do partido, João Goulart ganhou a eleição para presidente, acirrando as duras críticas da oposição.[350]

Nota-se que, na década de 1960, a maioria dos filiados do partido, incluindo os líderes sindicais e parlamentares, passou a assumir de forma definitiva a defesa de um programa de reformas de base, acreditando nessa proposta como a melhor opção para o desenvolvimento do país.[351] No governo Goulart, esse reformismo caracterizou o estilo político. Desde o início de sua presidência, em 1961, Jango insistira sobre a necessidade de reformas estruturais. Nesse período, o Brasil atravessava uma grave crise econômico-financeira. Como medida de solução, foi

[350] DELGADO, 1989, p. 99.
[351] DELGADO, 1989, p. 217-218.

elaborado pelo Executivo o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social, tendo à frente o economista Celso Furtado.

O plano prometia compatibilizar o combate ao surto inflacionário com uma política de desenvolvimento que permitisse ao país retomar o crescimento. Porém, o Plano Trienal não logrou êxito: ao final de 1963, não havia nem desaceleração da inflação, nem aceleração do crescimento. Na verdade, havia inflação sem crescimento. Além disso, o governo sofreu pressões de todos os lados, principalmente da ala radical do PTB e dos sindicatos. Diante do malogro do plano, se empenhou de forma mais enérgica na luta pelas reformas de base. Estas surgiram como um meio de transformação necessário para ultrapassar os entraves do desenvolvimento econômico, aumentando as esperanças de alguns segmentos da população excluídos da participação econômica, social e política.

Na competição política, segundo Bourdieu,[352] a habilidade em formar a opinião comum, obtendo a aceitação popular, é uma importante vantagem. Ao se apropriarem de uma opinião aceita dentro de uma sociedade, os políticos atraem as pessoas para o seu próprio lado. Esse foi o objetivo do Comício das Reformas, do dia 13 de março de 1964. Buscando o apoio da população, o presidente João Goulart ressaltou o caráter urgente das reformas de base, o direito ao uso da terra e a obrigação do Estado em conceder uma propriedade para todos. Anunciadas como prioritárias para a melhoria do nível de vida do país, figuravam as reformas administrativa, tributária, bancária, constitucional, eleitoral e agrária.

Em primeiro lugar, assinalava-se a necessidade urgente de reestruturação da máquina administrativa federal. O ministério de Ernani Amaral Peixoto (Ministro Extraordinário para a Reforma Administrativa) formulou diretrizes consubstanciadas em quatro anteprojetos de lei, o da Lei Orgânica do Sistema Administrativo Federal, o da lei que reorganizava o Sistema de Material do Serviço Público, o da lei que dispunha sobre o sistema de Mérito no Serviço Civil Brasileiro e o da lei que alterava a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União. Além disso, foi criada a Coordenação do Planejamento Nacional, órgão aparelhado para orientar as

---

[352] BOURDIEU, 2000, p. 143.

providências governamentais e estabelecer os critérios a serem observados na execução de projetos prioritários, possibilitando o desdobramento do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, aprovado anteriormente.[353]

2.4.1 Polarizando a crise: as reformas de base e o PTB

O PTB, em relação às reformas de base, se comportou inicialmente seguindo três caminhos: uma via conciliadora, por meio de João Goulart, uma posição radical liderada por Brizola e um viés partidário composto de outras forças políticas – os sindicatos e as ligas camponesas. A partir de março de 1964, a via predominante foi a radical. O programa de reformas pretendia uma mudança estrutural educacional, bancária, eleitoral, tributária e agrária, compatível e prevista no programa do PTB.[354]

A reforma educacional visava à modificação dos "dispositivos constitucionais disciplinadores da educação nacional, a fim de ampliar as garantias de liberdade do docente e redefinir o instituto da cátedra".[355] Também a UNE, nos primeiros anos de 1960, estava empenhada na luta pela reforma universitária. A bandeira das reformas marcou o movimento estudantil no início dos anos 1960. Era um movimento, além de outras características, reformista, tendo como objetivo as alterações na estrutura das universidades.[356]

A reforma bancária pretendia a implantação de um órgão autêntico e centralizado, com autonomia de decisões, para direção da política monetária e bancária, dispondo de maior força no controle da inflação. A intenção do governo era obter condições que lhe permitissem selecionar o crédito para o impulso das forças de produção. Solicitava, ainda, que os princípios básicos do projeto de reforma bancária fossem mantidos "em suas linhas mestras".[357]

---

[353] ABREU, 2001, p.4941.
[354] Programa do PTB, anexo, p.170.
[355] ABREU, 2001, p.4941.
[356] MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil na conjuntura do golpe In: TOLEDO, Caio Navarro de. **1964, visões críticas do golpe:** democracia e reformas no populismo. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997. p. 79-80.
[357] ABREU, 2001, p. 4941.

O processo eleitoral também precisava ser revisto. O objetivo era democratizá-lo para que o poder político se tornasse a verdadeira expressão dos interesses da população, e não dos de uma pequena elite. Em 1963, a população votante era de 21% dos 80 milhões de habitantes. Assim, deveria haver ainda uma mudança na Constituição de 1946, que limitava numericamente os quadros eleitorais, impedindo o voto dos praças, sargentos e analfabetos.[358] A mensagem do Presidente era: "todo alistável deve ser também elegível", permitindo a todos os brasileiros maiores de 18 anos votarem e serem votados.[359]

Ainda no período parlamentarista de Goulart, o Executivo havia apresentado a proposta de reforma tributária, inserida no Projeto n.º.612, de 1961. Esse parecer incluía o imposto de renda, o imposto de consumo, o imposto do selo, o imposto único sobre lubrificantes líquidos e gasosos, o imposto único sobre energia elétrica, contribuições de melhoria, disposições sobre conselhos de contribuinte, conselho superior de tarifas e processo fiscal e disposições diversas. O projeto objetivava aumentar a taxa de poupança, melhorar a composição dos investimentos e a distribuição da renda nacional, bem como eliminar o déficit de caixa do Tesouro.

Em março de 1964, a mensagem do governo solicitava ao Congresso o exame das diretrizes para as modificações do texto constitucional, objetivando a execução das reformas de base. A reforma da Constituição de 1946 era um pré-requisito para a implantação de outras reformas, como por exemplo, a agrária. Nos dias posteriores ao Comício das Reformas e ao envio da mensagem presidencial ao Congresso, a oposição civil e militar aumentou, consolidando a conspiração militar.[360] A oposição desconfiava de uma reforma constitucional, temendo um objetivo continuísta do presidente da República, embora Goulart alegasse que a reforma constitucional era necessária porque a Constituição, em muitos pontos, já não atendia mais aos

---

[358] ABREU, 2001, p. 4941.
[359] Discurso de João Goulart no Comício das Reformas do dia 13 de março de 1964, apud SILVA, 1945, p. 464.
[360] ABREU, 2001, p. 4941.

anseios da população. De fato, a propriedade da terra não era acessível e apenas uma pequena minoria da população podia votar e ser votada.[361]

O projeto de reforma agrária do governo enfatizava a redistribuição da propriedade rural. O objetivo era aumentar tanto o acesso a terra, quanto o número de unidades familiares. Visava, ademais, corrigir os entraves da estrutura agrária, e aumentar os incentivos para o desenvolvimento de empresas agrícolas, para assim expandir e diversificar o abastecimento de produtos. Além dessas propostas, previa ainda regulamentar a desapropriação de terras por interesse social e estabelecer condições para a execução da reforma agrária por meio de um órgão do Executivo.[362]

Esse projeto do governo não podia, contudo, ser encaminhado à apreciação do Congresso, sem antes ser precedido por uma emenda constitucional. Por esse motivo, permaneceu apenas entre a liderança dos partidos. Muitos pontos da emenda foram aceitos, com exceção “do arrendamento compulsório e a indenização com títulos da dívida pública sujeitos apenas a 10% de correção para compensar a inflação".[363]

Bocaiúva Cunha, líder do PTB na Câmara, enviou ao Congresso em abril de 1963 a emenda constitucional necessária para a implementação do plano de reforma agrária. O projeto ressaltava os dois pontos polêmicos contidos no plano do Executivo. Incluía também uma sugestão de desapropriações, baseadas em interesse social, abrangendo tanto propriedades rurais como urbanas, nestes termos:

> Art. 141, § 16. Garantindo o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública mediante prévia indenização ou por interesse social, na forma do art. 147.
> Art. 147. O uso da propriedade será condicionado ao bem estar social e para isso a lei poderá, inclusive:
> I. Dispor sobre a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos e, para esse único feito, regular a desapropriação dos bens indispensáveis, assegurando ao proprietário indenização justa, mediante títulos da dívida pública, resgatáveis em

[361] Discurso de João Goulart no Comício das Reformas do dia 13 de março de 1964, apud SILVA, 1975, p. 459.
[362] FIGUEIREDO, 1993, p. 114.
[363] FIGUEIREDO, 1993, p. 115.

> prestações sujeitas a correção monetária com limite não excedente a dez por cento ao ano;
> II. Disciplinar o uso da terra e estabelecer o arrendamento compulsório de propriedades rurais;
> III. O arrendamento compulsório será uma etapa inicial com prazo determinado para a desapropriação definitiva;
> IV. São isentos de quaisquer tributos federais, estaduais, municipais, por prazo e forma que a lei determinar, as terras, os bens e os atos que se relacionam com a execução das reformas agrária e territorial urbana;
> V. A cada família será assegurada uma propriedade rural ou urbana que satisfaça o mínimo vital que a lei estabelecer.[364]

Segundo Ferreira[365] , o projeto era inovador, já que antes de Goulart nenhum outro governo havia proposto uma mudança de tal proporção na legislação agrária. O projeto enviado ao Legislativo foi acompanhado de campanhas com o objetivo de pressionar o Congresso para votar as reformas. Tendo à frente Leonel Brizola, essa campanha incluía comícios, demonstrações públicas e ameaças de greve geral. A campanha assumiu uma face radical e perigosa devido à ameaça de Brizola em recorrer a medidas extra-parlamentares. A direita não tardou a reagir, usando a ameaça do líder da esquerda petebista para apregoar a necessidade urgente de "salvar e garantir o funcionamento do Congresso".

O político de sucesso é aquele que consegue visualizar o campo de ações que lhe são possíveis, e a partir daí tomar posições “convenientes e convencionadas evitando as comprometedoras”. Essa fase do jogo político é a da previsão. Por saberem quais as tomadas de posição mais vantajosas, eles podem prever as ações dos outros políticos e, pelo mesmo princípio, tornam-se previsíveis para os concorrentes. É justamente o agir segundo essa previsão que os faz competentes, confiáveis e responsáveis. A previsibilidade os credencia como atores políticos capazes de desempenhar no jogo justamente o papel que lhes cabe, sem fugir ao roteiro.[366]

Embora houvesse sido rejeitada na comissão, em 13 de maio, a emenda ainda estava programada para ser votada em plenário. A fim de encontrar uma solução para o impasse, Goulart buscou apoio no PSD. Essas propostas foram longamente discutidas, surgindo soluções conflitantes para a emenda constitucional que previa o

---

[364] FIGUEIREDO, 1993, p. 116.
[365] FERREIRA.In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 367.
[366] BOURDIEU, 2000, p. 171-173.

pagamento das terras desapropriadas em títulos da dívida pública. Os membros da ala esquerda do PTB, entretanto, não estavam convencidos da necessidade de uma "solução negociada" e, por isso, não cediam às concessões do PSD.[367] De acordo com Jorge Ferreira, a coalizão da esquerda radical não admitia conciliação e, portanto, qualquer projeto prevendo indenização seria rejeitado.[368] Nesse contexto, houve uma polarização das forças, obrigando o presidente a oscilar entre a esquerda e o centro. Esse embate de forças o induziu a paralisar as medidas de reforma agrária, consideradas politicamente inviáveis.[369]

2.4.2 Da polarização à radicalização política

Delgado[370] salienta que as forças políticas dividiram-se em progressistas de um lado e conservadoras de outro. No campo progressista, atuou, dentro do PTB, entre outros, o “Grupo Compacto”, de objetivos mais à esquerda e atuação mais radical em defesa das reformas. Destacaram-se, ainda, a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas, os sindicatos e as frentes políticas. A frente que mais se destacou foi a Frente de Mobilização Popular (FMP), fundada em 1962 e liderada por Leonel Brizola com o objetivo de pressionar o governo e o parlamento a implementarem as reformas. Por outro lado, os conservadores uniram-se no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), inaugurado em 1959, patrocinado pelo empresariado nacional e estrangeiro. Além da polarização externa, percebe-se ainda que houve uma fragmentação por dentro dos partidos. Quando algum projeto era votado, novos blocos eram formados, havendo uma redefinição temporária no sentido de impedir a aprovação ou efetivá-la.

Temporárias no início, essas alianças passaram, com o decorrer do tempo, a tornarem-se duráveis. Segundo Delgado[371], “os políticos se filiavam às frentes parlamentares, mas continuavam vinculados oficialmente a seus partidos de origem”. Destacou-se também, a partir de 1956, a Frente Parlamentar Nacionalista

---

[367] FIGUEIREDO, 1993, p. 127-128.
[368] FERREIRA.In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 359.
[369] CAMARGO, Aspásia**.** A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Bóris. (ORG.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1981, V.10. p. 189-198.
[370] DELGADO.In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p.148.
[371] DELGADO.In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 149.

(FPN), que defendia projetos nacionalistas e desenvolvimentistas e era composta, em sua maioria, por políticos petebistas. Nacionalismo e desenvolvimentismo, na opinião de Moreira,[372] eram os ingredientes que uniam politicamente esse grupo. No lado oposto, surgiu, em 1961, a Ação Democrática Parlamentar (ADP), cujo objetivo era barrar o crescimento dos nacionalistas e combater as idéias comunistas.[373]

Dessa maneira, as reformas de base em geral, e a agrária, em particular, foram ápices da radicalização política, que aumentava de maneira evidente também no setor rural. De acordo com Skidmore[374], "os posseiros lutavam contra os especuladores que tentavam expulsá-los das terras que ocupavam e sobre as quais adquiriram direitos de usucapião". O interior do país, antes tranqüilo, despertava politicamente.

As posições dos partidos quanto à reforma agrária estavam bem definidas. O PTB, criado dentro de uma característica trabalhista e social, previa, em seu programa, a extinção do latifúndio, reconhecendo que a terra era a base da produção e que, se ela não fosse cultivada, haveria prejuízos econômicos e sociais para o país.[375] Embora o PSD também mencionasse em seu programa a divisão da propriedade, na prática, o partido barrava institucionalmente as iniciativas nesse sentido. Além disso, justificava a grande propriedade, pois condenava o latifúndio somente se este não estivesse sendo explorado. A UDN nem cita os latifúndios, e a divisão de propriedade foi mencionada apenas no programa de 1962, depois que o projeto de reformas do governo estava bastante difundido e discutido pela sociedade.

Enfatiza-se, então, o fato de que a extensão dos direitos e benefícios da legislação ao trabalhador rural fazia parte do projeto trabalhista do PTB. Esse projeto era condizente com a vontade popular, já que, apesar da oposição dos patrões, o trabalhador do campo buscava uma situação social, econômica e política mais eqüitativa, [376] como se pode verificar na música de Paulo Cavalcante:

---

[372] MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 167.
[373] DELGADO.In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 149.
[374] SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 279.
[375] Programa do PTB em anexo, p. 170.
[376] STARLING, 1986, p. 28.

Passe seis noites de insônia
No bolso nenhum dinheiro
Faça tudo neste mundo
Mas não vote em usineiro.[377]

Enquanto os patrões ficavam assustados com a mobilização dos setores populares, as esquerdas apostavam no avanço desse movimento, intensificando no meio político as contradições do governo Goulart. Os radicais de esquerda exerciam pressões não somente sobre o Congresso, considerado por eles "reacionário", mas também sobre o Presidente da República, avaliado como conciliador demais. Esse grupo havia desistido de negociar com o Legislativo e passava a dirigir suas atenções exclusivamente em direção aos apelos populares.[378] Todavia, essa força popular e o coro reivindicatório dos trabalhadores causavam desconforto à elite. A música *Zé da Silva é um Homem Livre*,[379] é um exemplo do apelo popular:

Pro patrão pedi aumento
Só levei um pontapé
Sem comida e sem vintém
E agora seu José?[380]

A partir do mês de setembro de 1963, aumentou a radicalização. O arrocho salarial levou os trabalhadores às ruas. O mês de setembro foi uma escalada de greves, algo que os militares não estavam dispostos a tolerar. A greve de Santos foi um exemplo da posição dos militares contrários aos protestos. Após uma paralisação em um hospital de Santos, o CGT ameaçou uma greve geral nacional. No entanto, a intervenção militar pôs fim à greve. Ainda nesse mesmo mês, Goulart enfrentou mais um problema. As camadas subalternas do Exército lutavam pelo direito de serem eleitas para cargos públicos, o que não era permitido pelo regimento das forças armadas. Devido a essa proibição regimentar, o Supremo Tribunal Federal (STF), em 11 de setembro de 1963, chegou a decretar inelegíveis os sargentos eleitos no ano anterior. Os suboficiais das Forças Armadas resolveram, então, rebelarem-se e tomar o poder, mas rapidamente as forças legalistas abafaram a insurreição e restabeleceram a ordem. Apesar da gravidade da situação, as esquerdas apoiaram

---

[377] Posicionando-se contra os usineiros e os latifundiários, Miguel Arraes é vitorioso nas eleições para governador em Pernambuco. Cavalcante, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**, apud Starling, 1986, p. 28.
[378] FIGUEIREDO, 1993, p. 156.
[379] STARLING. 1986, p. 27.
[380] BOAL, Augusto & MARCONDES, Geni. Zé da Silva é um homem livre. **O povo Canta**. (CPC da UNE, faixa 3, lado 2, UNEC-001, s/d), apud Starling. 1986, p. 27

o movimento. O saldo foi o enfraquecimento do governo e da causa nacionalista, e o fortalecimento da causa dos golpistas, com a adesão de muitos oficiais legalistas.[381]

Em outubro de 1963, a emenda Bocaiúva Cunha foi rejeitada em plenário, por 121 votos contra 176. A derrota da emenda e o endurecimento do PSD e da UDN estimularam o combate frontal com o governo. Assim, a derrota parlamentar se converteu em revés político que marcou o esgotamento do projeto de reforma constitucional. Apesar disso, Goulart procurou formular com o PSD uma proposta comum para o limite de hectares dos imóveis desapropriáveis, porém esbarrou no bloco radical petebista, que insistia no limite de 200 ou 300 ha. contra os 500 ha. fixados por Tancredo Neves. Esse impasse foi o que faltava para esgotar a aliança histórica entre o PSD e o PTB.[382] A partir desse momento, o PTB radical e os demais setores da esquerda não viam possibilidade de implementação das reformas por meios constitucionais.[383]

João Goulart, ligado aos sindicatos pela sua prática partidária junto ao PTB, viu as lutas sindicais escaparem de seu controle. Embora os sindicatos ainda permanecessem vinculados ao Estado, pretendiam uma maior autonomia, confrontando-se inúmeras vezes com o presidente da República, como, por exemplo, na greve de Santos e na oposição dos sindicatos ao Plano Trienal. O período foi de forte pressão dos sindicatos sobre o governo. Os sindicalistas exigiam um maior comprometimento com as reformas de base e com os projetos nacionalistas, como consta do desabafo de Jango a Pinheiro Neto:

> Tu te lembras, quando estavas no Ministério do Trabalho, quantas vezes te pedi que dissesses aos nossos amigos dos sindicatos para moderarem as exigências. Não era possível atender a todos e tudo ao mesmo tempo, reparando injustiças graves, velhas de séculos.[384]

Devido ao custo de vida alto e a redução do poder aquisitivo, não eram só sucessivas greves que estouravam pelo país durante todo o período. Invasões de terras também eram freqüentes na Paraíba, Pernambuco, Minas Gerais e Goiás, aterrorizando os proprietários e dificultando negociações. Além disso, tais ações

---

[381] FERREIRA.In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 370.
[382] CAMARGO, 1981, p. 217.
[383] FERREIRA, 2006, p. 104.
[384] PINHEIRO NETO, João. **Jango:** um depoimento pessoal. Rio de Janeiro: Record, 1993, p. 161.

provocavam choque com o governo. As dificuldades encontradas por Jango no comando do país estenderam-se a diversas questões. Uma delas era referente a sua imagem com os trabalhadores. Muitos dirigentes sindicais o consideravam um amigo dos operários, já outros o acusavam de manipulador dos sindicatos.[385]

As diversas pressões sofridas por Goulart levaram-no, durante todo o seu governo, a hesitar entre as atitudes de apoio às reivindicações reformistas dos trabalhadores e as tentativas de controle sobre os operários e o movimento sindical. Para Ferreira,[386] essa hesitação do presidente pode ser interpretada como uma estratégia para conseguir tempo suficiente a fim de formar uma base política que o apoiasse. Por isso, procurava o apoio do centro e não descartava a proximidade com as esquerdas, procurando neutralizar a oposição. A aliança do PSD com o PTB possibilitaria a sustentabilidade ao governo e, ao mesmo tempo, formaria a maioria no Congresso, facilitando a aprovação das reformas.[387] Portanto, buscando usar as forças antagônicas e mantê-las em constante contraste para equilibrar-se sobre elas, Goulart fazia concessões à esquerda e à direita. Frente à crise, restava a Jango administrar as pressões.[388]

Piorando a situação, Carlos Lacerda, governador da Guanabara, em uma entrevista ao *Los Angeles Times*, acusou Goulart de ser um caudilho, justificando uma possível intervenção norte-americana. Os ministros militares, indignados com tal atitude contra o chefe da República, aconselharam o presidente a pedir o Estado de Sítio. Assim, o presidente Goulart poderia reprimir a crescente oposição da direita, e os militares teriam a chance de resguardar a disciplina e conter as agitações populares.

A estratégia fomentou as suspeitas dos políticos. Tanto a esquerda quanto a direita foram contra o Estado de Sítio. Cada uma se via como motivo dos poderes emergenciais. A esquerda via nesse episódio uma ameaça aos movimentos progressistas. Até mesmo o PTB foi contra, pensando que Jango tramava a prisão de Arraes, Prestes e Brizola. A direita acreditava que o pedido do governo era uma tentativa de golpe, tramado por Goulart para permanecer no poder. Prevendo o

---

[385] MORAES, 1989. p. 112-113.
[386] FERREIRA. In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 379.
[387] FERREIRA, 2006, p. 102.
[388] MORAES, 1989, p.112-113.

fracasso, Goulart retirou o pedido no Congresso, alegando que "as circunstâncias haviam tornado desnecessária a medida".[389] Nesse momento, o isolamento político de Jango chegou ao auge, uma vez que a esquerda decidiu romper com ele, pois concluíra que estava aliado aos conservadores.[390]

O episódio enfraqueceu ainda mais a capacidade governativa do presidente. Além disso, o grupo conspirador, que era pequeno dentro das Forças Armadas, foi incorporando novos adeptos. A esse respeito, Ferreira[391] salienta que vários oficiais legalistas passaram a apoiar e até mesmo a aderir ao movimento conspiratório, que possuía armas pesadas e contrabandeadas. Todavia, ainda restava uma alternativa: em meio às polarizações políticas, houve a tentativa de San Tiago Dantas.[392] Liderando um grupo de políticos moderados do PTB e de outros partidos, Dantas procurou apoiar as Reformas de Base por meios legais, formando a Frente Progressista. O objetivo era isolar os radicais, tanto à direita quanto à esquerda, reunindo todas as forças que apoiavam o governo para impedir a evolução do movimento conspiratório.[393]

Entretanto, diante das circunstâncias difíceis que enfrentava, de agravamento da crise econômica e isolamento político, Jango acreditou que a melhor opção seria se posicionar mais à esquerda, abandonando a proposta da Frente Progressista de San Tiago Dantas.[394] Nesse sentido, em meados de janeiro de 1964, sob intensas críticas de setores oposicionistas, como militares, ruralistas empresários, e credores estrangeiros, Goulart regulamentou a Lei de Remessa de Lucros determinando o limite de 20% de retorno do capital, nacionalizando os lucros excedentes. Reagindo

---

[389] FIGUEIREDO, 1993, p.134-136.
[390] FERREIRA, 2005, p. 343.
[391] FERREIRA.In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 373.
[392] San Tiago Dantas ingressou no PTB em 1955, participou do primeiro ministério parlamentarista. Seguidor da "política externa independente", San Tiago Dantas promoveu o reatamento das relações com a União Soviética, e, em janeiro de 1962, em Punta del Este, discordou da posição dos Estados Unidos, que pretendiam expulsar Cuba da Organização dos Estados Americanos Em 1963, com o retorno do regime presidencialista, foi escolhido para assumir a pasta da Fazenda. Na polarização da crise, em abril de 1963, afirmou existirem duas esquerdas, uma positiva, da qual fazia parte, e uma negativa. ABREU, 2001.
[393] FERREIRA, 2006, p. 110.
[394] FERREIA, 2006, p. 111.

à medida, inúmeras declarações apresentavam a alegação de que os lucros remetidos ao exterior eram inexpressivos e não se justificava o ato legislativo.[395]

A partir de 1964, no curto espaço de tempo que antecedeu ao golpe, o governo e os sindicatos aliaram-se, buscando a implementação das reformas. No mês de março, a radicalização aumentou, anunciando o perigo para a democracia, principalmente após o anúncio do Comício da Central. O evento do dia 13 representou a tentativa de demonstrar o apoio popular às propostas de reformas de base. Mais de duzentas mil pessoas se reuniram na Central, tendo à frente líderes trabalhistas, reformistas, comunistas e dirigentes sindicais, unidos na defesa de um programa político-econômico.[396]

> Perante multidão de 200.000 pessoas, arregimentadas pelos sindicatos e outras organizações para o comício do dia 13 de março, Goulart proclamou, sem temer que o chamassem de subversivo, a necessidade de mudanças na Constituição, que legalizava uma "estrutura econômica superada, injusta e desumana". E anunciou a adoção de importantes medidas, através de decretos. Arraes e Brizola, este pregando a convocação de uma constituinte, compareceram ao ato, a fim de consolidar a formação e a unidade da Frente Popular de apoio às reformas de base. [397]

O governo procurou, então, utilizar instrumentos legais, mobilizando uma solução política em favor das reformas. Assim, firmou-se um compromisso público, com a promessa de ampliar de 2 para 8 ou 10 milhões o número de proprietários rurais. Contudo, faltavam ao governo recursos para a execução deste e de outros programas de caráter popular. Como afirma Aspásia Camargo[398], “em vista da carência de recursos, imposta pelo impasse com o Congresso, a política de redistribuição de terras através de desapropriação por interesse social teria que ser, forçosamente reduzida”.

A oposição agravou-se, quando começaram os preparativos do decreto da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), que consideraria desapropriáveis os imóveis de mais de 500 ha. situados nos 10 km à margem das rodovias, açudes e ferrovias. Esse decreto foi assinado pelo presidente da República no Comício das

---

[395] SILVA, Hélio. **Golpe ou contragolpe?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira , 1975. p. 166.
[396] DELGADO,1989, p. 284.
[397] BANDEIRA, 1978, p. 163.
[398] CAMARGO. In: FAUSTO, 1981, p. 221.

Reformas. Jango alimentava contra si os ruralistas, que engrossaram o apoio ao golpe de abril. Os partidos tradicionais aceitaram a negociação de uma emenda constitucional autorizando o pagamento das indenizações em títulos da dívida pública, algo impensável no imediato pós 1945. Mas a inflexibilidade do PTB em ceder às concessões do PSD, além de reforçar a oposição às reformas, levou o governo a um impasse que o deixou sem respaldo diante de seus adversários políticos.[399]

Segundo Muniz Bandeira,[400] as reformas de base propostas por Goulart procuravam viabilizar o capitalismo brasileiro e tirá-lo do atraso. A reforma agrária, que as elites tanto temiam, por exemplo, constituía-se em um instrumento para a ampliação do mercado interno, necessário ao desenvolvimento do parque industrial do país. As propostas do presidente João Goulart não eram demagogia política, Jango realmente pretendia promover a reforma agrária, tanto que saiu às ruas no Comício da Central procurando aprofundar o processo de reformas.

Segundo Ferreira,[401] o Comício da Central foi a opção de Jango pela radicalização, porque acreditava que só assim, com a pressão popular, alteraria as estruturas econômicas do país. Esse compromisso de Jango com a esquerda denotava sua crença não só no embate como solução para a crise, mas também na vitória certa sobre as forças conservadoras.

A partir do dia 13 de março, tanto os setores populares quanto os de esquerda garantiam seu apoio a Jango. O vice-governador do estado da Guanabara, Elói Dutra, afirmava que defenderia a todo custo as reformas de base.[402] Jango pedia urgência para mudar a Constituição, insistindo que "ela não correspondia mais às aspirações do povo".[403] A proposta de Brizola piorava a situação, pois sugeria a substituição do Congresso por uma assembléia constituinte. Indo mais longe ainda no ataque ao Congresso, bradou a necessidade da eleição de um Congresso Popular “com a participação de trabalhadores, camponeses, sargentos e oficiais

---

[399] CAMARGO. In: FAUSTO, 1981, p. 221-224.
[400] BANDEIRA, 1978, p. 165.
[401] FERREIRA, 2005, p. 325 e 336.
[402] FERREIRA, 2005, p. 358.
[403] FIGUEIREDO, 1993, p. 181.

nacionalistas, do qual as raposas velhas da política tradicional fossem eliminadas".[404] Assim noticiava a Folha de São Paulo:

> O deputado Leonel Brizola, em seu discurso, preconizou a formação de "um Congresso popular, integrado por camponeses, sargentos e oficiais nacionalistas", como "a única saída pacífica para o impasse em que se encontra o nosso país"[...] afirmou o Sr. Leonel Brizola que "não aceitamos golpes contra os nossos direitos e liberdades" e que "temos que nos organizar para enfrentar a violência e nos preparar para responder violência com violência." O ex-governador gaúcho foi constantemente interrompido, em suas criticas ao Congresso, pela assistência, aos gritos de "fecha, fecha, fecha". [405]

Brizola, constantemente, pressionava o governo para forçá-lo a uma definição.[406] Afirma Bandeira que, além disso, "queria que Goulart rompesse com o Congresso, assumisse de fato todos os poderes e se movesse à margem e por cima da Constituição, para realizar as reformas de base".[407]

Leonel Brizola, na posição de líder e à frente da esquerda radical, em tom agressivo, ameaçava romper com as regras democráticas na oposição ao Congresso. Sobre isso, Bourdieu[408] assevera que a aceitação das regras do jogo faz parte de um acordo implícito que permite aos políticos continuarem no jogo e participarem dos ganhos. É uma espécie de dependência recíproca que une todos os jogadores, e os faz enxergarem com suspeita os que fogem desse padrão previsível.

De fato, a tática da esquerda era o "confronto", rejeitando qualquer solução negociada. Ferreira[409] afirma que negociar era considerado, nessa época, uma ofensa similar a "acovardar" e "trair". Pretendia-se a convocação de uma Assembléia Constituinte composta por trabalhadores e oficiais de baixa patente, desprezando a Constituição de 1946 e criticando a democracia vigente.

Goulart encerrou o discurso da Central do Brasil ressaltando a necessidade de revisar a Constituição, uma vez que esta justificava uma estrutura social desigual.

---

[404] FIGUEIREDO, 1993, p. 181.
[405] **JANGO surpreende o país:** refinarias encampadas Bancos de Dados Folha. Acervo on line. Publicado na Folha de São Paulo, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: <http://www.almanaque.folha.uol.com.br/brasil14mar1964.htm >. Acesso em : 23 mar. 2006.
[406] CAMARGO. In: FAUSTO, 1981, p. 199-200.
[407] BANDEIRA, 1978, p. 55.
[408] BOURDIEU, 2000, p. 169-173.
[409] FERREIRA, 2005, p. 345.

Após uma hora e cinco minutos de discurso muito emocionado, o presidente, muito abatido, e até um pouco cambaleante, seguiu para o Palácio das Laranjeiras, amparado por sua esposa Maria Thereza.[410]

Dois dias depois do Comício, em sua mensagem ao Congresso Nacional, Goulart atemorizava ainda mais a direita e os liberais, propondo, entre outras medidas, o "uso lícito" da terra, para cada área cultivada, e que o excedente a quatro vezes esse tamanho ficaria disponível para a reforma agrária. Outra proposta era a delegabilidade, dando poderes de legislar ao Executivo. Por fim, a elegibilidade, anulando as limitações eleitorais, com a frase "são elegíveis os alistáveis", que, se aprovada beneficiaria seu cunhado, Brizola, e o próprio Goulart, ambos podendo reelegerem-se.[411]

A partir de então, setores das camadas médias e da elite saíram às ruas para pedir a deposição do presidente da República, criando um ambiente propício à intervenção militar.[412] Descontentes com as agitações, os empresários, os militares e setores da Igreja Católica mobilizaram-se para impedir o avanço político dos movimentos sociais e da esquerda.[413] A camada média foi às ruas, na Praça da Sé, protestando e pedindo a deposição de Goulart. Em seu discurso, o Deputado Plínio Salgado conclamava a intervenção das forças armadas.

> O orador seguinte foi o dep. Plínio Salgado, que dirigiu pergunta às Forças Armadas: "Bravos soldados, marinheiros e aviadores de nossa pátria, sereis capazes de erguer vossas armas contra aqueles que querem se levantar, aqueles que se levantam contra a desordem, a subversão, a anarquia, o comunismo? Contra aqueles que querem destruir os lares e a soberania da pátria? Esta manifestação não vos comove? Será possível que permitireis, ainda, que o Brasil continue atado aos títeres de Moscou?[414]

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade não moderou o tom do discurso de oposição ao governo e às reformas. Como atesta Robert Michels, a burguesia não enxerga nenhum motivo moral que a faça renunciar aos seus privilégios. Nesse

---

[410] FERREIRA, 2005, p. 363.
[411] FERREIRA, 2006, p. 114.
[412] TOLEDO, Caio Navarro de. A democracia populista golpeada. In: TOLEDO, 1997, p. 100-109.
[413] TOLEDO, 1994, p. 79-82.
[414] São Paulo parou ontem para defender o regime. Bancos de Dados Folha. Acervo on line. **Folha de São Paulo**, sexta-feira, 20 de março de 1964. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil20mar1964.> Acesso em: 23 mar. 2006.

caso, a burguesia pode até ser favorável às reformas e a justiça social desde que estas não prejudiquem seus interesses econômicos e políticos.[415]

Na multidão de faixas, percebia-se a radicalização por meio de dizeres como “Tá chegando a hora de Jango ir embora”; “Um, Dois, Três, Brizola no xadrez”. Havia ainda a acusação de comunismo, percebida por meio de frases como “vermelho bom só batom”.[416] As camadas médias e conservadoras da sociedade foram às ruas defender valores tradicionais: família, religião e democracia.[417]

Enquanto a esquerda fazia ameaças com faixas, cartazes, greves e manifestações estudantis, a direita ultrapassava a linha das passeatas e, à surdina, armava o golpe para depor Jango. Não alheia ao perigo, mas entorpecida pela crença na própria força, a esquerda acreditava poder deter as forças de direita ou pelo menos esperava que elas não se atrevessem a dar o golpe diante do vigor do movimento popular. UNE, CGT e as ligas camponesas afirmavam ter condições de bloquear qualquer ação golpista.[418]

> [...] todos confiantes na força política representada pelo movimento popular, capaz de barrar o caminho de qualquer ação golpista. Próximo ao governo e, conseqüentemente, acreditando estar ao lado do poder político real, em 1964, no Brasil, o movimento popular simplesmente *no creía en brujas,* e aguardava os acontecimentos em compasso de espera.[419]

A crise piorava a cada ação do governo, e o caráter calmo de Goulart contribuía para o agravamento da situação. De acordo com Ferreira [420] , Goulart era “incapaz de uma atitude de cólera ou de vingança pessoal ou política, era de índole pacífica e conciliatória, disposto à negociação, ao entendimento e ao diálogo”.

A radicalização atingia também as Forças Armadas. Após a “Campanha da Legalidade”, em 1961, nacionalismo e reformismo adquiriram mais adeptos entre os oficiais e subalternos. Ferreira[421] assegura que os suboficiais, diante da

---

[415] MICHELS, 1982, p. 136, 138.
[416] STARLING, 1986, p. 34.
[417] REIS FILHO. In: FERREIRA, 2001, p. 340.
[418] STARLING, 1986, p. 35.
[419] STARLING, 1986, p. 36.
[420] FERREIRA, 2005, p. 335.
[421] FERREIRA, 2006, p. 88-89.

democratização que atingia os trabalhadores, aproveitavam o momento para exigir melhores condições de vida e trabalho, procurando inclusive candidatar-se a cargos públicos. Como “a aproximação entre sargentos, estudantes e esquerda se tornou uma realidade”, pretendiam, com o apoio popular, pressionar a “democratização nas Forças Armadas”. O comando militar, contudo, percebia essas manifestações como uma afronta à disciplina e à hierarquia militar.

A radicalização chegou a tal ponto que João Goulart, ao final do próprio governo, não tinha mais controle sobre seu partido. O PTB, nesse período, tinha perdido a capacidade de fazer coalizões parlamentares, privilegiando a estratégia de mobilização popular. Mesmo assumindo essa postura radical, o partido buscou aumentar sua representação parlamentar, tendo atingido grande crescimento com as eleições de 1962.[422]

Era verificável, também, durante a radicalização política, uma disputa interna pelo controle do partido, entre Goulart e Brizola. No entanto, entre eles estabeleceu-se uma dependência recíproca. Brizola dependia de Jango no governo para continuar mobilizando as massas a pressionarem e exigirem as reformas. Jango, por sua vez, dependia da legitimidade adquirida por meio da liberdade dada aos movimentos trabalhistas.

À medida que as discussões políticas deixaram de fazer parte exclusivamente do grupo político e começaram a integrar as discussões entre os diversos setores da sociedade, muitas organizações emitiram suas opiniões e até militaram na busca da transformação. Como não poderia deixar de ser, as lutas sociais influenciaram também o meio cultural. Buscava-se o novo, a mudança. Ultrapassar o subdesenvolvimento e as injustiças sociais compunha parte do objetivo almejado por esses movimentos.[423]

---

[422] D’ARAÚJO, Maria Celina de. Raízes do Golpe**:** ascensão e queda do PTB. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon (org.). **21 anos de regime militar**. Rio de Janeiro: FGV, 1994, p. 8.
[423] STARLING, 1986, p. 23.

Acreditava-se que a cultura e a política podiam caminhar juntas, podendo ser aquela mais uma ferramenta na transformação social.[424] Dessa maneira, cada vez mais os artistas se envolviam nas manifestações de protesto. Segundo Holanda,[425] a arte era vista, principalmente, pelo Centro Popular de Cultura (CPC) como uma prestação de serviço. A ebulição política e o sentimento de que o país estava mudando e precisava do esforço de toda a sociedade levava os meios artísticos a uma intensa preocupação com as questões sociais.[426]

Não obstante o povo participasse desses movimentos e esperasse que o presidente pudesse realmente implementar as mudanças prometidas, não apoiava os exageros. Ao contrário do que supunham a esquerda, Brizola e o próprio Goulart, apenas 5% das duas mil pessoas que assistiram ao Comício da Central apoiavam as propostas "comunistas" e "janguistas". Os outros 95% rejeitavam a reeleição de Goulart e o fechamento do Congresso. Desejavam as reformas, desde que fossem mantidas as regras democráticas.[427]

Por outro lado, os instrumentos institucionais alheios à Constituição propostos no comício, limitando as prerrogativas do Congresso, afloraram mais ainda as suspeitas da oposição. Para os oposicionistas, foi uma excelente oportunidade de apoderarem-se do tema crítico da legalidade. Na versão desse grupo, atacando as regras institucionais vigentes, especialmente o Congresso, Goulart perdia o direito - de "ser obedecido de acordo com essas mesmas regras".[428]

Se, antes do comício, os conspirados pretendiam uma medida "preventiva", depois dos discursos inflamados, passou-se a considerar a "ofensiva". A partir daí, um grupo de coronéis, chefiados pelo general Castelo Branco à revelia dos seus superiores, iniciou a conspiração contra o governo, articulando-se com civis, governadores e parlamentares.[429] Inesperadamente, a crise tomou um rumo ainda

---

[424] PAES, Maria Helena Simões. **A década de 60:** rebeldia, contestação e repressão política. São Paulo: Ática, 1992. p. 39.
[425] HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Impressões de viagem:** CPC, vanguarda e desbunde, 1960-1970. 3ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p. 15.
[426] FERREIRA, 2006, p. 93.
[427] FERREIRA.In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p.384.
[428] FIGUEIREDO, 1993, p. 180-182.
[429] FERREIRA.In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 383.

mais assustador com o que Ferreira[430] chama de “pequenos acontecimentos, aparentemente irrelevantes”. Os suboficiais da Marinha de Guerra, por conta do segundo aniversário da fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, desejavam fazer uma comemoração. Com a proibição do evento pelo ministro da Marinha, Silvio Mota, os suboficiais decidiram reivindicar, entre outras exigências, melhores condições de vida para a categoria. Porém, no dia 24 de março, foram presos 12 dirigentes da associação e no dia 25, data do evento, o ministro Silvio Mota mandou uma tropa de fuzileiros bem armados com tanques de guerra prender os quarenta organizadores. Os fuzileiros, no entanto, aderiram ao movimento. A atitude do presidente foi para que não atacassem os marinheiros, indignando a alta cúpula da Marinha, e levando o ministro a renunciar.[431]

As esquerdas e o próprio presidente, sem ponderarem o risco de desprezar a hierarquia e disciplina militar e o contexto político do país, apoiaram inteiramente o movimento. A revolta aconteceu em 25 de março de 1964, e no dia 27 do mesmo mês o governo decretou a anistia dos revoltosos.

> Os marinheiros e fuzileiros navais que se encontravam no Palácio dos Metalúrgicos foram transferidos esta tarde para o quartel do Batalhão de Guardas. A seguir, foram liberados, após entendimentos mantidos pelo presidente Goulart com deputados da Frente de Mobilização Popular e lideres do Comando Geral dos Trabalhadores.[432]

Esse ato levou à demissão do Ministro Silvio Mota e à insatisfação dos militares. A ala radical do PTB incentivou a revolta dos marinheiros, sem perceber o quanto esse fato colocava em risco a permanência das instituições democráticas. A reação não demorou: um dia depois, a imprensa, a alta oficialidade das Forças Armadas e os conservadores atacavam o presidente, exigindo o restabelecimento da ordem. [433]

Daniel Aarão Reis Filho [434] adverte que a decisão do ministro Sílvio Mota de impedir a assembléia comemorativa, “que nada tinha de ilegal”, fora arbitrária e desafiadora, e que a anistia significou uma tentativa de neutralidade. Todavia: “[...] na queda de

---

[430] FERREIRA.In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 387.
[431] FERREIRA. In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 387.
[432] Em liberdade provisória os marinheiros rebeldes. Bancos de Dados Folha. Acervo *on line*. **Folha de S.Paulo**, sábado, 28 de março de 1964. Disponível em <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil27mar1964htm.> Acesso em: 08 mar. 2006.
[433] FERREIRA. In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 389,391.
[434] REIS FILHO. In: FERREIRA, 2001, p. 343.

braço, Jango tomou o partido dos marinheiros, e o ministro caiu. Seria impossível convencer a opinião conservadora e, sobretudo os militares, de que a decisão presidencial fora salomônica".

Depois do episódio, intensificaram-se ainda mais as acusações contra o governo. A imprensa noticiava e os meios políticos alarmavam que havia chegado o momento do país assistir à tomada do poder pelos comunistas. Persistia a guerra psicológica contra Goulart, tendo como um dos refrões da acusação a tolerância com atividades comunistas. No entanto, afirma João Pinheiro Neto,[435] seu Ministro do Trabalho e da Previdência Social, que Goulart era um defensor do capitalismo, porém um capitalismo mais humano, "patriótico":

> Na curta, tumultuada e inquieta Presidência de João Goulart,... o pensamento prioritário do saudoso líder e amigo era o de realizar o que até hoje não se conseguiu no Brasil. A reforma da sociedade brasileira, em termos de um capitalismo humano, racional, aberto, justo, igual para todos, ao menos nas oportunidades.[436]

Apesar disso, os militares, já comprovadamente e há muito tempo descontentes com o que consideravam o caos, tiveram ainda o incentivo de um último fato, que fez com que ultrapassassem a guerra psicológica e partissem para o ataque: o discurso de Jango, no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, para cabos e sargentos. O acontecimento foi percebido dentro das Forças Armadas como um incentivo do próprio presidente da República à indisciplina e ao desrespeito à hierarquia.[437] Na opinião de Ferreira[438], foi justamente esse discurso no Automóvel, aliado à anistia aos subalternos da marinha que convenceu os legalistas a se unirem aos golpistas. Para esse autor, foi "uma questão de sobrevivência da própria instituição".

Na versão publicada em 27 de março de 1994, de Jânio de Freitas, colunista da Folha de São Paulo, a farsa do governo de que haveria um dispositivo militar preparado para garantir as reformas é que teria acelerado o golpe. Afirma ele que, acreditando estarem os ânimos já muito exaltados e que a qualquer hora o

---

[435] PINHEIRO NETO, 1993, p. 38.
[436] PINHEIRO NETO, 1993, p. 38.
[437] FERREIRA, 2006, p. 116.
[438] FERREIRA, 2006, p. 119.

dispositivo militar janguista poderia ser acionado, os golpistas se anteciparam e depuseram o presidente da República.

> Na noite do dia 30, estava generalizada a convicção de que o discurso indicara faltar pouco para alguma iniciativa extremada de Jango. Duas personagens puseram-se imediatamente de acordo na idéia de antecipar-se, precipitando o levante, já no dia seguinte, 31: Magalhães Pinto, governador de Minas e aspirante à sucessão de Jango, e o marechal Odylio Denys, que nove anos antes conduzira as derrubadas dos presidentes Café Filho e Carlos Luz. A decisão consolidou-se com a adesão do ramal-motriz da conspiração: o general Vernon Walthers, cabeça da CIA no Brasil, garantia a intervenção militar americana se o êxito da rebelião fosse ameaçado pelo"dispositivo militar".[439]

Segundo Otávio S. Dulci,[440] entretanto, não havia dispositivo militar algum por parte do governo e muito menos uma farsa montada no sentido de ameaçar a direita. Havia sim, uma conspiração envolvendo setores militares e civis visando à derrubada de Goulart, incluindo a mobilização da opinião pública. As acusações eram múltiplas: apoio aos comunistas, continuísmo e até a ameaça de uma "República Sindicalista".

Se a revolução não era o objetivo de Goulart, o mesmo não se pode dizer dos outros grupos de esquerda. De acordo com Ferreira,[441] havia, por parte desse grupo, uma tentativa de tomar o poder via revolução armada. Acreditavam que o "confronto" era o único meio de efetivar as medidas nacionalistas e reformistas prometidas pelo presidente.

O "confronto" também foi a alternativa da direita para frear o movimento a favor das reformas. No dia 30 de março de 1964, as tropas do general Mourão Filho desciam a serra mineira. Naquele momento, iniciava-se uma nova etapa política, que mudaria os rumos do país para as próximas duas décadas.[442] Lia-se na Folha: "toda a região do Vale do Paraíba estava sob controle das forças fiéis ao general Kruel, com a

---

[439] FREITAS, Jânio de. Farsa precipitou o movimento militar. Bancos de Dados Folha. Acervo on line. **Folha de São Paulo**, domingo, 27 de março de 1994. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_9htm.> Acesso em: 08 mar. 2006.
[440] DULCI, 1986, p. 199.
[441] FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: frente de mobilização popular. **Revista Brasileira de História**. vol. 24, nº 47. São Paulo, 2004, p. 200.
[442] REIS FILHO. In: FERREIRA, 2001, p. 322.

rodovia Presidente Dutra fortemente policiada por tropas do II Exército e da Força Pública".[443]

Ainda no dia 30, à tarde, sabendo da movimentação das tropas, o presidente da República ainda tentou negociar. Buscou fazer com que os comandantes militares mantivessem a lealdade ao regime e ao governo. Os generais admitiam negociar, desde que Goulart renunciasse ao apoio das esquerdas, dos comunistas, colocasse o CGT na ilegalidade e fechasse vários sindicatos. Goulart não queria trair sua base política, por isso não aceitou a proposta. Até mesmo o general Kruel, seu amigo pessoal, comandante do II Exército, impôs as mesmas condições. Todavia Goulart não desejava manter a presidência a qualquer custo, passando por cima dos que o apoiavam. Ceder significaria ser "cúmplice da repressão sobre os sindicatos e as esquerdas. Para ele, isso seria inadmissível. Preferia cair a assumir um papel tão triste".[444] Ferreira explica porque a negociação de Jango não foi bem sucedida:

> Não se tratava, nesse momento, de um levante promovido por forças minoritárias das Forças Armadas em aliança com grupos civis golpistas descontentes com derrotas eleitorais, [...] tratava-se do conjunto da oficialidade do Exército, Marinha e Aeronáutica temendo a integridade das próprias corporações, com o apoio de amplos grupos sociais e de instituições da sociedade civil.[445]

Portanto, na concepção de Jorge Ferreira,[446] Goulart não pode ser acusado de ser o causador da polarização e radicalização política, tão pouco de incentivar o "confronto", contrário às suas convicções. Apesar disso, afirma que, se quisesse, Jango poderia ter evitado que as iniciativas do general Mourão ganhassem corpo e ficassem incontroláveis. Várias organizações estavam preparadas para reagir, como por exemplo, o CGT e a UNE, mas o presidente não se decidia. Deflagrado o golpe, de Brasília Jango foi para Porto Alegre, onde decidiu que não resistiria, sabendo que os golpistas contavam com a ajuda estrangeira. Sua alternativa foi o exílio no Uruguai. Não queria derramar o sangue dos brasileiros, como assegura o

---

[443] Invasão do II exército no Vale do Paraíba. Bancos de Dados Folha. Acervo on line. **Folha de S.Paulo**, quarta-feira, 01 de abril de 1964. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_1abr1964htm. >. Acesso em: 08 mar. 2006.
[444] FERREIRA.In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 396.
[445] FERREIRA, 2006, p. 118-119.
[446] FERREIRA.In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 397.

depoimento de Raul Ryff, secretário de Imprensa da Presidência da República de 1961 a 1964:

> Segundo me disse o Brizola, Jango teria dito a ele lá no exílio: "Se eu soubesse que iam fazer essas violências todas contra o povo brasileiro eu teria resistido de qualquer maneira". Naturalmente, ele imaginou que seria como aquela queda do Getúlio: caía e tal [...] ia para o exílio na fazenda, um exílio dentro do território nacional, um exílio político, e depois a coisa retomaria os seus caminhos normais. Mas não aconteceu isso. Foi um golpe de novo tipo. [447]

"Nenhuma força será capaz de impedir que o governo continue a assegurar absoluta liberdade ao povo brasileiro".[448] A frase otimista de Jango no discurso do dia 13 de março não se concretizou, o golpe estava dado. Um poderoso golpe, no PTB, partido de Goulart, na atuação junto aos trabalhadores, nos movimentos populares e trabalhistas, nas reformas de base e nas esquerdas, que também as defendiam. O PTB era um partido insuportável às forças conservadoras. Após o golpe, foram os políticos petebistas e as lideranças trabalhistas os primeiros a sofrerem a repressão policial.[449] Sem que nenhum dos grupos envolvidos respeitasse as regras do jogo político, caiu o herdeiro de Getúlio e o partido por este criado, ato seguido de repressão aos sindicatos, sua base política.[450]

2.4.3 O PTB diante do golpe

Diversas teorias surgiram como explicação para o golpe militar de 1964, muitas já antigas e ultrapassadas. Uma das explicações recai sobre a fragilidade do Sistema Partidário criado em 1946. Segundo Maria do Carmo Campello de Souza,[451] a autonomia do partido e do sistema está posta justamente em sua capacidade de representar os interesses do seu grupo e de converter essa representatividade em ação política. Nesse sentido, o fortalecimento dos órgãos burocráticos do Estado e a

---

[447] Entrevista concedida a Argelina Figueiredo e Valentina da Rocha Lima em 18/05/1982 a 01/07/1982. Disponível em < http://www.cpdoc.fgv.br/nav-jgoulart/htm/depoimentos/raulryff.asp >.Acesso em: 27 mai. 2006.
[448] Discurso de João Goulart no Comício da Central no dia 13 de março de 164, conhecido como "Discurso das Reformas", apud SILVA, 1975, p. 465.
[449] PAES, 1992, p. 35.
[450] FERREIRA.In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 400.
[451] SOUZA, 1990, p.48.

centralização de maior parte das decisões importantes no executivo federal enfraqueciam o grau de institucionalização do sistema. Em 1964, esse sistema partidário com baixo grau de institucionalização e criado à sombra do Estado Novo, entra em grave crise, verificando-se a decadência do equilíbrio entre executivo e legislativo. Os fatores de dispersão levariam então a um realinhamento das forças políticas.[452]

Outro autor, Olavo Brasil de Lima Junior[453], acredita que a crise encontra sua explicação no processo de inclusão dos novos grupos na arena política: os setores populares e médios, havendo aí uma mudança que não foi absorvida pelos partidos vigentes. Para essa vertente, a destruição do sistema partidário teria surgido em sua gênese, acelerada pelo processo de ascensão de novos grupos, como os trabalhadores. Além do enfraquecimento do sistema, Gláucio Soares[454] entende que a direita e as coligações tiveram papel preponderante na crise política vivenciada nos últimos meses que antecederam o golpe de abril de 1964. A perda de primazia dos partidos conservadores, concomitantemente com a crescente industrialização e urbanização, levaram ao enfraquecimento do sistema. Vendo diluída sua força eleitoral, os partidos buscaram conquistar os ganhos eleitorais por meio das coligações e alianças, o que acabou por deteriorar o próprio sistema partidário.

> Segundo Duverger,[455] as alianças e as coligações admitem um tom muito variado, desde uniões provisórias, visando lucros eleitorais e a derrubada ou sustentáculo do Governo, até uniões duráveis "assemelhando-se a um super partido".[456]

Nesse ponto, concorda Wanderley Guilherme dos Santos[457] que os partidos formaram diferentes coalizões parlamentares. Partidos unidos para votação de determinada pauta poderiam estar em lados opostos em outra votação. Diante da polarização política, as coalizões parecem ter ocorrido visando vetar as propostas de reforma, principalmente a agrária.

---

[452] SOUZA, 1990, p. 167.
[453] LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. O sistema partidário brasileiro. In: FLEISCHER, 1981, p. 27.
[454] SOARES, Gláucio A. D. Sociedade e política no Brasil. In: FLEISCHER, 1981, p. 3-4.
[455] DUVERGER, 1980.
[456] DUVERGER,1980, p.38
[457]SANTOS, Wanderley Guilherme. Coalizões parlamentares e instabilidade governamental. In: FLEISCHER, 1981, p. 267.

No entanto, Ferreira[458] adverte que essas abordagens não levam em conta a atuação dos grupos de esquerda no processo de radicalização política que antecedeu ao golpe. Ameaçando as instituições democráticas, os radicais de esquerda contribuíram em muito para o acirramento da crise política que culminou no golpe militar em 1964. Por sua vez, a análise de Argelina C. Figueiredo[459] evidencia que o fraco compromisso com a manutenção das regras democráticas por parte dos grupos antagônicos -direita e esquerda - contribuiu para o fracasso de uma solução institucional para as reformas em 1964. As instituições democráticas não resistiram à pressão de forças polarizadoras e radicalizadas, a favor e contra a mudança social.[460]

Outra vertente historiográfica, superada, como a de Thomas Skidmore,[461] tende a abordar o golpe militar de 1964 apontando como fator preponderante a forma como Jango conduzia a política do país, classificando-o de populista, ineficiente, demagogo e outros adjetivos desmerecedores. Entretanto, muitos autores são unânimes em rebater esse tipo de interpretação. Bandeira é enfático ao afirmar que Jango não se comportava como um demagogo, "que entorpecia as massas e as desorganizava, para resguardar o domínio do grande capital". [462] Era um reformista, sua política se sustentava nos trabalhadores organizados, nos sindicatos e num partido político, o PTB. Um partido de composição operária, cuja prática política não se assemelhava ao populismo. Formava uma consciência de classe e uma voz corrente do movimento operário. [463]

Aarão Reis[464] afirma, além disso, que Jango acabou deposto, não pelas suas imperfeições, mas por suas virtudes. Ou seja, quando ele buscou efetivar as reformas de base e implementar as modificações estruturais na vida brasileira.

---

[458] FERREIRA.In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p.346.
[459] FIGUEIREDO, Argelina C. Democracia e reformas**:** a conciliação frustrada. In: TOLEDO, Caio Navarro de. **1964, visões críticas do golpe:** democracia e reformas no populismo. São Paulo: UNICAMP, 1997.
[460] FIGUEIREDO, 1997, p. 47 e 53.
[461] SKIDMORE, 1982.
[462] BANDEIRA, 1978, p. 28.
[463] MORAES, 1989, p. 28.
[464] REIS FILHO, 2001, p. 347.

Argelina Figueiredo[465] também salienta que o desrespeito às regras democráticas vinha dos dois lados, esquerda e direita. Os grupos de esquerda, decididos a implantar as reformas, não se furtariam a passar por cima da lei. Aceitariam, sim, as regras democráticas, desde que fossem a favor das reformas, acreditando que a solução da crise pudesse ultrapassar os limites institucionais sem graves conseqüências para o país. A direita, por sua vez, acolhia a democracia apenas enquanto podia permanecer com sua posição privilegiada de patrão e dono de terra. Para essa autora, “nenhum deles aceitava a incerteza inerente às regras democráticas".

Como salienta Ferreira,[466] em 1964, “a bandeira da legalidade mudou de mãos”. Nas crises de 1954, 1955 e 1961 a ameaça golpista vinha da direita,[467] portanto, nesse caso, tratava-se de defender a democracia. Ameaçando ultrapassar os limites institucionais para a implementação das reformas, as esquerdas deram aos conservadores a justificativa de que precisavam para intervir no processo democrático, conseguindo inclusive o apoio de alguns grupos sociais, como a classe média.

Nesse sentido, também adverte Daniel Aarão Reis Filho[468] que, em 1961, era imperativo resguardar o regime democrático e a legalidade ameaçada pelos conservadores golpistas[469]. Em 1964, era um programa de reformas “na marra” que ameaçava passar por cima das instituições e da democracia. Portanto, a ordem se invertia: quem defendia a legalidade, agora investia contra ela.

Para o jornalista Raul Ryff, secretário de imprensa do presidente, a grande causa do golpe foi a reação da imprensa. "Toda a imprensa estava contra ele. Os grupos reacionários nacionais e internacionais se mobilizaram imediatamente para impedir a

---

[465] FIGUEIREDO, 1993, p. 202.
[466] FERREIRA. In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 338.
[467] Ferreira entende como direita o projeto liberal conservador, protagonizado pela UDN, de alinhamento com os EUA, de abertura ao capital estrangeiro, política econômica ortodoxa e monetarista, anticomunismo, restrição do movimento sindical e perseguição às esquerdas. FERREIRA, Jorge. 2006, p. 123.
[468] REIS FILHO. In: FERREIRA, 2001, p. 328.
[469] Por grupos conservadores podemos entender: os empresários, latifundiários, políticos reacionários reunidos na Ação Democrática Parlamentar (ADP), militares golpistas e a Igreja tradicionalista. FERREIRA, Jorge. 2006, p. 96

ação do governo".[470] De fato, segundo Ferreira,[471] a mídia veiculava críticas tanto ao governo de Vargas quanto ao de Goulart, com o intuito de barrar as organizações trabalhistas.

Dessa maneira, após o golpe, os governantes trataram de “sanear” o cenário político, com medidas institucionais e prisões de todos aqueles que potencialmente pudessem se opor ao novo regime. Uma dessas medidas, o Ato Institucional número dois extinguia o sistema partidário criado em 1945. Vinte anos depois da queda do Estado Novo, o pluripartidarismo é substituído pelo bipartidarismo.[472]

Torna-se importante, nesse momento, frisar a conclusão a que chega Ferreira em seu livro *A democracia no Brasil*. Segundo esse autor, durante os anos de 1945 a 1964, o povo não agiu como espectador, ele foi às ruas em várias crises: na deposição de Getúlio, em 1945, após seu suicídio, em 1954, na luta pela legalidade, em 1961, e após esse momento foi às ruas também pedir a implementação das reformas de base e exigir participação política, e melhora de suas condições de vida e de trabalho. Portanto, mais uma vez pode-se afirmar que o conceito de populismo não cabe a esse período da história, pois desmerece e desqualifica a democracia brasileira, já que a população tinha consciência de suas exigências e vivia uma politização crescente.[473] Nesse sentido, o golpe, como tão certamente assegura Maria Celina D”Araújo,[474] foi contra o PTB e contra a ascensão dos trabalhadores, e uma investida contra os grupos de esquerda, diante da conjuntura de Guerra-Fria e de caça aos comunistas.

2.4.4 A ilusão esquerdista

O golpe que depôs João Goulart do poder, em 1º de abril de 1964, sem dúvida, contou com a participação de vários atores, inclusive da esquerda. Jorge Ferreira[475]

---

[470] MORAES, 1989, p. 271.
[471] FERREIRA. In: FERREIRA, 2001, p. 119.
[472] DELGADO. In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 133.
[473] FERREIRA, 2006, p. 125.
[474] D’ARAÚJO, apud FERREIRA, 2005, p. 368.
[475] FERREIRA, 2004, p. 184.

alerta que, a partir de 1964, várias foram as tentativas de explicação do golpe, sem levar em conta, contudo, o papel das esquerdas no processo de radicalização política. Clareando o entendimento das incertezas que permeavam o imaginário dos grupos antagônicos, direita e esquerda, Ferreira procura mostrar a ação das esquerdas na crise política, verificada nos últimos meses do regime democrático do governo Goulart.

Os grupos de esquerda formados, entre outros, pelo CGT, Partido Comunista Brasileiro (PCB), Frente Mobilização Popular (FMP) e ligas camponesas, tendo a frente Leonel Brizola, pressionaram a todo o momento o presidente Goulart pela implantação das reformas de base. A FMP formava um grupo apartidário, cujo principal objetivo era a reforma estrutural do país. Seu líder, Brizola, por meio dessa frente, instigava o presidente a implementar as reformas, afirmando que ele e seu grupo o apoiariam, à revelia de outras forças que compunham a sociedade.[476]

O sucesso da revolução cubana servia também para alimentar a ilusão esquerdista. De acordo com Marighella, "[...] a vitória da Revolução Cubana exerce uma fascinante influência no estado de espírito das massas e contribui para radicalizar ainda mais o processo democrático brasileiro".[477]

O tom radical denunciava também outra ilusão. Os radicais da esquerda não acreditavam que os militares tivessem realmente coragem de depor o presidente. Além disso, pensavam que a mobilização popular amedrontaria o Congresso a ponto de aprovarem as reformas.[478] As esquerdas estavam convictas de que, para modificar o país e estabelecer políticas nacionalistas, seria imprescindível o confronto com a direita, acreditando possuírem força suficientemente maior do que esse grupo.[479] Sendo assim, num possível confronto, a esquerda tinha certeza de que o povo estaria com eles, e por essa crença, para um embate, apenas

[476] FERREIRA, 2004, p. 186-187.
[477] MARIGHELLA, apud SEGATTO. In: FERREIRA, p. 239.
[478] FERREIRA, 2004, p. 211.
[479] FERREIRA, 2004, p.189.

precisavam que Goulart se colocasse numa posição também de confronto. Segundo Ferreira, era "uma crença desmedida em suas capacidades e possibilidades".[480]

Maria Celina Soares D'Araújo[481] também afirma que as esquerdas pretendiam um continuísmo de Goulart, e, para tanto, valorizaram além da conta a força do movimento popular. Da mesma forma, existia o grupo brizolista, que pretendia a ascensão de Brizola como líder do governo para que, mais energicamente, se implementassem as reformas, acreditando na mesma força de mobilização.

Estourando o golpe, tanto o governo quanto o PTB perceberam tarde demais que a força popular fora supervalorizada. Goulart foi deposto sem que a massa oferecesse a sustentação que seus líderes prometiam.[482] A bancada majoritária no Congresso era contrária às reformas, conseqüentemente, para as esquerdas, as esperanças de conseguirem transformar o país pela via legal eram bem pequenas. Assim, esse grupo solidifica a idéia de uma reforma à revelia do Congresso e por meio do Executivo, acreditando possuir as condições concretas para o feito. A legalidade, juntamente com as instituições democráticas, era colocadas em segundo plano:

> Teria o Executivo suficiente força ou poder para impor as reformas por este caminho? Imaginava-se que sim. O grande trunfo seria o dispositivo militar, capaz não só de barrar um golpe ou uma reação de direita, mas também, através de uma ação enérgica e com o apoio das massas, desencadear o processo reformador.[483]

A vitória da Campanha da Legalidade, do Plebiscito, as vitórias do Brasil nos esportes na década de 1960 e no concurso de Miss Universo alimentavam a euforia popular e das esquerdas. Como assevera Jorge Ferreira, "tudo parecia dar certo para o Brasil. Não havia razão para esperar, acreditaram-se fortes o suficiente para impor aos conservadores uma derrota histórica".[484]

---

[480] FERREIRA, 2004, p. 198.
[481] D'ARAÚJO. In: SOARES, 1994, p, 14.
[482] D'ARAÚJO. In: SOARES, 1994, p, 19.
[483] SEGATTO. In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 238.
[484] FERREIRA, 2006, p. 94.

2.4.5 A “ameaça” de uma república sindicalista

No governo Vargas, com a implantação de novas indústrias, houve um aumento do emprego urbano, gerando, por conseqüência, uma migração interna do campo para a cidade e, por conseguinte, um crescimento dos sindicatos.[485] Paralelamente, o governo incentivava a participação política do movimento, esperando, assim, possuir o controle das mobilizações populares, promovendo um fortalecimento dessa organização.[486]

Já em 1950, os assalariados movimentavam-se com autonomia política, expressando seu descontentamento com a política econômica. Nessa época, também, dentro do PTB, ganhavam espaço líderes comprometidos com o trabalhismo e o reformismo. Já em 1952, emergia a liderança de João Goulart, que, como presidente do PTB, tinha a tarefa de intermediar os conflitos entre trabalhadores e governo. A política de João Goulart era a conciliação, estabelecendo o diálogo tanto com comunistas quanto com sindicalistas, além de incentivar a participação política dos trabalhadores. [487]

Desde 1955, como já foi dito, apesar de todo o esforço de Juscelino em controlar os sindicatos, a estrutura do Ministério do Trabalho ajudou a estabelecer uma relação entre o PTB e esses sindicatos, contribuindo para que o partido atuasse no aparelho de Estado. A dificuldade era que o PSD não possuía tradição trabalhista que pudesse intermediar a relação com os sindicatos, diferentemente de João Goulart que, além da experiência na política trabalhista, possuía uma equipe específica de política sindical capaz de manter, de forma eficiente, os contatos com os trabalhadores. Esse perfil político não era tolerado pela oposição, que, a todo momento, o acusava de pretender a criação de uma “República Sindicalista”.[488]

O PTB, nesse período, usava a máquina governamental na distribuição de benefícios, permitindo ao partido, juntamente com o movimento sindical, galgar uma atuação que ultrapassava o controle do governo - utilizando para isso os próprios

---

[485] DELGADO, 1989, p. 198.
[486] DELGADO, 1989, p. 261.
[487] NEGRO e SILVA. In: FERREIRA, 2003, p. 67.
[488] DELGADO, 1989, p. 189.

recursos do Estado. Essa limitação de atuação sindical passa a ser superada com a inserção de lideranças novas no PTB, mais à esquerda e menos comprometidas com o getulismo, contribuindo para uma ação sindical mais autônoma.[489]

A ação conjunta do PTB, aliado ao PCB, de luta pela implementação das reformas incentivava os sindicatos a assumirem essas mesmas reivindicações. Assim, tanto os sindicatos quanto os partidos passaram a lutar pelas transformações sociais por dentro e por fora do aparelho de estado.[490] Embora a intermediação do PTB sobre os sindicatos possibilitasse a estabilidade política no governo de Juscelino, essa atuação, por sua vez, alarmava seus oposicionistas. A UDN e os militares usaram a ligação do PTB com os sindicatos, a união com o PCB e o apoio dado às manifestações populares como justificativa de intervenção militar na política do país em 1964.[491]

O CGT, uma das principais lideranças dos trabalhadores na década de 1960, possuía uma atuação muitas vezes contrária ao presidente Goulart. Radicalizava a luta por reformas, alimentando os argumentos oposicionistas que acusavam Jango de ter planos de fundar uma "República Sindicalista": "o que essas vozes temiam era o assim chamado 'superpoder sindical', o esteio da 'República Sindicalista'".[492] Esse temor era alimentado por algumas ações de Goulart, que passou a endurecer o seu discurso "superestimando a força de seus aliados [...], e em determinados momentos [...] a secundarizar as instituições, e a desprezar a legalidade democrática vigente".[493]

Essa forma de atuação sindical foi um dos fatores que levaram a direita a urdir o golpe de 1964. Acreditava-se que as lutas sindicais ultrapassariam tanto o controle do Estado que poderiam efetivar uma reforma radical na estrutura econômica, social e política do país.[494]

---

[489] DELGADO, 1989, p. 192.
[490] DELGADO, 1989, p. 265.
[491] DELGADO, 1989, p. 194.
[492] NEGRO e SILVA. In: FERREIRA, 2003, p. 87.
[493] SEGATTO. In: FERREIRA, 2003, p. 238.
[494] DELGADO, 1989, p. 267.

De fato, a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social foi para os sindicatos um meio importante de ganhar maior poder. Por meio dessa lei, a direção do Instituto seria colegiada, revezando-se na administração: representantes dos empregados, do Estado e dos empregadores. A partir da aprovação dessa lei, em 1960, os sindicatos ampliaram suas pretensões autonomistas, de ampliação de seu poder político. Portanto, os sindicatos, no governo Goulart, ameaçavam a todo momento romper com as vias de controle, usando o próprio aparelho de Estado, a Previdência Social. [495]

Os nacionalistas ligados ao PTB na década de 1960 ganharam expansão e influência no movimento sindical urbano e rural, controlando também as organizações não oficiais ligadas ao sindicato legal, dentre elas o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), criado em agosto de 1962. Essa liderança nacionalista significou uma maior atividade e autonomia nas lutas sindicais.[496] Outro fator que alimentava as suspeitas da direita era a expansão comunista via sindicato, tanto pela inserção da baixa oficialidade das forças armadas nas manifestações sindicais, quanto pela própria conjuntura de Guerra-Fria, exacerbada pela “crise dos mísseis”: em 1962, Moscou reconheceu Cuba como um regime socialista e pouco depois instalou mísseis atômicos na ilha. Quando os satélites norte-americanos detectaram a presença dos mísseis soviéticos, o mundo mergulhou em treze dias de puro pavor, imaginando estarem à beira de uma guerra nuclear. A reação dos Estados Unidos foi decretar um bloqueio naval a Cuba e exigir a imediata retirada dos mísseis, aumentando a tensão internacional.[497]

No final de 1963, tentando uma reaproximação com a direita Jango procurou, junto ao movimento sindical, substituir as lideranças reformistas/nacionalistas, que lutavam de forma intensa pela implantação das reformas, por lideranças mais conservadoras, adeptas do controle e conciliação.[498] No entanto, nitidamente, os interesses da classe trabalhadora eram incompatíveis com os da burguesia nacional, impossibilitando uma conciliação entre esses dois grupos. Sentindo-se isolado, ao

---

[495] DELGADO, 1989, p. 277.
[496] DELGADO, 1989, p. 273.
[497] BARROS, Edgar Luís de. **A Guerra Fria:** a aliança entre russos e americanos: as origens da guerra fria, a destruição atômica é irreversível? São Paulo: Editora Atual. 1988, p.54.
[498] DELGADO, 1989, p. 280.

final do ano de 1963, Goulart procurou o apoio dos sindicatos e do movimento popular, comprometendo-se com os projetos reformistas.[499]

Ainda assim, os sindicatos continuaram a pressionar João Goulart para que abandonasse a conciliação e implementasse as reformas, mesmo que para isso precisasse passar por cima do Congresso. À medida que ia aumentando a radicalização política, Brizola, líder da FMP, aumentava o grau de ameaça. Seu discurso, inicialmente pacífico, passava a empregar um tom mais agressivo, ameaçando unir as forças de esquerda em uma revolução.[500] Inclusive, ressalta Jorge Ferreira[501] que Leonel Brizola instigava o presidente a dar o golpe antes que as forças conservadoras o fizessem. No entanto, conciliador, o presidente não considerava essa opção.[502]

Mais radicais ainda e cansadas da conciliação, as ligas camponesas possuíam também focos revolucionários onde havia treinamentos militares e planos de revolução armada, pretendendo a derrubada do presidente. Além dessa ameaça real, havia por parte da direita – empresários, militares golpistas, políticos conservadores do PSD e da UDN – uma ampla propaganda contra o governo, declarando que Goulart pretendia dar o golpe e implantar no país um regime comunista.[503]

Assim, cada vez mais as forças se polarizavam. Muito embora estivesse mais preocupada em proteger seus interesses do que propriamente o país, a direita apossava-se do discurso de defesa da nação diante da ameaça anarquista e comunista. Na outra ponta, estava a esquerda, com posições radicalizadas a favor das reformas. Alimentando a crise, o sindicalismo, unido à UNE e às ligas camponesas, admitia como estratégia para atingir seus objetivos apenas o confronto.[504]

---

[499] DELGADO, 1989, p. 284.
[500] FERREIRA, 2004, p.188.
[501] FERREIRA, 2004, p. 189.
[502] FERREIRA, 2004, p. 190.
[503] FERREIRA, 2004, p.190.
[504] FERREIRA, 2004, p. 210.

Sem muitas opções, Goulart decidiu-se pela aliança com a esquerda. O Comício do dia 13 de março de 1964 na Central do Brasil mostrou um Goulart comprometido com os ideais desse grupo. Nesse comício, Brizola defendia um governo do povo e o fechamento do Congresso Nacional e sua substituição por um congresso composto por, entre outros grupos, operários e camponeses.

Alimentando o clima de tensão, os suboficiais das forças armadas, que tiveram seus mandatos suspensos depois de eleitos, reagiram ameaçando tomar o poder, invadindo a capital, Brasília. Opositores de Goulart usavam fatos como esse como argumentos de oposição. Carlos Lacerda, por exemplo, acusava o governo de permitir a infiltração comunista nos sindicatos.[505] Nas rádios e jornais do país, também se denunciava o perigo de golpe pela esquerda e a implantação do comunismo no país. [506]

Todavia, segundo Delgado,[507] os sindicatos não pretendiam a tomada do poder. Mesmo porque os comunistas atuantes na direção dos sindicatos optaram por uma transformação social por via pacífica, como já foi dito. Ainda assim, as lutas populares atingiram um nível elevado de polarização, amedrontando as forças conservadoras. Os conservadores entendiam que, se nada fosse feito, a estrutura política, econômica e social seria modificada, colocando em cheque o domínio que até então era exercido pela elite tradicional.

Maria Celina D'Araújo[508]afirma que, por outro lado, o grupo reformista radical do PTB, liderado por Brizola, e os demais setores de esquerda, como os sindicatos, pretendiam tomar o poder e passar por cima das instituições democráticas.

Na opinião de Jorge Ferreira, a esquerda pretendia ultrapassar o discurso radical e atingir as reformas via revolução, ou seja, pela "estratégia do confronto".[509] O autor cita ainda que a ameaça psicológica era uma realidade. Carlos Lacerda acusava João Goulart em entrevista a um periódico, *O Jornal*, de articular a criação, no país,

---

[505] FERREIRA, 2004, p.192.
[506] FERREIRA, 2004, p.194.
[507] DELGADO, 1989, p. 286.
[508] D'ARAÚJO. In: SOARES, 1994, p. 60.
[509] FERREIRA, 2004, p. 189.

de uma central sindical com capacidade suficiente para tomar o poder e instituir a ditadura.[510]

As forças políticas, já então bastante polarizadas, passaram a se acusar mutuamente de pretensões golpistas. Nas palavras de Aarão Reis[511], "Arraes desconfiava de Brizola, que desconfiava de Jango, que desconfiava de todos". De fato, grande parte da esquerda nutria muitas críticas à democracia vigente. Realçando suas limitações, alguns grupos ameaçavam passar por cima das instituições democráticas e fazer as reformas pretendidas. As constantes greves e manifestações populares colocavam as camadas médias em pânico, receosas de perder seus privilégios. A imprensa também ajudava a criar o clima de medo, acusando o presidente de intentar a implantação da república sindicalista e o comunismo no país.

Até mesmo a Argentina de Perón, que alcançou o poder por força do movimento sindical, era usada para fomentar as acusações contra Goulart. A direita golpista veiculava na mídia que Goulart, de forma similar ao seu vizinho Perón, tentaria tomar o poder utilizando-se do movimento sindical. Carlos Lacerda reforçava, ainda, que parte desse plano incluía o fechamento do Congresso "com a imposição de uma Constituição Sindicalista".[512]

A origem do termo "República Sindicalista" é resgatada por Jorge Ferreira[513]. Segundo esse autor, tudo começou com um elogio. Wilson de Barros Leal, petebista e presidente do Sindicato dos Têxteis do Recife, exaltando os feitos de Goulart no ministério, disse que se os trabalhadores votassem nos parlamentares do PTB, poderiam formar uma "República Sindicalista". A imprensa que se opunha a Jango não demorou em usar o termo contra ele. Dessa forma, qualquer ação do governo ou do ministro passou a ser interpretada pela imprensa como uma tentativa de se implantar uma ditadura com apoio dos sindicatos, a fim de continuarem permanentemente no poder.

---

[510] FERREIRA. In: FERREIRA, 2001, p. 118.
[511] REIS FILHO. In: FERREIRA, 2001, p. 335.
[512] FERREIRA, 2005, p. 127.
[513] FERREIRA, 2005, p. 128-129.

Jango se defendia das acusações afirmando que era a UDN, e não ele, que se utilizava de “quarteladas” para tentar chegar ao poder e impedir a ascensão dos trabalhadores. O diálogo que Goulart estabeleceu entre o Estado e os trabalhadores foi chamado, a partir daí, consoante Ferreira[514], de “sindicalismo janguista”, implantado, orientado e manipulado por Jango. “Sindicalismo janguista” e “República Sindicalista”, da mesma forma que o conceito de “populismo” também devem ser temos muito questionados. Segundo Ferreira[515], aceitá-los seria “[...] admitir que as experiências e todo um conjunto de valores que forma uma cultura política sejam reduzidos a uma ideologia ‘imposta’ pelo Estado”. O que Jango fazia era tratar a gente simples com respeito, inaugurando uma nova forma de lidar com os sindicatos, dialogando. Não tinha planos de romper com as instituições, mas de desfazer as injustiças sociais, e por isso era perseguido.

[514] FERREIRA, 2005, p. 132.
[515] FERREIRA, 2005, p. 155.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei, nesta dissertação, explicar a importância do PTB para a política brasileira e a atuação desse partido diante das demandas sociais dos trabalhadores. *O PTB: entre o Estado e as massas (1945-1964)* procede de um recorte temporal e analítico, que, sem dúvida, não esgota o assunto e muito menos preenche todas as lacunas. A motivação para estudar o PTB surgiu da inconformidade e da vontade de entender como um partido que trouxe à cena política o trabalhador e canalizou suas expectativas de igualdade social, lutando pela aplicação das leis trabalhistas na década de 1940 e pela legalidade em 1961, atinge um fracionamento tão latente em 1964, que não consegue articular a defesa do regime.

O advento da República no século XIX não trouxe a igualdade social proclamada pelos republicanos. As desigualdades somente poderiam ser superadas com a possibilidade de participação política do trabalhador. Vargas foi o homem público que estabeleceu um conjunto de leis sociais e trabalhistas que valorizava os trabalhadores. Atentos ao discurso de Getúlio, esses atores souberam agir dentro dos limites e fronteiras possíveis. Para expressar sua vontade política, ingressaram no PTB. O Partido Trabalhista Brasileiro, em seus primórdios, apresentava como característica política central a ligação com o aparelho administrativo do Estado, via Ministério do Trabalho.

Em um segundo momento, o partido apresentou uma trajetória de gradativa desvinculação em relação ao getulismo, adotando um projeto reformista. Alberto Pasqualini foi o idealizador mais significativo dessa tendência e suas idéias norteadoras do programa do PTB permaneceram vivas ao longo da história do partido. Durante os anos de sua existência, o partido se modificou, em grande parte devido à formação de alianças intra e suprapartidárias e à formação de grupos mais ideológicos e doutrinários dentro do partido, que o fizeram se distanciar de seus objetivos iniciais de conter o avanço do partido comunista e reforçar o mito getulista.

Após a morte de Getúlio, o alvo dos ataques udenistas foi João Goulart. Considerado herdeiro do getulismo, Jango causava temor em seus opositores pelo diálogo que estabeleceu com os trabalhadores e por sua aproximação com os comunistas. Dentro do partido, desde sua gênese, em 1945, existiam vários grupos

disputando a liderança. Os que mais se destacaram foram os getulistas pragmáticos, os doutrinários trabalhistas e os pragmáticos reformistas. A partir de 1955, uma facção mais à esquerda assumiu a liderança do partido, e foi esse grupo que, na década de 1960, dirigiu as manifestações populares. A década de sessenta apresentou-se como um período de mudanças, esperança no futuro, e de demasiada crença da esquerda em sua própria força.

Todos, em 1964, acreditaram que as mudanças salariais, no nível de vida e nas leis sociais poderiam ocorrer por uma única via, a do embate. O PTB, apesar de ter superado sua tendência getulista, partiu para um reformismo radical, instando o presidente a abandonar a legalidade e implementar as reformas na marra. O PTB, em posição intermediária – entre o Estado e as massas –, entendeu que os trabalhadores possuíam vontade própria e exigiam, por meio de suas organizações, os sindicatos, reformas que levassem a uma sociedade mais eqüitativa. Buscando efetivar seu programa de reformas, o PTB fez a opção pela mobilização dos trabalhadores e pela pressão sobre o Estado, rejeitando os acordos e conciliações.

O comício do dia 13 de março de 1964 significou, para o PTB, uma arrancada rumo a essa estratégia e, para Goulart, uma definição pela esquerda como alternativa ao isolamento político. Nesse período, o partido atingiu um grande crescimento eleitoral e aumentou sua representação no Congresso, mas também investiu na mobilização direta do trabalhador como forma de implementar as reformas de base. Nesse sentido, pode-se afirmar que o povo não agiu como massa de manobra, mas como ator que faz suas escolhas e sabe agir de acordo com as possibilidades que se apresentam.

Pretendendo desqualificar o projeto trabalhista do PTB, após o golpe de 1964 os líderes golpistas não admitiram sequer a lembrança desses tempos. Nessa tentativa de apagar a memória popular, o trabalhismo mudou de nome, foi chamado de populismo. Dessa forma, o conceito de populismo foi amplamente disseminado na academia e na cultura popular para desmerecer o projeto trabalhista e as lutas dos trabalhadores. No entanto, muitos historiadores têm feito um esforço bastante significativo a fim de mostrar o equívoco do conceito. Ultrapassado, o termo elimina as diferenças e resume os conflitos sociais e políticos do período em dois extremos: líderes trabalhistas, conscientes, demagogos e manipuladores de um lado e, de

outro, a massa robotizada. Pelo que já foi argüido, percebe-se justamente o contrário: uma população cada vez mais consciente da importância que possuía, que ia às ruas e protestava. Como mostra a música *Zé da Silva é um homem livre*:

> Passe fome, frio e sede
> Vá a pé pra Juazeiro
> Falte sal dentro de casa
> Falte gás no candeeiro
> Arengue com a esposa
> Vá dormir no Galinheiro
> Depois de ensaboado
> Falte água no banheiro
> Com medo de um boi "brabo"
> Se suba até um facheiro
> Passe seis noites de insônia
> No bolso nenhum dinheiro
> Faça tudo neste mundo
> Mas não vote em usineiro[516].

O mesmo acontece com as reflexões acerca do golpe. Uma versão já superada tende a culpar João Goulart, esquecendo do quanto as esquerdas e o próprio PTB estavam distantes dos compromissos institucionais. O diálogo entre Jango e Pinheiro Neto mostra um presidente comprometido com o programa do partido, disposto a implementar as reformas prometidas.

> Logo após o comício da Central, recebi no Laranjeiras a visita do General Amaury Kruel, comandante do II Exército [...] Naquela tarde, ele me procurou para avisar que já estava sem condições de reprimir o surto golpista, a menos que eu atendesse a certa condições , das quais ele seria o fiador junto ao poder econômico paulista e até mesmo junto às multinacionais. E que condições eram estas? Imediata revogação do *teu* Decreto de Reforma Agrária, [...] revogação da lei que regulamentava a remessa dos lucros das empresas estrangeiras para o exterior, fechamento imediato do CGT, e remessa ao Congresso, em regime de urgência , da nova Lei de greve , só a permitindo em casos excepcionais [...]
> - E o que o senhor respondeu?
> - O que tu sabes, e que depois tornou-se público. Disse ao General que abrir mão das reformas seria pior do que renunciar ao Governo ou à vida. De que me serviria, atendidas as exigências dos paulistas, deter um governo oco, meramente formal, traindo a confiança de milhões de brasileiros, abrindo mão de velhos ideais, nos quais acreditava, e ainda acredito, com toda sinceridade?[517]

Percorrer e analisar a trajetória de um partido como o PTB não foi tarefa fácil, principalmente pelo tempo disponível. Dois anos para pesquisar e, ao mesmo

---

[516] CAVALCANTE, Paulo. **O caso eu conto como foi**, apud Starling, 1986, p. 28.
[517] PINHEIRO NETO, 1993, p. 163-164.

tempo, escrever uma dissertação de mestrado, é um prazo curtíssimo, tendo em vista a vasta bibliografia sobre o tema, com suas divergentes correntes historiográficas.As dificuldades encontradas foram muitas, e a tamanha complexidade dos temas abordados nessa dissertação deu origem a uma investigação de caráter mais historiográfico do que empírico. Essa opção decorreu da necessidade de discutir termos ainda aceitos e amplamente divulgados como o populismo. No mestrado, tive a oportunidade de entrar em contato com uma bibliografia atualizada, possibilitando uma revisão desses conceitos. Nesse sentido, minha dissertação, ao trazer novamente a discussão do termo populismo, debatendo sua inadequação e o diferenciando do conceito de trabalhismo poderá contribuir para a atualização dos debates, pelo menos em nível regional.

Tendo em vista a necessidade de revisão desses conceitos, a investigação empírica foi considerada, mas para um trabalho futuro, já que se tornou necessária a revisão historiográfica. Apesar das dificuldades enfrentadas na realização desse trabalho angustiante e desafiador, mas, sobretudo, apaixonante, tenho a certeza de não ter esgotado todas as questões referentes ao assunto, mas acredito ter contribuído para a reflexão sobre o quanto ainda se aceitam os termos que desqualificam o projeto trabalhista defendido pelo PTB e a democracia vivida no período de 1945 a 1964, e o quanto ainda se relativiza, além disso, o papel relevante que o PTB protagonizou, desde sua fundação, na promoção da cidadania ao trabalhador brasileiro.

Ao final da pesquisa, concluímos não ser válida a nossa hipótese inicial. O PTB, realmente, na conjuntura do golpe, de 1960 a 1964, aprofundou sua tendência à fragmentação interna, verificada desde sua gênese e acentuada após o suicídio de Vargas em 1954. Essas cisões possibilitaram a liderança, na década de 1960, da ala mais radical, comandada por Leonel Brizola, que propunha mudanças sociais por meio de uma revolução e à revelia das instituições democráticas. Essa prática não só impossibilitou uma organização partidária de combate à conspiração golpista, mas também contribuiu para endurecê-la. Verifiquei que, apesar do discurso radical, não se pode creditar somente a um único ator a culpa pelo epílogo de 1964. As variáveis foram múltiplas e interligadas. Apesar dessa fragmentação verificada não só no PTB como em outros partidos como PSD e UDN, a ala radical do Partido Trabalhista Brasileiro, liderada por Brizola, aliado a outros grupos de esquerda,

ofereceu ao presidente Goulart refúgio no Rio Grande do Sul e o enfrentamento dos militares golpistas pelo comandante do III exército Ladário Teles.

Portanto, a implantação de uma ditadura militar no Brasil, em 1964, decorreu de variados fatores: das posturas radicais de alguns líderes da esquerda, como Leonel Brizola, da inconformidade da direita com os resultados eleitorais, da pressão dos sindicatos e do fraco compromisso dos grupos políticos com as regras e instituições democráticas. Dessa forma, podemos afirmar que tanto a direita quanto a esquerda, radicalizadas contra ou a favor das reformas, aceitavam o embate como alternativa para a crise, aprofundando cada vez mais a descrença na democracia. Na intensificação da crise, enquanto principalmente a UDN e o PSD convocavam a intervenção militar, a esquerda exigia o fim da política de negociação. Apesar disso, o PTB, não obstante ameaçasse conquistar as reformas “na marra”, trouxe para o cenário político um novo ator que, a partir da criação do partido, teria que ser levado em conta, o trabalhador.

4 REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves (coord.) [et al]. **Dicionário histórico - biográfico brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A trajetória política de João Goulart:** na Presidência da República, os gabinetes parlamentaristas. CPDOC, 2004. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav-jgoulart/htm/6na-presidencia-republica/os-gabinetes-parlamentares.asp.>. Acesso em: 08 mar. 2006.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3ª.edição. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge Luiz e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). **O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à revolução de 30**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. O Brasil republicano: v. 01.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BANDEIRA, Muniz. **O Governo João Goulart:** as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1978.

BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge Luiz e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). **O tempo do liberalismo excludente**: da proclamação da República à revolução de 30. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. O Brasil republicano: v. 01.

BARROS, Edgar Luís de. **A Guerra Fria:** a aliança entre russos e americanos, as origens da Guerra Fria, a destruição atômica é irreversível? São Paulo: Editora Atual, 1998.

BEIGUELMAN, Paula - O processo político-partidário brasileiro de 1945 ao plebiscito. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**, 5ª ed., São Paulo: DIFEL, 1968.

BENEVIDES, Maria Victória M. A união democrática nacional. In: FLEISCHER, David Verge (Org.) **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: UNB, 1981.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: Remond, René (Org). **Por uma história política**. Rio de janeiro: FGV, 1996.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda:** razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Unesp, 1995.

_____, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 3ª ed. Brasília: UNB, 1991. Tradução Carmem C. Varrialle.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa, Campinas: São Paulo, Papirus, 1996.

_____. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz, 3º edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CAMARGO, Aspásia**.** A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Bóris. (ORG.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1981, V.10.

CARVALHO, José Murilo de. **A utopia de Oliveira Viana**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991, p. 82-99.

CHACON, Vamireh**. História dos partidos brasileiros:** discurso e praxis dos seus programas. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

CERQUEIRA FILHO, NEDER, Gizlene. **Emoção e política, a aventura e imaginação sociológica para o século XXI**, 1997.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. 7ª Edição. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

COSTA, Célia Maria Leite. **A trajetória política de João Goulart:** exílio no Uruguai, o Brasil pós-golpe. CPDOC, 2004. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav-jgoulart/htm/8exilio/O-Brasil-pos-golpe.asp>. Acesso em : 08 mar. 2006.

Congresso examina o veto das forças armadas ao Sr. Goulart. Bancos de Dados Folha. Acervo on line. **Folha de São Paulo**, terça-feira, 29 de agosto de 1961. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil29agos1961.> Acesso em: 08 mar. 2006.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO Lucilia de Almeida Neves (org). **O tempo do nacional-estatismo:** do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. O Brasil Republicano: v. 2.

_____. **A trajetória política de João Goulart :** do Rio Grande do Sul para a política nacional, iniciação política, aproximação com Vargas e o PTB. CPDOC, 2004. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav-jgoulart/htm/1Do-RS-para-política-nacional/iniciação-política.asp. >. Acesso em: 08 mar. 2006

_____. Partidos trabalhistas no Brasil: reflexões atuais. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 03, n. 6, 1990, p.196.

_____. Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon (org.). **21 anos de regime militar**.Rio de Janeiro: FGV, 1994.

_____**. Sindicatos, carisma e poder:** O PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **PTB:** do getulismo ao reformismo. São Paulo: Marco Zero,1989.

_____. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. O Brasil republicano; v.03

DINIZ, Eli, O Estado novo: estrutura de poder relações de classes. In: FAUSTO, Boris. **O Brasil republicano:** sociedade e política. 6ª ed. R.J: Bertrand Brasil. Historia Geral da Civilização Brasileira. 1996. 3v.

DREIFUSS, René Armand. **1964:** a conquista do estado, ação política, poder e golpe de classe. 5ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil.** Belo Horizonte:UFMG, 1986.

ELIAS, Nobert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

Em liberdade provisória os marinheiros rebeldes. Bancos de Dados Folha. Acervo on line. **Folha de São Paulo**, sábado, 28 de março de 1964. Disponível em <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil27mar1964htm.> Acesso em: 08 mar. 2006.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo do liberalismo excludente:** da proclamação da República à revolução de 30. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. O Brasil Republicano: v. 01.

_____. **O tempo do nacional-estatismo:** do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. O Brasil republicano: v. 02.

_____. **O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. O Brasil republicano; v. 03.

_____. **A democracia no Brasil (1945-1964)**. São Paulo: Atual, 2006.

_____. **O populismo e sua história:** debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. (Org.) **O imaginário trabalhista:** getulismo, PTB e cultura popular 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. **Estudos Históricos:** Rio de Janeiro, vol. 3, nº 3, 1990.

_____ . A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 181-212, 2004.

_____. A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. **Tempo,** Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Diretora). A trajetória política de João Goulart: biografias, Jânio Quadros. **Dicionário histórico - biográfico brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 200. Disponível em : < http://www.cpdoc.fgv.br/biografias/Janio_Quadros.asp.> Acesso em: 23 mar. 2006

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas?** alternativas democráticas à crise política: 1961-1964,1993.

FREITAS, Jânio de. Farsa precipitou o movimento militar. Bancos de Dados Folha. Acervo on line. **Folha de S.Paulo**, domingo, 27 de março de 1994. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_9htm.> Acesso em : 08 mar. 2006

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. RJ: Relume Dumará, 1994.

_____. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história:** debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **A trajetória política de João Goulart:** no Governo Vargas, o Ministro dos Trabalhadores. CPDOC, 2004. Disponível em: <http//www.cpdoc.fgv.br/nav-jgoulart/htm/2no-governo-Gv/o-ministro-dos-trabalhadores.asp.>. Acesso em: 08 mar. 2006

HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas:** O PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Impressões de viagem:** cpc, vanguarda e desbunde, 1960-1970. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HOBSBAW, Eric. **Era dos extremos:** o breve século XX:1914-1991. 2ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INVASÃO do II exército no Vale do Paraíba Bancos de Dados Folha. Acervo on line. **Folha de São Paulo**, quarta-feira, 01 de abril de 1964. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_01abr1964htm>. Acesso em: 08 mar. 2006.

JÂNIO Condecora Guevara Bancos de Dados Folha. Acervo on line. **Folha de São Paulo**, Domingo, 20 de agosto de 1961. Disponível em: < http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil20agos1961htm.> Acesso em : 23 mar. 2006

JANGO surpreende o país**:** refinarias encampadas Bancos de Dados Folha. Acervo on line. **Folha de São Paulo**, sabado, 14 de março de 1964. Disponível em:<http://www.almanaque.folha.uol.com.br/brasil14mar1964.htm >. Acesso em : 23 mar. 2006.

LAVAREDA, Antônio. **A democracia nas urnas:** o processo partidário eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: IUPERJ: Rio Fundo Ed., 1991.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. O sistema partidário brasileiro. In: FLEISCHER, David Verge (Org.) **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: UNB, 1981.

LOPES, Juarez Brandão. **Desenvolvimento e mudança social:** formação da sociedade urbano-industrial no Brasil. São Paulo: Nacional, 1980.

MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil na conjuntura do golpe In: TOLEDO, Caio Navarro de. **1964, visões críticas do golpe:** democracia e reformas no populismo. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: UNB, 1982.

MORAES, Dênis de. **A esquerda e o golpe de 64:** vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismo e reforma agrária nos anos cinqüenta. **Revista brasileira de história**. São Paulo, v. 18, n. 35, 1998.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. 5ª ed., São Paulo: DIFEL, 1968.

NAVIA, Patrício. Partidos políticos como antídoto contra el populismo en América Latina. **Revista de Ciência Política.** V. XXIII. nº 1. 2003

NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

NEVES, Lucilia de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 2000.

_____. Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo. In: TOLEDO, Caio Navarro de. **1964, visões críticas do golpe:** democracia e reformas no populismo. Campinas: Ed. UNICAMP,1997.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In. FERREIRA, Jorge Luiz e DELGADO Lucilia de Almeida Neves (org). **O tempo do liberalismo excludente:** da proclamação da República à revolução de 30. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2003. O Brasil republicano: v. 1.

ODÁLIA, Nilo. O Brasil nas relações internacionais**:** 1945-1964. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. 5ª ed., São Paulo: DIFEL, 1968.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi**.** O partido social democrático. In: FLEISCHER, David Verge (Org.) **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: UNB, 1981.

PAES, Maria Helena Simões. **A década de 60:** rebeldia, contestação e repressão política. São Paulo: Ática, 1992.

PARANHOS, Adalberto de Paula. **O roubo da fala:** origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Esta história que se chama micro. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcelos (org) et all. **Questões de teoria e metodologia da história**, 2000, p. 223.

_____. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol.8, n 16, 1995. p. 279-290.

PASQUALINI, Alberto. **Bases e sugestões para uma política social**. Rio de Janeiro: São José, 1958, p. 04.

PESSANHA, Elina G. da Fonte; MOREL, Regina Lúcia M. Classe trabalhadora e populismo: reflexões a partir de duas trajetórias sindicais no Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história:** debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

PINHEIRO NETO, João. **Jango:** um depoimento pessoal. Rio de Janeiro: Record, 1993.

REMOND, René. Do político. In: REMOND, René (Org.) **Por uma história política.** Rio de Janeiro:FGV, 1996.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme. Coalizões parlamentares e instabilidade governamental. In: FLEISCHER, David Verge (Org.) **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: UNB, 1981.

São Paulo parou ontem para defender o regime. Bancos de Dados Folha. Acervo on line. **Folha de São Paulo**, sexta-feira, 20 de março de 1964. Disponível em: < http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil20mar1964.> Acesso em: 23 mar. 2006.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Tradução: Waltensir Dutra. Brasília: Zahar/UnB, 1982.

SILVA, Hélio. **1964:** golpe ou contragolpe? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira , 1975.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil:** de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964).** 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

_____. Evolução e crise do sistema partidário. In: FLEISCHER, David Verge (Org.) **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: UNB, 1981.

SOARES, Gláucio A. D. Sociedade e política no Brasil. In: FLEISCHER, David Verge (Org.) **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: UNB, 1981.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Os senhores das gerais:** os novos inconfidentes e o golpe de 1964*.* 2ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

TOLEDO, Caio Navarro de. **1964, visões críticas do golpe:** democracia e reformas no populismo. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.

_____. **O Governo Goulart e o golpe de 64***.* São Paulo: Brasiliense, 1994.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes**.** Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. O Brasil republicano; v. 3.

VIEIRA, Maria do Pilar de, KHOURY, Yara Maria, PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **A pesquisa em história**. São Paulo: àtica, 1995

WEFFORT, Francisco Correa. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ANEXO

PROGRAMA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Reforma constitucional

1.°) Reexame da Constituição sem que sejam reduzidos os direitos por ela assegurados aos trabalhadores]

a) sob qualquer forma, não poderão ser reduzidos os direitos já assegurados aos trabalhadores, considerados os princípios já consagrados, como regras fundamentais de equilíbrio entre o capital e o trabalho;

b) a Constituição de 10 de novembro de 1937 atendendo a influência e imperativos do momento trazia em seu próprio texto o sentido de transitoriedade atendendo a que por força do disposto no seu artigo 187 deveria ser submetido ao plebiscito nacional;

c) as alterações da Constituição determinadas pelo Ato Adicional visam facilitar a complementação dos quadros constitucionais, sem modificar, entretanto, as linhas mestras da Carta do País;

d) modificações outras se fazem necessárias para adaptação do Estatuto às condições do povo brasileiro dentro do momento universal;

e) tais modificações se operarão no sentido de estabelecer um melhor equilíbrio entre as classes sociais através do reajustamento das prerrogativas inerentes ao capital e ao trabalho com base na melhor distribuição das riquezas, restrições de lucros a um limite razoável e participação dos mesmos pelos trabalhadores, na extinção dos latifúndios, na realidade do crédito agrícola, na valorização do homem do povo, realizando, enfim, muito mais uma aspiração de caráter social do que uma teoria política.

Manutenção da unidade nacional

2.°) Unidade nacional sob o regime democrático, com voto direto e universal.

a) o problema de maior importância na organização política do País é a manutenção da unidade nacional, garantia de nossa força na esfera internacional, não só no aspecto político como também econômico e social;

b) a modificação imposta pela guerra à estrutura social das nações, determina a alteração dos princípios individualistas que nortearam no passado a vida do País;

c) só a democracia pode satisfazer aos nossos sentimentos, às nossas tradições, às nossas aspirações;

d) a democracia só poderá existir com a manifestação do povo através do voto direto e universal.

A verdadeira representação política do trabalhador

3.°) Representação política dos trabalhadores por legítimos trabalhadores. a) a experiência da política sindical tem proporcionado ao governo o ensejo de melhor auscultar os interesses das classes trabalhadoras, que, por meio dos representantes saídos do seu próprio seio, levam ao exame dos órgãos do governo suas necessidades e as sugestões capazes de solucioná-las;

b) manter essa política fazendo representar as classes obreiras por meio dos seus componentes, é impedir que delegados estranhos à classe, eleitos pelas massas trabalhadoras, exerçam os seus mandatos sem conhecimento de causa e de boa ou má fé acarretam prejuízos àqueles que representam e, conseqüentemente, à coletividade nacional;

c) os trabalhadores nacionais possuem um perfeito conhecimento das necessidades de suas classes e uma já bem formada consciência política;

d) os representantes das classes trabalhadoras devem sair do seu próprio meio, em número proporcional às diferenciações estruturais das referidas classes, atendendo-se, no mínimo, à representação dos artífices, dos técnicos, dos intelectuais, dos lavradores.

A legislação social

4.0) Defesa dos princípios contidos na Consolidação das Leis do Trabalho, aprimoramento dos seus dispositivos e maior rigor na sua aplicação.

a) constitui a Consolidação das Leis do Trabalho um marco venerável na História de nossa civilização e notável obra jurídica, que já se consagrou pelos benefícios já distribuídos, como também pelo julgamento da opinião pública consciente, promovendo o equilíbrio de nossa vida social;

b) ao Estado cumpre estabelecer medidas para que aos trabalhadores seja assegurado o amparo da legislação social vigente, bem como propugnar pelo aprimoramento de seus dispositivos, principalmente no que diz respeito ao rigor de sua aplicação. Essas medidas são as seguintes:

1.°) exigência de justa causa para despedida e conseqüente indenização, seja qual for o tempo de serviço, nunca sendo esta inferior ao correspondente a três meses de salário, desde que não comprovada a justa causa;

2º) participação eqüitativa nos lucros das empresas, proporcional ao tempo de serviço;

3.°) autonomia das entidades sindicais;

4.°) ampliação das representações de classes, sem preponderância de qualquer delas, em todos os órgãos que interessem ao capital e ao trabalho;

5.°) criação de quadros de acesso nas carreiras técnico-profissionais e aumento de salários relativo ao tempo de serviço, ao aprimoramento da capacidade profissional e ao rendimento do trabalho;

6.°) extensão da legislação social aos trabalhadores assalariados das autarquias, dos institutos paraestatais e das repartições do governo;

7. O) inclusão dos trabalhadores rurais na classe trabalhista para efeito de subordinação à legislação do trabalho.

o trabalhador rural

5.°) Amparo da legislação aos trabalhadores rurais e também aos trabalhadores das autarquias e servidores públicos quando seus direitos forem inferiores aos dos trabalhadores nas empresas privadas.

a) estender aos trabalhadores rurais, aos trabalhadores das autarquias, aos servidores públicos e aos profissionais liberais os benefícios da legislação social, é medida de justiça que se impõe, reintegrando na massa trabalhadora elementos que se encontram em situação "sui generis", deslocados de seu próprio organismo;

b) trabalhadores rurais, trabalhadores de autarquias, trabalhadores de institutos paraestatais, assalariados do Estado e profissionais liberais, não são senão membros da comunidade trabalhista, vivendo todos dos rendimentos exclusivos do trabalho;

c) a legislação trabalhista estender-se-á ao trabalho rural, a fim de evitar o êxodo das populações campesinas;

d) os servidores do Estado e das autarquias não poderão receber salário inferior ao mínimo e deverão ter assegurados todos os benefícios do seguro social, de salário profissional, de férias, de estabilidade e de proteção contra acidentes do trabalho;

e) a legislação trabalhista deve ser estendida, em toda sua amplitude, aos empregados em serviços públicos, mesmo quando executados pelo Estado.

A Justiça do Trabalho

6.°) Criação de órgão paritários da Justiça do Trabalho em todos os grandes centros trabalhistas do País, assegurando-se um rápido andamento nos processos e na execução dos julgados.

a) nos locais onde não seja possível a criação de Juntas de Conciliação e Julgamento os dissídios de trabalho deverão ser recolhidos por comissões paritárias presididas pela autoridade judiciária local;

b) as reclamações apresentadas à Justiça do Trabalho deverão ser julgadas dentro do prazo de oito dias;

c) a execução dos julgados deverá ser iniciada dentro de oito dias de sentença do tribunal que julgou o dissídio.

Dever de trabalhar e segurança de emprego

7.°) Obrigatoriedade e direito de trabalho a todo indivíduo fisicamente capaz, em emprego útil e regular, mediante salário razoável, que lhe permita, em um máximo de oito horas, obter os meios necessários ao sustento próprio e de sua família de maneira condigna.

a) da mesma maneira que, para garantir a defesa nacional, o Estado mobiliza os cidadãos, estes devem ser considerados permanentemente mobilizados para a grandeza nacional. O dever de trabalhar é uma verdadeira obrigação e todo indivíduo deve, sob qualquer forma, cooperar para o bem-estar da Nação;

b) como conseqüência ninguém poderá se ver obrigado, por falta de emprego, a permanecer longo tempo à procura de trabalho;

c) a segurança de emprego útil e regular deve ser dada pelo Estado, em colaboração com os empregadores, para que se criem condições em que haja o máximo de probabilidades para que cada um trabalhe segundo suas tendências profissionais;

d) o emprego útil e regular deve garantir um salário médio, para oito horas de trabalho, de modo a que o trabalhador possa ter oito horas de repouso e oito horas para alimentação, recreio e educação;

e) o sustento próprio e da família de maneira condigna inclui não somente a habitação, o alimento e a roupa, como a higiene, a educação e a diversão.

O aprimoramento profissional e intelectual dos trabalhadores

8.°) Aprimoramento profissional e intelectual dos trabalhadores para que se lhes possibilite ampla oportunidade de acesso.

O aprimoramento intelectual do trabalhador depende exclusivamente das medidas tomadas pelas autoridades nacionais e locais no sentido de facilitar aos cidadãos sua formação cultural orientada de acordo com os interesses sociais, políticos e econômicos da coletividade. Tais medidas são:

a) difusão de escolas primárias gratuitas e de freqüência obrigatória, tornadas acessíveis, por sua localização, às populações infantis;

b) disseminação por todo o território nacional de escolas noturnas gratuitas para alfabetização intensiva, ministração de ensino primário a adultos e adolescentes impossibilitados de freqüência às escolas diurnas;

c) multiplicação de estabelecimentos de ensino secundário gratuito, a fim de facilitar sua disseminação;

d) desenvolvimento do ensino técnico-profissional e criação de estabelecimentos universitários para formação, em grau superior, de técnicos especializados;

e) instalação de centros culturais e de recreação, com bibliotecas, discotecas, salões para concerto, teatro, conferências, projeções cinematográficas de caráter educativo etc., de modo a melhorar o índice intelectual do povo;

t) efetivação da subordinação do ensino em geral ao governo federal e sua conseqüente padronização adaptada às necessidades dos meios de localização - urbanos, industriais e rurais - e fazendo-o assentar sobre bases mais objetivas.

Autonomia das entidades sindicais

9.°) Desenvolvimento e prestígio do movimento trabalhista, com maior autonomia para as atividades sindicais.

a) às entidades sindicais deverá ser assegurada maior autonomia especialmente no que concorre à escolha de seus dirigentes, abolindo-se a formalidade de homologação de eleições pelos poderes públicos, assim como os impedimentos para a reeleição de dirigentes;

b) a ingerência de autoridades policiais nas associações trabalhistas deverá ser definitivamente prescrita, o que permitirá a convivência útil entre os sindicatos e o Estado, num ambiente de compreensão e paz social.

c) aos representantes sindicais deverá ser assegurada íntima e constante participação, sem preponderância de qualquer deles em todos os órgãos que interessem ao trabalho e ao capital;

d) devem ser eliminadas as restrições para o exercício do direito de voto aos sindicatos;

e) os orçamentos sindicais não podem estar sujeitos a um demorado processo de exame, prejudicando as atividades das associações de classe.

Da representação das classes

10) Ampliação da representação das classes, sem preponderância de qualquer delas, em todos os órgãos que interessam ao trabalho e ao capital. Num regime verdadeiramente democrático quando os princípios individualistas cedem lugar aos interesses da coletividade, mais necessária se faz a representação das classes em sua máxima amplitude e em absoluta igualdade de condições, de vez que capital e trabalho são os alicerces da estrutura nacional.

a) onde existe interesse do capital há interesse do trabalho e ambos devem estar igualmente representados;

b) as representações de classe deverão ser indicadas pelas respectivas entidades;

c) junto aos órgãos da administração devem ser admitidos assessores das entidades de classe.

Segurança social

11) Concretização do programa do Instituto dos Serviços Sociais do Brasil, de modo a assegurar completa proteção aos trabalhadores e às suas famílias.

a) a tranqüilidade no presente e a segurança no futuro, quer para o trabalhador, quer para seus dependentes, é imprescindível não somente para o progresso da Nação como também para a existência de harmonia social;

b) para que essa tranqüilidade se verifique ao trabalhador deve ser assegurado:

1.°) assistência a fim de que possa manter perfeita sua saúde;

2.°) serviços médicos e farmacêuticos durante a enfermidade, inclusive internação hospitalar;

3.°) serviços dentários;
4.°) garantia de percepção do salário durante a enfermidade;
5.°) proteção contra acidente do trabalho ou moléstia profissional;
6.°) percepção, no caso de acidente do trabalho ou moléstia profissional,
de importância equivalente ao salário normal;
7.°) aposentadoria, nos casos de invalidez e velhice, com renda equivalente ao salário normal;
8.°) pensão, aos beneficiários, que lhes assegure existência condigna;
9.°) melhoria dos benefícios quando se verificarem alterações nas condições de vida;
10) auxílio natalidade e proteção aos filhos menores;
11) meios para aquisição de casa própria, a preço acessível;
12) Aumento de nível de vida a fim de se assegurar uma alimentação até o exercício de nova atividade remunerada.

A pobreza é um perigo social

12) aumento de nível de vida a fim de se assegurar uma alimentação conveniente, assim como habitação própria e a preço acessível, melhor trato, recreio e educação das massas, considerada a pobreza como um perigo para a paz social.
a) entendida a pobreza como o estado econômico de impossibilidade de satisfação das necessidades essenciais do homem em sociedade, necessidades que compreendem um mínimo de conforto compatível com a dignidade humana, é ela a geradora dos conflitos de classe pela natural reação instintiva dos não aquinhoados contra os detentores dos maiores quinhões;
b) proporcionar, portanto, a elevação do nível de vida, decorrente da maior capacidade aquisitiva, do aumento da produção, da melhoria de salários, dos serviços de seguros sociais, controle rigoroso dos preços, o incremento do cooperativismo, é o caminho indicado para o combate à miséria e para prevenção das perturbações da paz social;
c) o recreio e a educação das massas não são elementos supérfluos à vida, os espetáculos teatrais e musicais destinados ao povo devem ser realizados em praça pública e especialmente nos centros trabalhistas.

A iniciativa privada supletiva da ação governamental

13) Subvenção a todas as organizações destinadas à beneficência, à recreação e à cultura dos trabalhadores. Problemas de solução interdependente e que dizem respeito ao aperfeiçoamento do indivíduo e da coletividade, com a manutenção do equilíbrio físico e mental do povo, a recreação e a educação, o devido cuidado com a subvenção e a orientação das organizações que a tais assuntos se referem. Assim:

a) as sociedades destinadas à beneficência, recreação e cultura dos trabalhadores devem não só ser isentas de qualquer imposto e taxas, como devem ser subvencionadas pelos poderes públicos;

b) também a cultura deve merecer a devida atenção, cabendo ao Estado manter os centros de cultura física e estimular o funcionamento dos estabelecimentos de iniciativa particular a tal fim destinados.

A formação da nacionalidade

14) Bem-estar infantil, e educação primária obrigatória e gratuita; educação secundária e profissional gratuita, bem como possibilidades de ensino superior a todas as vocações. Garantir uma infância alegre e sadia, com assistência pré-natal, serviços de medicina e alimentação, educação primária obrigatória e gratuita, educação secundária e técnico-profissional gratuita, é dever do Estado, a quem incumbe a formação da nacionalidade. Assim se impõe:

a) proporcionar aos nubentes o exame pré-nupcial facultativo;

b) colocar a criança desde o período pré-natal sob assistência médica prestada cuidadosamente à gestante, a quem deverão ser assegurados alimentação e trabalho adequados;

c) criação de internatos e semi-internatos acessíveis e todas as possibilidades econômicas dos pais, para atender à prole dos trabalhadores, compreendendo desde as classes maternais (crianças em idade imediata ao aleitamento) até às técnico-profissionais, inclusive rurais;

d) barateamento do ensino superior, facilitando o aproveitamento de todas as naturais vocações;

e) direito ao ensino religioso nas escolas, sem preferência por qualquer credo.

As escolas pré-vocacionais

15) Criação de escolas pré-vocacionais em todos os pontos do País para os menores que não tenham atingido idade de trabalhar. Orientar-se-á a vocação no sentido de melhor aproveitamento das inclinações naturais do indivíduo para o exercício de determinada profissão, o que redunda indiscutivelmente em benefício da economia coletiva num regime em que cabe ao Estado a responsabilidade do preparo intelectual e técnico-profissional do cidadão, de modo que:

a) a orientação e instrução profissional atenda à vocação dos menores;

b) a instrução profissional crie o hábito do trabalho.

O homem no futuro

16) Proteção ampla à maternidade e à infância.

A maternidade

16.1) Dadas as condições de organização da família e as reivindicações de independência econômica alcançadas pela mulher não é possível pensar-se em restringir o exercício da atividade feminina remunerada. Há, porém, que pensar nas conseqüências que o trabalho da mulher acarreta para formação da nacionalidade, quer sob o aspecto econômico, quer social. Impõem-se, portanto:

a) medidas que resguardem a maternidade, tanto no período de gestação, como no período do aleitamento, zelando de forma eficiente pelo futuro cidadão, valor integrante da coletividade;

b) cumprir realmente aos dispositivos da atual legislação trabalhista, principalmente no que se refere ao funcionamento e manutenção de creches;

c) intensificar a assistência pré-natal mediante notificação obrigatória por parte da mulher, amparada pela legislação trabalhista, de seu estado de gravidez e conseqüente prestação de cuidados médicos dos serviços competentes.

A infância

16.2) Não basta ao interesse do Estado a difusão da instrução, mantendo estabelecimentos gratuitos de ensino, como não basta também a prestação de serviços médicos facultativos, sem a obrigatoriedade e a efetivação da assistência à infância, mesmo ante a incúria ou o desvalimento dos pais.

Faz-se mister uma melhor compreensão dos valores sociais para que desapareça das legislações atuais o capítulo que se refere à "Infância abandonada", conceito

incompatível com os novos princípios da sociologia. Não são os pais que abandonam os filhos - é o Estado que não cumpre seus deveres em relação aos cidadãos. O instinto do pátrio poder há de sofrer alterações em sua estrutura, a fim de não colidir com os interesses da coletividade, permitindo ao Estado, quando necessário, uma ingerência efetiva na defesa da integração de seus valores. Dessa forma:

a) deverão incluir-se nos planos de educação pública:

1.°) internatos e semi-internatos para a primeira infância, com classes maternais, não inteiramente gratuitas, mas acessíveis às possibilidades econômicas dos progenitores, destinadas aos filhos dos trabalhadores;

2.°) estabelecimentos para débeis mentais, nas mesmas condições dos precedentes;

3.°) internatos técnico-profissionais, inclusive rurais, em número suficiente para a população infantil do País;

b) proibição do trabalho de menores, que, entretanto, será remunerado nos internatos técnico-profissionais, a fim de que os internados possam prover à sua própria subsistência, sem ônus para o Estado.

Planificação econômica

17) Planificação econômica atingindo todos os setores e visando, por meio da orientação, intervenção ou gestão do Estado, que a produção do País atenda a todas as necessidades internas, assegurando a baixo custo as utilidades essenciais a todos os trabalhadores.

- A democracia e a planificação não são incompatíveis, esta é, na verdade, indispensável à existência daquela.

- Planificação, para produzir resultados, deve abranger todos os setores da economia.

- A planificação visará, sobretudo, que a base da expansão industrial assente em ampla cooperação da iniciativa particular, estimulada, fomentada, auxiliada e orientada pelo poder público.

- A planificação deve ter em vista:

a) resguardo e estímulo da iniciativa privada;

b) ação direta do Estado quando a iniciativa privada for omissa ou inconveniente;

c) ação supletiva e orientadora do Estado sempre que necessária. - A planificação visará:

Fontes de energia

a) eletrificação do País com o máximo aproveitamento da energia hidráulica;
b) estímulo às prospecções e perfurações de poços petrolíferos;
c) aumento da produção do carvão nacional, beneficiamento do produto
e facilidade de transporte;
d) exploração e industrialização dos xistos betuminosos, turfas e linhitos;
e) desenvolvimento da produção de álcool-motor e carburantes sintéticos.

Transportes

a) sistema coordenado de transportes ferroviários e rodoviários visando objetivos conjuntos e não a concorrência nas mesmas zonas, com o abandono de outras;
b) eletrificação das ferrovias de modo a reduzir seu custeio;
c) ligação de todos os Estados por linhas férreas que permitam tráfego mútuo;
d) intensificação do tráfego fluvial;
e) desenvolvimento do tráfego econômico de cabotagem;
f) construção de portos e reequipamentos dos existentes;
g) desenvolvimento dos transportes aéreos com a construção de campos de pouso em todo o País;
h) aplicação das taxas sobre combustíveis e lubrificantes na execução de planos rodoviários e ferroviários;
i) limitação, ao mínimo, do lucro nos serviços de transportes e supressão de lucro quando os serviços forem executados pelo Estado;
j) transformação gradativa das empresas privadas ferroviárias em empresas de serviços públicos exploradas diretamente pelo Estado.

Indústrias

a) desenvolvimento da produção industrial, assegurados às indústrias, matérias-primas, transportes, energia e mão-de-obra especializada a fim de que a produção seja perfeita e a baixo custo;
b) criação de órgãos de pesquisas técnicas e de elaboração de normas para a padronização do maquinário, das matérias-primas e dos produtos acabados;

c) estímulo à produção de matérias-primas destinadas à indústria nacional;
d) reequipamento industrial com o aproveitamento dos saldos em divisas estrangeiras;
e) desenvolvimento das indústrias de alimentação, de tecidos e de produtos químicos;
f) controle das indústrias, pelo Estado, visando os interesses da defesa nacional.

Agricultura

a) estímulo à mecanização da lavoura, de modo a assegurar maior rendimento à terra;
b) irrigação técnica das terras do Nordeste e revigoramento do solo pela adubagem científica;
c) proibição da devastação das matas e obrigatoriedade do refloresta mento das zonas devastadas;
d) construção de silos e armazéns de modo a assegurar a conservação dos produtos do solo;
e) financiamento da produção agrícola;
f) estímulo à criação de gado, orientação aos criadores e fornecimento de reprodutores selecionados;
g) proteção especial à pequena lavoura com o fornecimento de crédito a prazos longos e juros reduzidos;
h) redução dos impostos que recaem sobre as pequenas propriedades rurais.

Comércio

a) estímulo ao comércio interno e externo com a facilitação de créditos;
b) controle dos produtos exportados de modo a assegurar o bom nome dos produtos nacionais no exterior;
c) redução dos fretes em todos os sistemas de transportes;
d) redução do imposto de consumo nos produtos essenciais à vida humana.

Imigração

a) desenvolvimento de correntes imigratórias com a admissão de imigrantes estrangeiros, com condições de saúde e grau de instrução compatíveis com os interesses da Nação;
b) organização de serviços de hospedagem, assistência técnica, sanitária

e econômica através de um instituto nacional de colonização e imigração;
c) integração dos imigrantes no ambiente nacional impedindo a formação de quistos raciais.

A limitação da riqueza

18) Melhor distribuição da riqueza, reconhecido ao capital o direito a um lucro com limite razoável.O capital privado é, inegavelmente, fator de progresso indispensável à existência do espírito de iniciativa e ao estímulo para o trabalho. Entretanto, não pode o Estado permitir o acúmulo ilimitado da riqueza, nem que a fortuna excessiva de alguns constitua um escárnio à miséria de muitos. Para tanto:
a) a legislação fixará os meios pelos quais a riqueza excessiva reverta em benefício da coletividade, impedindo que se transforme em arma opressora dos fracos;
b) o imposto sobre a renda deverá incidir fortemente sobre o que exceder a um justo limite e, da mesma maneira, deverá ser fixado o imposto sobre herança;
c) o lucro excessivo na indústria, no comércio, ou em quaisquer atividades econômicas deve ser punido como elemento prejudicial ao progresso da Nação e ao bem-estar social.

Participação nos lucros

19) Participação eqüitativa dos trabalhadores nos lucros das empresas que excedam ao justo limite de remuneração do capital. Reconhecendo ao capital e ao trabalho o direito a uma justa remuneração, como fatores que são de enriquecimento e do progresso, cumpre ao Estado, entretanto, estabelecer medidas que assegurem ao trabalhador um justo interesse no capital, quer de maneira direta, quer com a aplicação de parte destes em obras de caráter social. Para que isso se realize cumpre ao Estado:
a) manter rigoroso controle de contabilidade das empresas a fim de que não haja desvio de lucros;
b) fixar as condições e a percentagem de participação nos lucros;
c) traçar um plano de assistência social em que os empregadores possam colaborar por meio da aplicação de parte de seus lucros.

A extinção dos latifúndios

20) Extinção dos latifúndios improdutivos, assegurando-se possibilidade de posse da terra a todos os que queiram trabalhá-la e concedendo-se auxílios aos que nela se queiram fixar. A terra é a base principal da produção e esta é que engrandece um povo. Sua distribuição, a forma em que está dividida e aproveitada, repercutem na economia e na organização de cada país. A terra tem, por isso, uma função altamente social, não sendo possível que se permita sua retenção, sem explorá-la, quando o interesse coletivo exige que ela produza. Para que isso seja possível a política deverá objetivar:

a) a extinção, pelos meios que a lei fixar, dos latifúndios, especialmente quando situados ao longo de vias de comunicação ou próximos às cidades;

b) a colonização das áreas devolutas pertencentes ao Estado;

c) a criação de fazendas-padrão, destinadas ao ensinamento. dos agricultores;

d) o fornecimento de máquinas agrícolas para servir a conjuntos de propriedades;

e) o revigoramento do solo para que seu rendimento seja constante;

f) o financiamento da produção agrícola e a armazenagem desta;

g) a melhoria das condições de vida nos meios rurais, assegurados aos trabalhadores todos os direitos e benefícios da legislação social.

O Movimento Cooperativista

21) Desenvolvimento do movimento cooperativista. Num país em que as classes trabalhadoras e de pequenos produtores não dispõem de recursos financeiros para satisfazer as necessidades individuais, somente com o desenvolvimento do cooperativismo poderão ser obtidos, a baixo custo, os produtos essenciais, não somente à existência, como os meios necessários ao exercício das atividades produtoras. O movimento cooperativista deve ser amparado pelo Estado, que visará:

a) facilitar o crédito, em bases satisfatórias, para assegurar condições de vitalidade financeira às cooperativas;

b) desenvolver o espírito cooperativista nos indivíduos, desde o período da educação primária;

c) assegurar às cooperativas facilidades de transporte e isenção de ônus fiscais;

d) fiscalizar a vida das cooperativas, para que infundam confiança aos cooperados, sem que essa fiscalização participe, entretanto, da administração das entidades.

Combate aos açambarcadores e responsabilidade funcional

22) Punição severa dos açambarcadores e efetiva responsabilidade criminal e civil dos autores de imoralidades político-administrativas de qualquer espécie.A existência de "trusts" e cartéis impossibilita o franco desenvolvimento industrial e comercial da nação ao mesmo tempo que submete os consumidores ao livre-arbítrio dos dirigentes daquelas organizações. Os "trusts" e cartéis devem ser considerados, por isso, como anti-sociais, sujeitos seus organizadores e dirigentes a fortes penalidades. Os açambarcadores de qualquer espécie devem ficar submetidos ao mesmo regime punitivo.

Ao Estado cumprirá:

a) impedir a existência de "trusts" e cartéis nacionais ou estabelecidos dentro do País sempre que tiverem finalidades anti-sociais;

b) impedir que "trusts" ou cartéis internacionais ou estrangeiros promovam, dentro do território nacional, a venda de seus produtos a preços inferiores aos fixados nos países de procedência, com a finalidade de, asfixiando a produção nacional, sujeitar os consumidores ao arbítrio dos "trusts" ou cartéis;

c) punir os açambarcadores, estabelecendo penas especialmente severas quando se tratar de artigos de consumo obrigatório.

Ao Estado, competindo zelar pelo cumprimento da lei, incumbe fixar, também, medidas enérgicas para a punição dos autores de imoralidades administrativas de qualquer espécie.

Salário profissional e garantia de acesso

23) Fixação de salário profissional progressivo em relação ao tempo de serviço e criação dos quadros de carreira. O salário mínimo é o estágio inicial da intervenção do Estado na fixação da remuneração do trabalhador. O salário profissional é um estágio imediato e incentiva a formação de técnicos. A legislação deverá estabelecer:

a) salário profissional, atendidas as peculiaridades, especialização e responsabilidade da profissão exercida;

b) aumento progressivo do salário, obrigatoriamente, em relação ao tempo de serviço;

c) criação de quadros de carreiras como estímulo ao desenvolvimento profissional do trabalhador, assegurando o acesso por merecimento;

d) extensão dos preceitos sobre aumento progressivo de salário, em relação ao tempo de serviço, aos trabalhadores rurais.

O Espírito De Solidariedade Entre Todos Os Cidadãos

24) Desenvolvimento do espírito de solidariedade entre todos os cidadãos, sem preconceitos de cor, classe, origem ou religião, visando o bem e a grandeza da Pátria. A unidade nacional, da qual depende a grandeza da Pátria, se funda no espírito de solidariedade entre todos os cidadãos, abrigados, sem quaisquer distinções, sob a gloriosa Bandeira Nacional. Para que essa solidariedade cada vez mais se solidifique toma-se necessário:

a) que nenhum preconceito de cor seja empecilho ao acesso de cidadãos na vida pública, inclusive no oficialato das Forças Armadas, no corpo diplomático, admitida a seleção entre todos os candidatos apenas pelo critério da competência;

b) que o governo cuide, especialmente, da educação e da saúde dos homens de cor para que lhes seja possibilitada igualdade absoluta de condições ao acesso na vida pública;

c) que sejam abolidos quaisquer preconceitos de classe existentes em entidades privadas, especialmente em associações recreativas e desportivas;

d) que nenhuma classe possa possuir privilégios ou se arrogar direitos que a coloquem em posição especial em face do resto da população;

e) que nenhum preconceito de origem impeça o ingresso de indivíduos cuja competência seja comprovada, em quaisquer funções da vida pública e, especialmente, no oficialato das Forças Armadas e no corpo diplomático;

f) que nenhum preconceito ou restrição religiosa possa ser estabelecida, assegurada a liberdade do culto a todas as religiões e a assistência religiosa às Forças Armadas.

Combate aos regimes de violência

25) Ação permanente para que o totalitarismo, sob qualquer aspecto, não possa reaparecer sobre a Terra, considerando-se qualquer regime de força como um atentado à dignidade humana.

A extinção dos regimes totalitários custou à humanidade milhões de vidas e não será admissível, que a qualquer título e sob qualquer aspecto, eles possam se instalar no mundo, pois sua existência é uma ameaça permanente à soberania das outras nações. Deve-se, por isso, ter em conta que:

a) o predomínio, pela força ou pela ameaça de violência, de qualquer agrupamento, é uma forma de totalitarismo;
b) a verdadeira democracia assegura a todos os cidadãos, sem quaisquer distinções, o direito de se manifestar sobre o governo da Nação;
c) deve ser considerada antidemocrática qualquer ação visando o domínio do poder por uma classe;
d) todo governo, para ser democrático, terá de ser exercido com poderes dados pelo povo, em manifestação livre, asseguradas todas as garantias;
e) as relações amistosas com governos totalitários são um incentivo à existência dos regimes de violência do mundo.

Política de compreensão e ajuda entre as nações

26) Maior solidariedade entre os povos e desenvolvimento da política de compreensão e ajuda entre as nações. Da participação do Brasil entre as Nações Unidas resultaram compromissos internacionais, que, aliás, correspondem às tradições de nossa Pátria em suas relações com os outros povos.
Para que essa orientação política se consolide, toma-se necessário:
a) respeito absoluto aos compromissos internacionais;
b) solução dos dissídios entre nações por meio de tribunais internacionais ou pelo arbitramento;
c) abstenção de qualquer ingerência estrangeira no direito de um povo, democraticamente, escolher seus governantes e fixar as bases de seu regime político;
d) repulsa à política de agressão armada e de compressão econômica;
e) ajuda, quando solicitada, a outras nações para a solução de seus problemas econômicos;
f) incentivo ao intercâmbio cultural e afetivo entre os povos;
g) desenvolvimento da política de solidariedade, sobretudo continental.

O Direito De Greve

Defesa do direito de greve pacífica e a distinção entre greve legal e ilegal. O direito ao recurso da greve pacífica não colide com a existência da Justiça do Trabalho. A esta compete dirimir os dissídios que, justamente pela existência da greve, se comprovam. A greve poderá, entretanto, ser legal ou ilegal. Serão legais as greves:

a) quando o pagamento do salário não for feito até 72 horas depois da data fixada;
b) quando a empresa se recusar ao cumprimento de decisão da Justiça do Trabalho em dissídio coletivo;
c) quando a empresa se recusar a discutir com a entidade sindical dos empregados reivindicações sobre aumento de salários. São ilegais as greves:
a) em serviços públicos cuja paralisação traga prejuízos à coletividade e nas empresas que interessam à segurança nacional;
b) as que assim forem declaradas pela Justiça do Trabalho por terem sido realizadas em desacordo com os preceitos legais.
Toda greve será sempre pacífica, fixadas penalidades para os que praticarem atos de violência.
28) Exercício do direito de voto, onde impedir a soberania nacional, mesmo com extraterritorialidade.
29) Readaptação do trabalhador inválido.
30) Contra toda guerra de agressão.

Fonte: CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros:** discurso e práxis dos seus programas. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 468-484.